



RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2018

ARACAJU/SE, ABRIL DE 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AGU – Advocacia Geral da União

AUDINT - Unidade de Auditoria Interna

BSC – Balanced Score Card

CD – Colégio de Dirigentes

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGPA – Coordenação Geral de Protocolo e Arquivos

CGIRC – Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles

CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU – Controladoria Geral da União

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPAD – Comissão de Processos Administrativos Disciplinares

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CplanTI – Comitê de Planejamento de TIC

CS – Conselho Superior

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CTI – Coordenações de Tecnologia da Informação

DEAD – Diretoria de Educação à Distância

DELIC – Departamento de Licitações e Contratos

DGB – Diretoria Geral de Bibliotecas

DIAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DIPOP – Diretoria de Planejamento Obras e Projetos

DN – Decisão Normativa

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

EAC – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes

EAD – Educação a distância

EDIFS – Editora do IFS

EGD – Estratégia de Governança Digital

EGTI – Estratégias do SISP: Geral de Tecnologia da Informação

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

e-OUV – módulo de ouvidoria

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

GCA – Gasto Corrente por Aluno

GCI – Gastos com Investimentos

GCP – Gastos com Pessoal

GEPLANES – Gestão do Planejamento Estratégico

GOC - Gastos com Outros Custeios

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IN – Instrução normativa

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MPF – Ministério Público Federal

NBC-T – Normas Brasileiras de Contabilidade

PCTIC – Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PGTIC - Política de Governança de TIC/IFS

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PPA – Plano Plurianual

PRAAE – Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPEX – Pró-Reitoria de Extensão

RDA – Relação de Alunos por Docente

RDE – Relatório de Demandas Externas

RAE – Reunião de Análise Estratégica

RCM – Relação Concluintes / Aluno Matriculado

RCV – Relação Candidato/ Vaga

RFE – Índice de Retenção do Fluxo Escolar

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIM – Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas

RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências

SECEX-SE – Secretaria de Controle Externo de Sergipe

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SIG – Sistema de Informação Gerencial

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas (Técnica e Gestão)

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISP – Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SPIUnet – Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União

SRP – Sistema de Registro de Preços

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

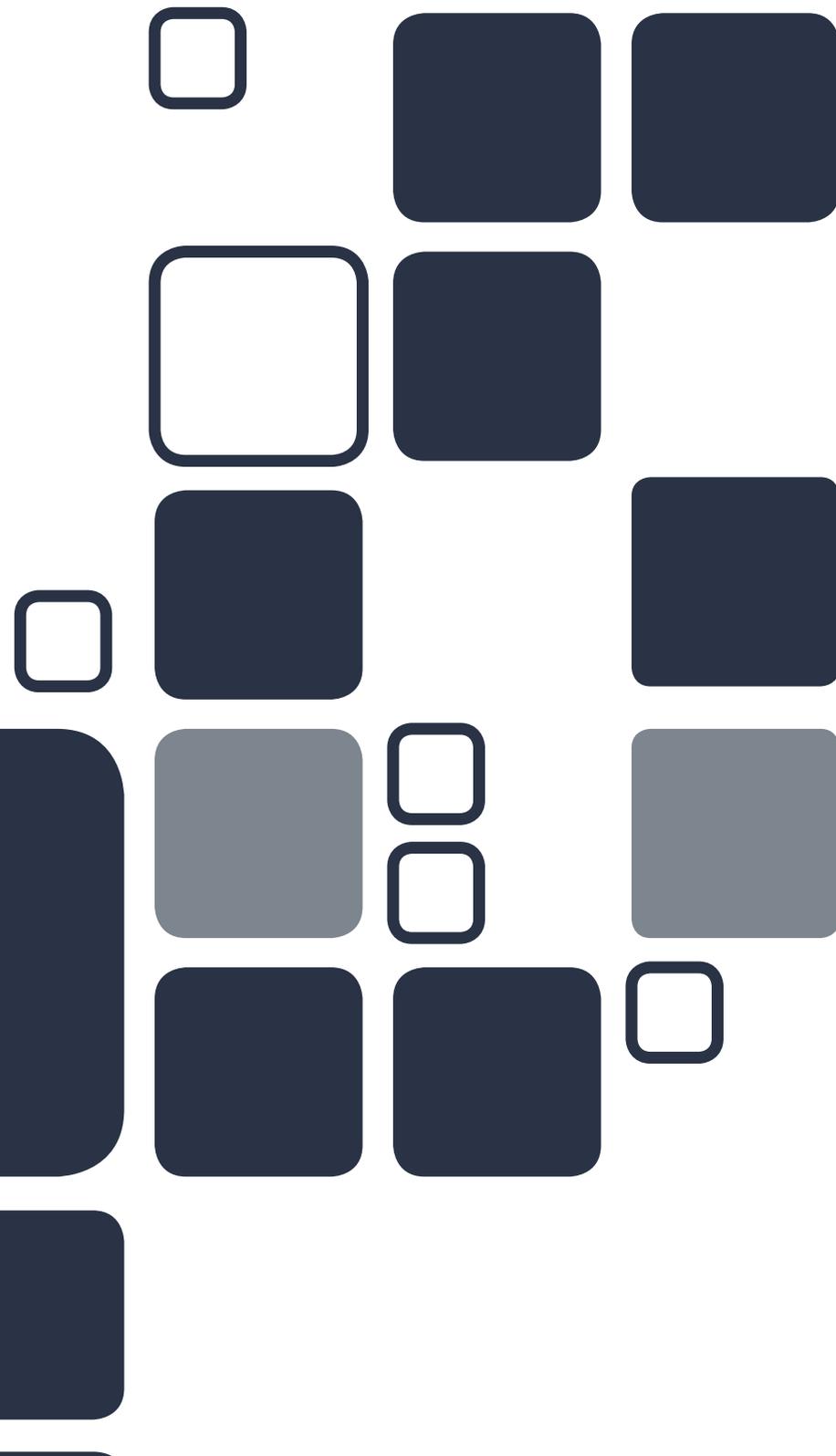
TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da informação

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG – Unidade Gestora

UPC – Unidade Prestadora de Contas



LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Organograma do IFS
- Figura 02** – Fluxograma dos Macroprocessos
- Figura 03** – Produtos e serviços ofertados
- Figura 04** – Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e o Planejamento Estratégico
- Figura 05** – Mapa Estratégico
- Figura 06** – Sistema de Governança Corporativa do IFS, 2018.
- Figura 07** – Organograma da Audint
- Figura 08** – Sistema de Governança de TI - SGTIC / IFS

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** - Total de procedimentos
- Gráfico 02** - Reposição ao erário em 2018
- Gráfico 03** - Desempenho dos professores
- Gráfico 04** - Desempenho dos cursos
- Gráfico 05** - Quadro de servidores do IFS
- Gráfico 06** - Quadro de servidores do IFS
- Gráfico 07** - Outras situações
- Gráfico 08** - Servidores do IFS
- Gráfico 09** - Força de trabalho por faixa etária.
- Gráfico 10** - Distribuição da Força de trabalho por unidade do IFS
- Gráfico 11** - Evolução dos gastos com pessoal nos últimos cinco anos
- Gráfico 12** - Benefícios para fins de qualificação
- Gráfico 13** - Cargos gerenciais
- Gráfico 14** - Cursos presenciais
- Gráfico 15** - Mestrados institucionais
- Gráfico 16** - Contratações mais relevantes
- Gráfico 17** – Resultado para iGovTI (índice de Governança e

Gestão de TI)

- Gráfico 18** – Evolução indicadores 2017-18
- Gráfico 19** - PDTIC - Alcance de Metas Institucionais (AMI)
- Gráfico 20** – Despesas de TIC 2018 x PCTIC
- Gráfico 21** – Montante de Recursos (R\$) Aplicados em TI – 2018
- Gráfico 22** – Gastos de TI por Cadeia de Valor
- Gráfico 23** – Gastos de TI por Natureza de Despesa
- Gráfico 24** - Comparativo de variações de 2017x2018
- Gráfico 25** - Auxílios/bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica
- Gráfico 26** - Auxílios/bolsas que não dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica
- Gráfico 27** - Dimensão das bibliotecas (m²)
- Gráfico 28** - Recursos humanos das bibliotecas
- Gráfico 29** - Relação Candidato/Vaga (RCV)
- Gráfico 30** - Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM)
- Gráfico 31** - Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)
- Gráfico 32** - Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)
- Gráfico 33** - Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)
- Gráfico 34** - Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAP)
- Gráfico 35** – Participação relativa das principais Naturezas de Despesa no Total de Despesas Liquidadas do Grupo 4 (Investimentos), em 2018
- Gráfico 36** – Participação relativa das principais Ações no Total de Despesas Liquidadas do Grupo 3 (Outras Despesas Correntes), em 2018
- Gráfico 37** – Evolução dos indicadores de desempenho administrativo (2014-2018), a preços de dezembro de 2018
- Gráfico 38** – Índice de Titulação do Corpo Docente
- Gráfico 39** – Índice de Titulação do Corpo Docente entre 2015 e 2018

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** - Relatórios e Notas de Auditoria da Audint
- Quadro 02** - Dados do e-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
- Quadro 03** - Detalhamento dos gastos
- Quadro 04** - Gestão patrimonial e infraestrutura
- Quadro 05** - Principais investimentos de capital
- Quadro 06** - Investimentos por Unidade do IFS
- Quadro 07** - Principais investimentos de capital
- Quadro 08** – Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS
- Quadro 09** - Balanço Orçamentário: Receita.
- Quadro 10** - Balanço Orçamentário: Despesa.
- Quadro 11** - Balanço Orçamentário: Demonstrativos de restos a pagar.
- Quadro 12** - Balanço Patrimonial: Ativo
- Quadro 13** - Balanço Patrimonial: Passivo
- Quadro 14** - Fluxos de Caixa
- Quadro 15** - Variações patrimoniais quantitativas
- Quadro 16** - Balanço financeiro: Ingressos
- Quadro 17** - Balanço financeiro: Dispêndios
- Quadro 18** - Estrutura institucional do IFS
- Quadro 19** - Exploração e venda de bens, serviços e direito - VPA
- Quadro 20** - Transferências e delegações recebidas - VPA
- Quadro 21** - Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos - VPA
- Quadro 22** - Pessoas e encargos - VPD
- Quadro 23** - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD
- Quadro 24** - Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos - VPD
- Quadro 25** - Visão gerencial das recomendações do MTCGU
- Quadro 26** Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU

Quadro 27 - TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.1

Quadro 28 - TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2

Quadro 29 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.1.

Quadro 30 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.2.

Quadro 31 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.3.

Quadro 32 - Acórdãos com providências informadas no Relatório de Gestão Anual

Quadro 33 - TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5

Quadro 34 - TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6

Quadro 35 - 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3

Quadro 36 - TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7

Quadro 37 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.1

Quadro 38 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.2

Quadro 39 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.2

Quadro 40 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.1

Quadro 41 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2

Quadro 42 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.3

Quadro 43 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.4

Quadro 44 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.5

Quadro 45 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.6

Quadro 46 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário

– Item 9.1.7

Quadro 47 - Resultados dos indicadores acadêmicos

Quadro 48 - Terminologia para os indicadores

Quadro 49 - Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Tabela 02 - Resultado financeiro de 2018

Tabela 03 - Imobilizado – Composição

Tabela 04 – Bens Móveis – Composição (R\$)

Tabela 05 - Bens Imóveis – Composição (em R\$)

Tabela 06 – Bens de uso especial - Composição

Tabela 07 – Intangível – Composição.(R\$)

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição. (R\$)

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante. (R\$)

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado. (R\$)

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria econômica (R\$)

Tabela 14 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada (R\$)

Tabela 15 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica (R\$)

Tabela 16 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição (R\$)

Tabela 17 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição (R\$)

Tabela 18 – Outras Despesas Correntes Fixadas e Empenhadas – Composição (R\$)

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos: origem do orçamento executado (R\$)

Tabela 21 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica - (R\$)

Tabela 22 – Exceções à vigência de restos a pagar não processados - Art. 68,§ 3º, II, Dec.93.872/86 (R\$)

Tabela 23 - Cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$ milhões)

Tabela 24 – Total dos Ingressos R\$

Tabela 25 – Total dos Dispersões R\$

Tabela 26 – Resultado Financeiro – Metodologia 1 (R\$)

Tabela 27 – Resultado Financeiro – Metodologia 2 (R\$)

Tabela 28 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição

Tabela 29 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa-Saldo Inicial e Final (R\$)

Tabela 30 – Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades (R\$)

Tabela 31 – Ingressos das atividades Operacionais – Composição (R\$)

Tabela 32 – Desembolsos das atividades Operacionais - Composição

Tabela 33 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

Tabela 34 – Função Educação - Composição

Tabela 35 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$)

Tabela 36 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2014-2018), em valores constantes (R\$ dez./2018)

Tabela 37 – Variação % dos Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo

SUMÁRIO

MENSAGEM DA REITORA DO IFS.....10

Mensagem da Reitora do IFS, Ruth Sales.....11

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....13

1. Identidade do IFS.....	14
2. Estrutura Organizacional do IFS.....	15
3. Modelo de negócios.....	16
3.1. Produtos e Serviços.....	16
4. Ambiente externo.....	17

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....18

1. Planejamento Estratégico e Governança.....	19
2. Ciclo do Planejamento Estratégico.....	19
3. Mapa Estratégico e Iniciativas Estratégicas.....	20
4. Monitoramento e Avaliação.....	20
5. Sistema de Governança Corporativa.....	21
6. Principais Instâncias Internas de Governança.....	22
7. Colegiados Superiores.....	23
8. Colegiado de Assessoramento às Atividades Finalísticas.....	23
9. Instâncias Internas de apoio à Governança.....	24
10. Principais Instâncias Externas	

de Apoio à Governança.....	24
11. Principais Instâncias Externas de Governança.....	24
12. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	25
13. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	26
14. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário.....	26
15. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas.....	27
16. Resultados dos serviços da LAI e da Ouvidoria.....	27
17. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	28
18. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	28
19. Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	29

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....30

1. Gestão e Controle de Demandas Judiciais.....	31
2. Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão.....	31
2.1. Modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão.....	32
3. Programa de Integridade.....	33
4. Natureza e Categoria dos Riscos.....	34
5. Principais Riscos e sua vinculação aos Objetivos Estratégicos.....	34

RESULTADOS DA GESTÃO.....35

1. Resultados da Gestão.....	36
2. Objetivos estratégicos finalísticos.....	36
2.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos.....	36
3. Perspectiva: Resultados a sociedade.....	37
4. Perspectiva: Processos.....	38
5. Perspectiva: Pessoas, Crescimento e Inovação.....	38
6. Perspectiva: Orçamentária.....	39
7. Desafios e próximos passos.....	39
7.1. Desafios e incertezas dos macroprocessos finalísticos.....	40
7.2. Desafios e incertezas dos macroprocessos de apoio.....	40

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....41

1. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão.....	42
2. Gestão orçamentária e financeira.....	42
3. Gestão de pessoas.....	44
3.1. Conformidade Legal.....	44
3.2. Avaliação da Força de Trabalho.....	44
3.3. Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas em 2018.....	45
3.4. Detalhamento da Despesa de Pessoal em 2018.....	45
3.5. Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia.....	46
3.6. Cargos Gerenciais.....	46
3.7. Estágio Probatório.....	46

3.8. Capacitação: Estratégia e Números.....	46
3.9. Principais Desafios e Ações Futuras da Gestão de Pessoas.....	47
4. Gestão de Licitações e Contratos.....	48
4.1. Conformidade Legal.....	48
4.2. Detalhamento dos gastos contratados por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados.....	48
4.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.....	48
4.4. Principais desafios e ações futuras das licitações e dos contratos.....	48
5. Gestão patrimonial e infraestrutura.....	49
5.1. Principais investimentos de capital.....	49
5.2. Investimentos por Unidade do IFS.....	49
5.3. Principais desafios e ações futuras.....	49
6. Gestão de TI.....	50
6.1. Conformidade Legal.....	50
6.2. Modelo de governança de TI do IFS.....	50
6.3. Montante de Recursos Aplicados em TI.....	52
6.4. Principais iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor.....	54
6.4.1. Gerenciais.....	54
6.4.2. Finalística.....	54
6.4.3. Suporte.....	54
6.5. Segurança da Informaçã.....	54
6.6. Principais Desafios da Gestão de TI.....	55
6.7. Ações Futuras da Gestão de TI.....	55
7. Gestão de Custos.....	56
8. Sustentabilidade ambiental.....	56

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....57

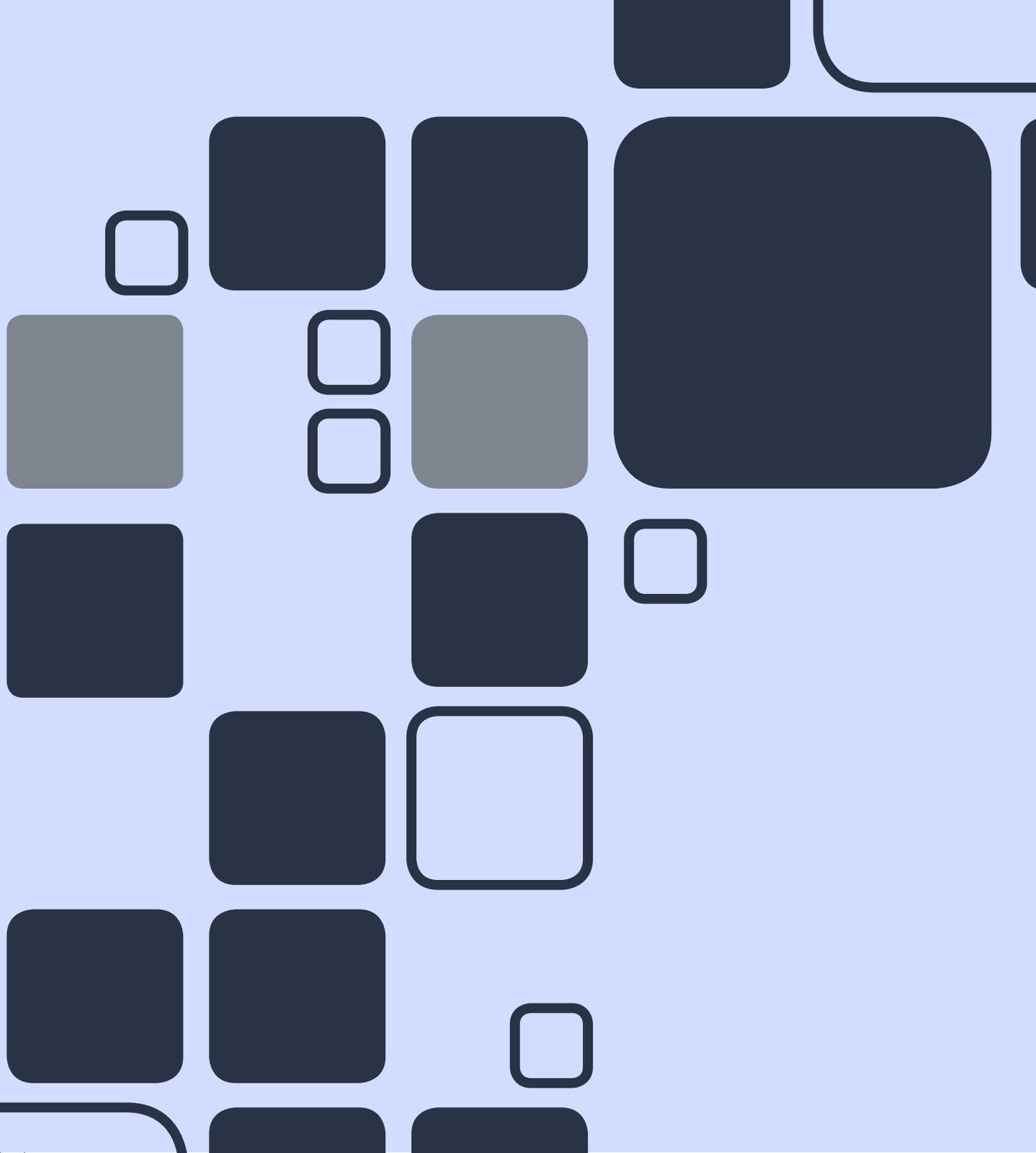
1. Declaração do contador.....	58
2. Demonstrações contábeis.....	58
2.1. Balanço Orçamentário.....	59
2.2. Balanço Patrimonial.....	60
2.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa.....	61
2.4. Variações patrimoniais quantitativas.....	61
2.5. Comparativo de variações de 2017x2018.....	61
2.6. Balanço financeiro.....	62
3. Notas explicativas.....	63
3.1. Estrutura institucional do IFS.....	63
3.2. Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis.....	63
3.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis.....	63
3.3.1. Conta Única do Governo Federal.....	63
3.3.2. Ajustes de Exercícios Anteriores.....	63
3.3.3. Restos a Pagar.....	64
3.4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados.....	64
3.5. Notas explicativas ao balanço patrimonial – BP.....	66
3.5.1. Demais créditos e valores a curto prazo.....	66
3.5.2. VPDs pagas antecipadamente – BP.....	67
3.5.3. Imobilizado.....	67
3.5.4. Intangível.....	69
3.5.5. Fornecedores e contas a pagar.....	70
3.5.6. Obrigações contratuais.....	71
3.5.7. Patrimônio Líquido - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	72

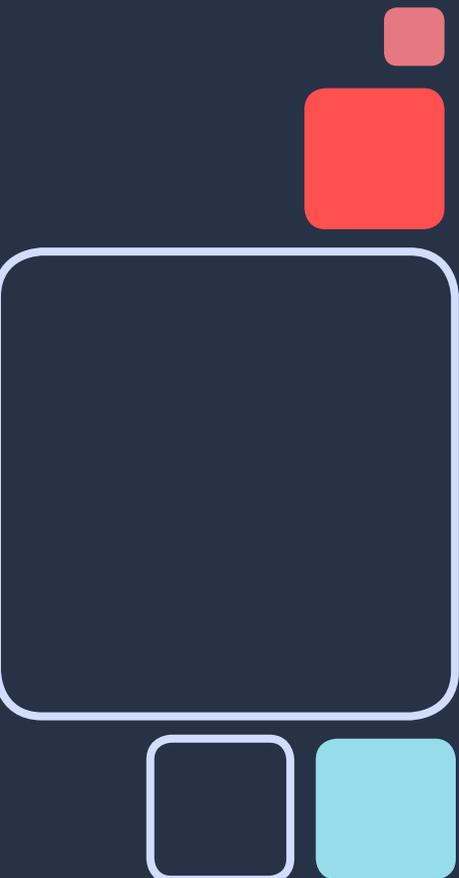
3.6. Notas explicativas à demonstração das variações patrimoniais - DVP.....	73
3.6.1. Exploração e venda de bens, serviços e direitos – VPA.....	73
3.6.2. Transferências e delegações recebidas – VPA.....	73
3.6.3. Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos – VPA.....	74
3.6.4. Pessoal e encargos – VPD.....	74
3.7. Notas explicativas ao balanço orçamentário – BO.....	75
3.7.1. Receitas.....	76
3.7.2. Despesas.....	77
3.7.3. Restos a Pagar.....	79
3.8. Notas explicativas ao balanço financeiro - BF.....	80
3.8.1. Ingressos e dispêndios.....	80
3.8.2. Resultado financeiro apurado no trimestre.....	80
3.8.3. Transferências financeiras recebidas e concedidas no trimestre.....	81
3.9. Notas explicativas à demonstração dos fluxos de caixa – DFC	82
3.9.1. Atividades Operacionais.....	82
3.9.2. Atividades de Investimento.....	84

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....85

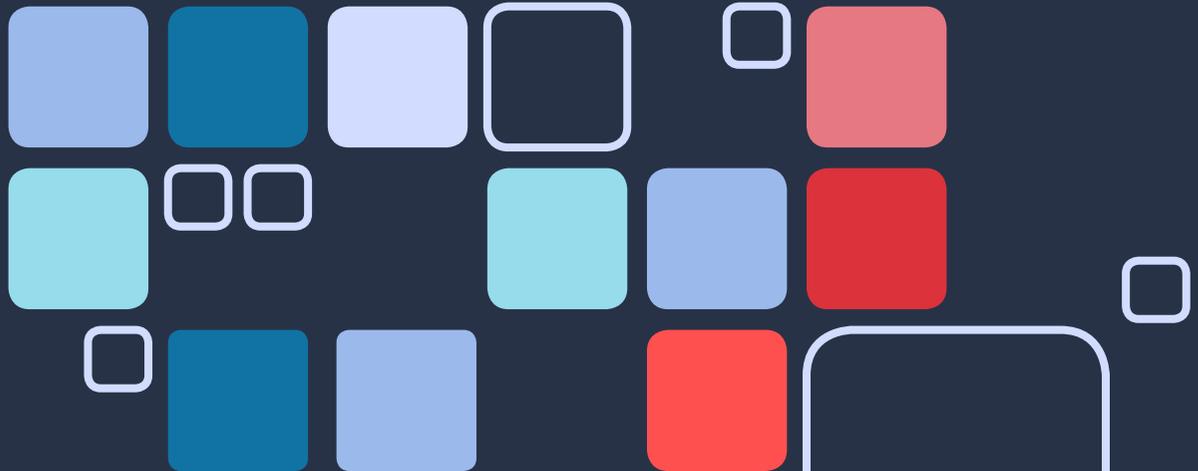
1. Outras informações relevantes.....	86
2. Assistência Estudantil do IFS.....	86
3. Bibliotecas do IFS.....	87
4. Resultados alcançados na área de pesquisa, extensão e inovação.....	88

4.1. Eventos de Pesquisa e Extensão.....	89
5. Ensino.....	91
6. Tratamento de determinações e recomendações dos órgãos de controle.....	91
7. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU.....	103
7.1. Resultado dos indicadores acadêmicos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	103
7.2. Resultado dos indicadores administrativos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	107
7.3. Resultado dos indicadores socioeconômicos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	110
7.4. Resultado do indicador de gestão de pessoas do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	111
ANEXO.....	112
1. Declaração de integridade.....	113
CRÉDITOS.....	114





MENSAGEM DA REITORA DO IFS



Mensagem da Reitora do IFS, Ruth Sales

Após ser pró-reitora de pesquisa e extensão dessa renomada instituição por mais de 8 anos consecutivos e de participarmos das principais decisões estratégicas, conseguimos obter uma visão gerencial para implementar um conjunto de ações de governança necessárias para o crescimento do IFS. Ao ser nomeada pelo Decreto presidencial de 03 de outubro de 2018, tínhamos conhecimento do tamanho do desafio que seria liderar as transformações necessárias para o Instituto Federal de Sergipe.

Ressalte-se que desde o início de 2018, processos, projetos e políticas foram conduzidos pela gestão, visando alcançar resultados que permitissem ao IFS se tornar a instituição pública de renome e qualidade requeridas pela sociedade.

Atualmente com um quadro de 1.177 servidores, entre docentes e técnicos-administrativos para mover a engrenagem que permita o atendimento dos objetivos estratégicos traçados, o IFS é composto por nove campi, com previsão de chegar ao décimo campus após a inauguração da unidade em Poço Redondo, o que irá gerar transformações para os habitantes daquela localidade, com estratégias de ensino apropriadas, além de projetos de pesquisa e extensão que gerem novas possibilidades para diversas pessoas na cidade e no seu entorno, da mesma forma que tem acontecido nas demais localidades em que o IFS se faz presente.

Capacitações têm sido estimuladas para tornar o corpo funcional sempre atualizado e apto a exercer as suas funções, a exemplo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT e o programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública realizado em parceria com a UFRN. Além disso, em 2018, foram promovidos treinamentos, alguns deles *in company* em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), alcançando 273 capacitações de servidores.

Ainda neste campo, foram permitidos 79 afastamentos para cursos de mestrado e doutorado, 60 licenças para qualificações, 50 horários especiais para servidores estudantes, 117 incentivos à qualificação, 42 retribuições por titulação e 16 afastamentos do país para aperfeiçoamento de pessoas, tudo com a finalidade de gerar melhor valor público para a sociedade, o que pode ser traduzido em ganhos de eficiência e produtividade a partir da aplicação de novos conhecimentos aos processos internos do IFS.

A infraestrutura também obteve destaque especial, tendo sido investidos mais de R\$ 9,5 milhões em equipamentos, mobiliários, na construção, reforma e locação de imóveis para o funcionamento das unidades administrativas do IFS na capital e interior do estado. Neste quesito, as ações projetadas para este ano são a conclusão da obra do Campus Glória, prevista para outubro de 2019, a inauguração do campus Poço Redondo e a mudança para a sede definitiva do Campus Tobias Barreto com previsão de entrega para o segundo semestre de 2019.





Na gestão de Tecnologia da Informação, em 2018, no Levantamento de Governança e Gestão Pública, o IFS alcançou o 2º lugar entre todos os institutos da Rede Federal, a partir de índices definidos pelo Tribunal de Contas da União. Foram empenhados investimentos no montante de R\$ 1,2 milhões e custeadas despesas de mais de R\$ 1,4 milhões, tendo ocorrido principalmente a renovação de contratos para atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG, ocorrendo ainda melhorias no parque computacional, a exemplo da aquisição de servidores, processadores, computadores e dos serviços de links dedicados de internet, bem como a renovação do serviço de webmail, o que tem possibilitado automatizar operações e melhorar a velocidade da comunicação.

Dentro das áreas de apoio aos eixos ensino-pesquisa e extensão, houve uma forte atuação da assistência estudantil e das bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe.

Em 2018, foram celebrados 50 Convênios entre o IFS e empresas para que os estudantes realizassem estágio nas modalidades obrigatória ou não obrigatória. Por meio de ações de assistência estudantil, 4.495 estudantes que apresentaram situação de vulnerabilidade, receberam recursos para permanência estudantil, como auxílio-residência, bolsa trainee, auxílio eventual, refeitório, fardamento e material escolar. Ações complementares foram destinadas a 2.719 estudantes, sendo concedidas nos campos das artes, cultura, desporto, monitoria e participação em eventos.

Outra forma de incentivar os estudos é com as bibliotecas do IFS, que estão presentes em todos os campi e no centro de pós-graduação, com um investimento no acervo bibliográfico de 14.983 exemplares acrescidos, foram realizados 54.392 empréstimos em 2018. Destacam-se as modernas e novas bibliotecas dos campi Itabaiana e Estância, com áreas superiores a 600 metros quadrados, o que possibilita mais conforto e comodidade no acesso às instalações.

Na atividade finalística de ensino foram realizadas 35 reformulações de projetos pedagógicos de cursos, visando adequação às novas realidades do ambiente produtivo e acadêmico. Houve ampliação das ofertas de cursos, com novas graduações nos campi Aracaju, Itabaiana e Propriá, assim como dois novos cursos técnicos entraram em funcionamento no campus Tobias Barreto. Como resultado disso e aliado à melhoria na forma de divulgação do processo seletivo, já se constatou um aumento no número de inscritos em mais de 4.000 pessoas em um comparativo com os processos seletivos dos anos anteriores.

Os resultados alcançados em pesquisa, extensão e inovação superaram as expectativas em diversas vertentes, uma delas trata dos discentes beneficiados através do jovem aprendiz, tendo sido beneficiado pelo programa 115 alunos, o que constata o aumento das parcerias realizadas entre o IFS e entidades com e sem fins lucrativos. Foram realizados 202 projetos de pesquisa aplicada e inovação tecnológica e 70 projetos de extensão, o que possibilitou envolver 715 discentes e 333 servidores. Sobressai aqui o aumento da atuação da editora EDIFS, que publicou 17 livros e 3 revistas científicas, dando publicidade às pesquisas e aos projetos desenvolvidos pela comunidade acadêmica.

Tratativas para o aperfeiçoamento institucional tem ocorrido, a exemplo da criação do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC), que tem possibilitado uma ampla discussão acerca da governança institucional voltada para processos decisórios, estabelecendo mecanismos de controles visando minimizar potenciais riscos nas atividades.

Dentro desta temática, a criação do Escritório de Processos visará melhorar a eficiência administrativa, atuando na elaboração de fluxos e seus respectivos indicadores, de forma que representem as atividades conduzidas nos diversos setores, o que em breve possibilitará a medição da produtividade das operações.

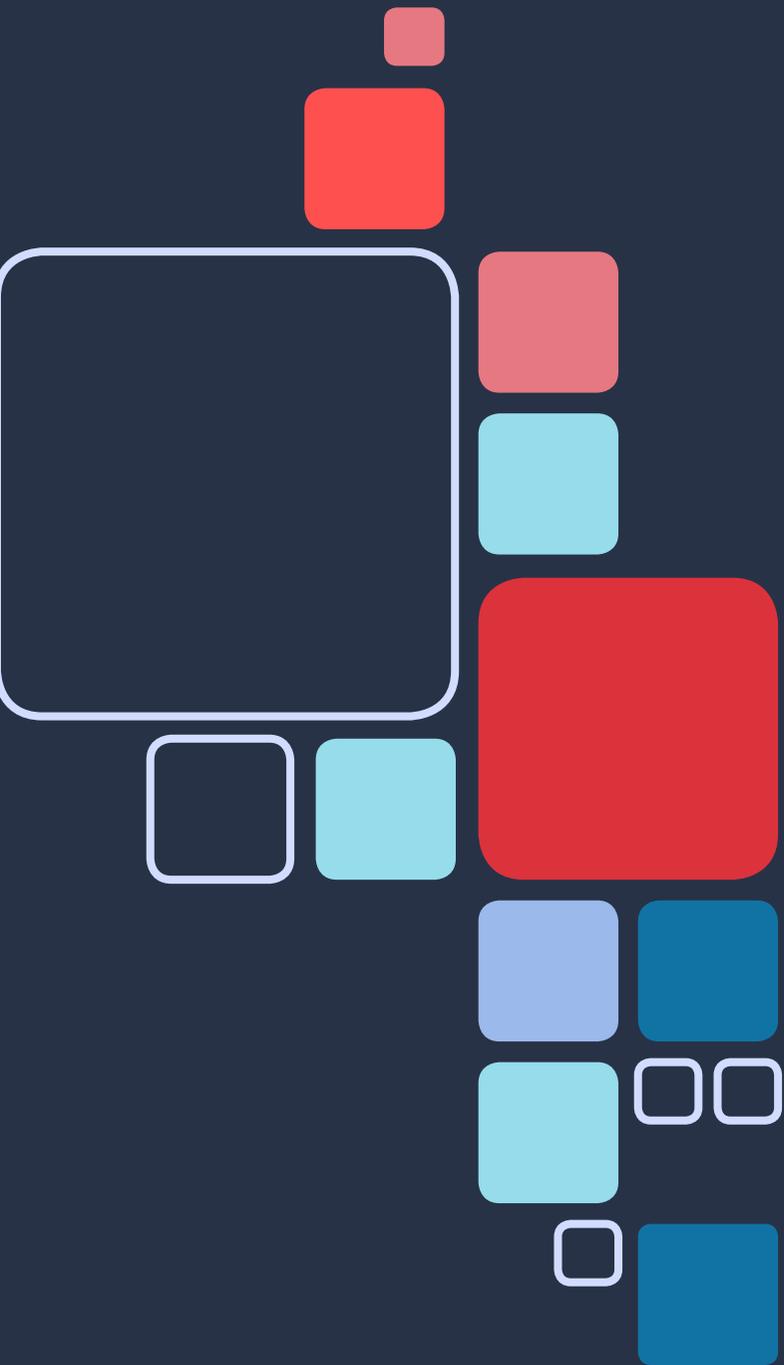
Em 2018, com relação às metas previstas, foi alcançado um percentual de 88,43% de cumprimento dos objetivos estratégicos planejados, destacando-se que 98,87% de recursos orçamentários foi executado, o que tem permitido cumprir a missão institucional do IFS, a partir do trabalho em conjunto conduzido por servidores de diversos ambientes de trabalho, agindo de forma sistêmica na reitoria com os campi.

Sendo assim, apresentamos o relatório de gestão, que permitirá ao cidadão conhecer a missão e os avanços da instituição.

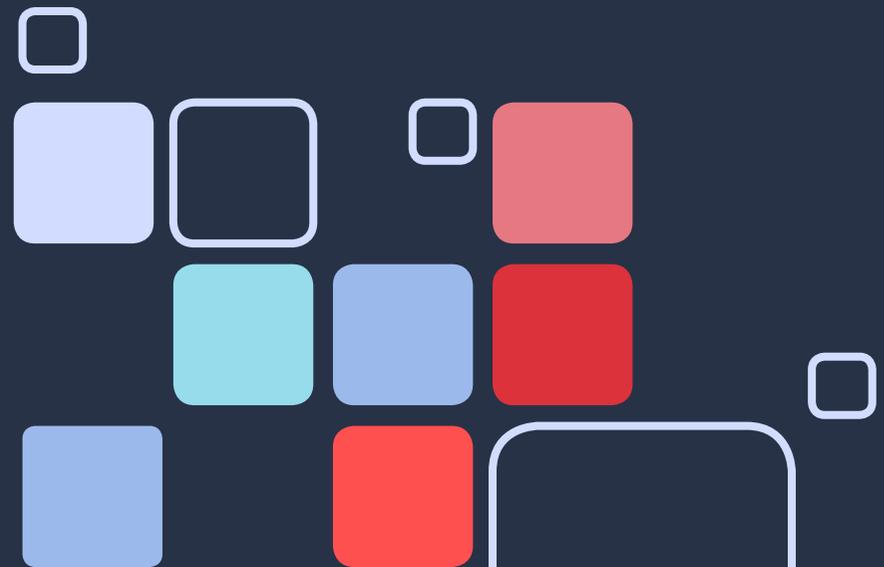
Aracaju, 01 de março de 2019

Profª. Ruth Sales Gama de Andrade
Reitora do IFS





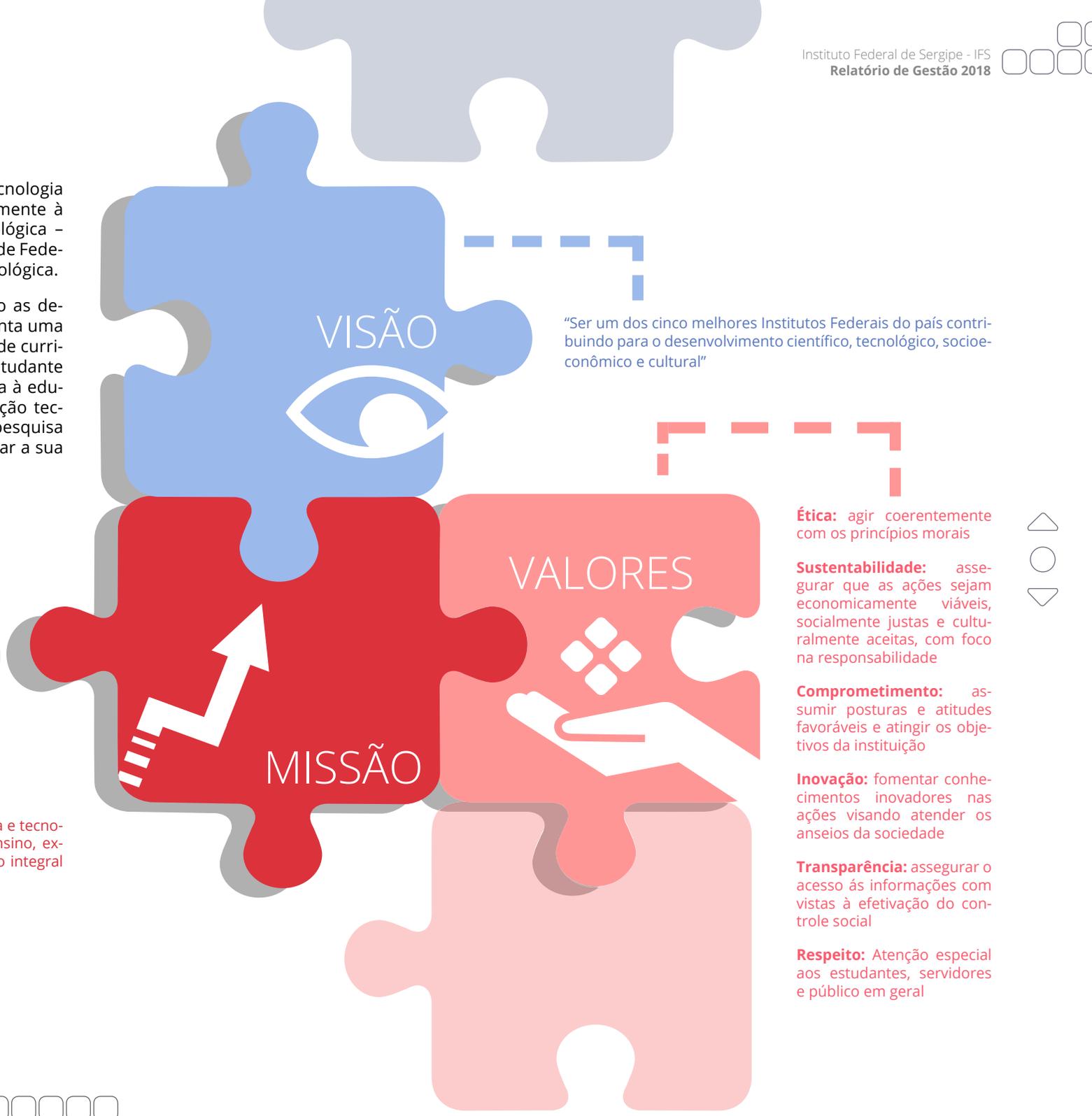
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1. Identidade do IFS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em relação à oferta educacional, o IFS, como as demais instituições federais congêneres, apresenta uma característica ímpar, traduzida pela flexibilidade curricular e pela verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, a graduação tecnológica e a pós-graduação articulada com a pesquisa aplicada, extensão e inovação a fim de alcançar a sua missão e visão.



“Ser um dos cinco melhores Institutos Federais do país contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e cultural”

Ética: agir coerentemente com os princípios morais

Sustentabilidade: assegurar que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas, com foco na responsabilidade

Comprometimento: assumir posturas e atitudes favoráveis e atingir os objetivos da instituição

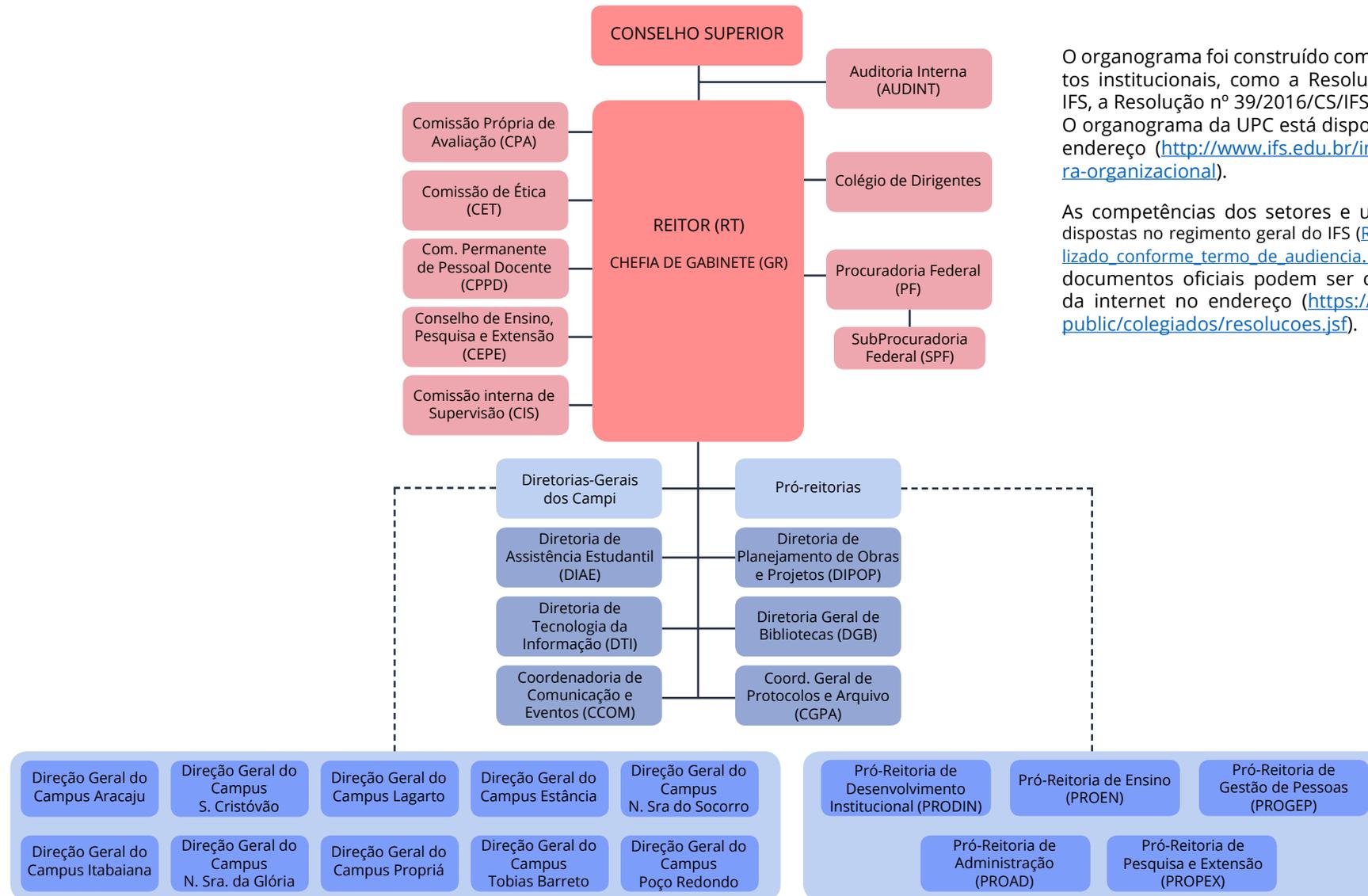
Inovação: fomentar conhecimentos inovadores nas ações visando atender os anseios da sociedade

Transparência: assegurar o acesso às informações com vistas à efetivação do controle social

Respeito: Atenção especial aos estudantes, servidores e público em geral

“Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos”

2. Estrutura Organizacional do IFS



O organograma foi construído com base em documentos institucionais, como a Resolução nº 52/2011/CS/IFS, a Resolução nº 39/2016/CS/IFS e o Estatuto do IFS. O organograma da UPC está disponível na internet no endereço (<http://www.ifs.edu.br/institucional/estrutura-organizacional>).

As competências dos setores e unidades do IFS estão dispostas no regimento geral do IFS ([Regimento Geral atualizado conforme termo de audiência.pdf](http://www.ifs.edu.br/regimento-geral)), e os demais documentos oficiais podem ser consultados através da internet no endereço (<https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>).

Fonte: Reitoria (2018)

Figura 01 – Organograma do IFS

3. Modelo de negócios

O IFS tem como negócio principal os serviços de ensino técnico, profissional e tecnológico, atrelado à pesquisa, extensão e inovação tecnológica dispostos no círculo central e integrados conforme visto na Figura 02.

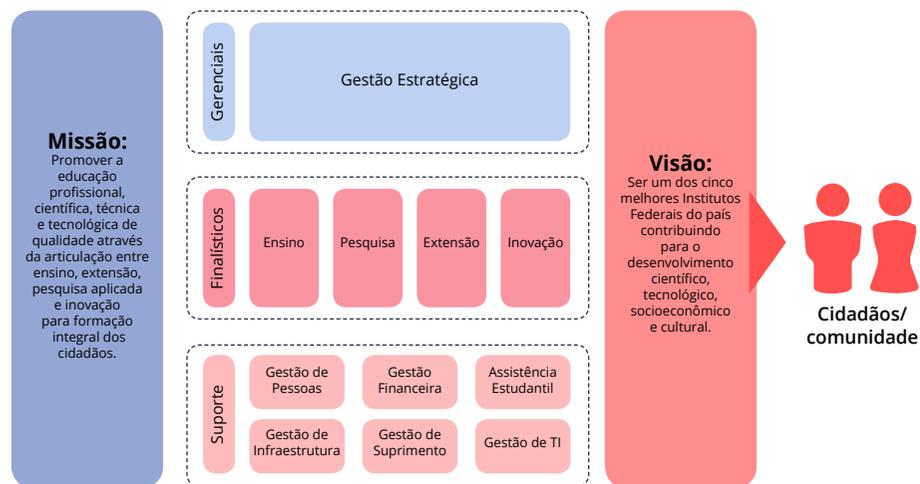


Figura 02 – Fluxograma dos Macroprocessos

Fonte: PRODIN

Desse modo o processo ensino/aprendizagem está ligado aos demais processos, à medida que os cidadãos crescem através da pesquisa e inovação tecnológica, e no alcance do IFS à comunidade com os cursos e programas de extensão.

Todos estes processos têm suas entradas a partir das necessidades (requisitos, expectativas e preferências) dos cidadãos e comunidade, e através da visão estratégica assegurando o seu desempenho e o cumprimento de sua Missão, para alcance de sua visão, pautados nos valores definidos pelo IFS.

O IFS iniciou uma sistemática de mapeamento de seus principais processos disponível no Portal de Processos, através do link: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/portal-de-processos>.

3.1. Produtos e Serviços

Os Macroprocessos finalísticos do IFS são o ensino, pesquisa, inovação e a extensão que geram valor para os cidadãos/sociedade, oportunizando os produtos e serviços conforme visto na figura 03.

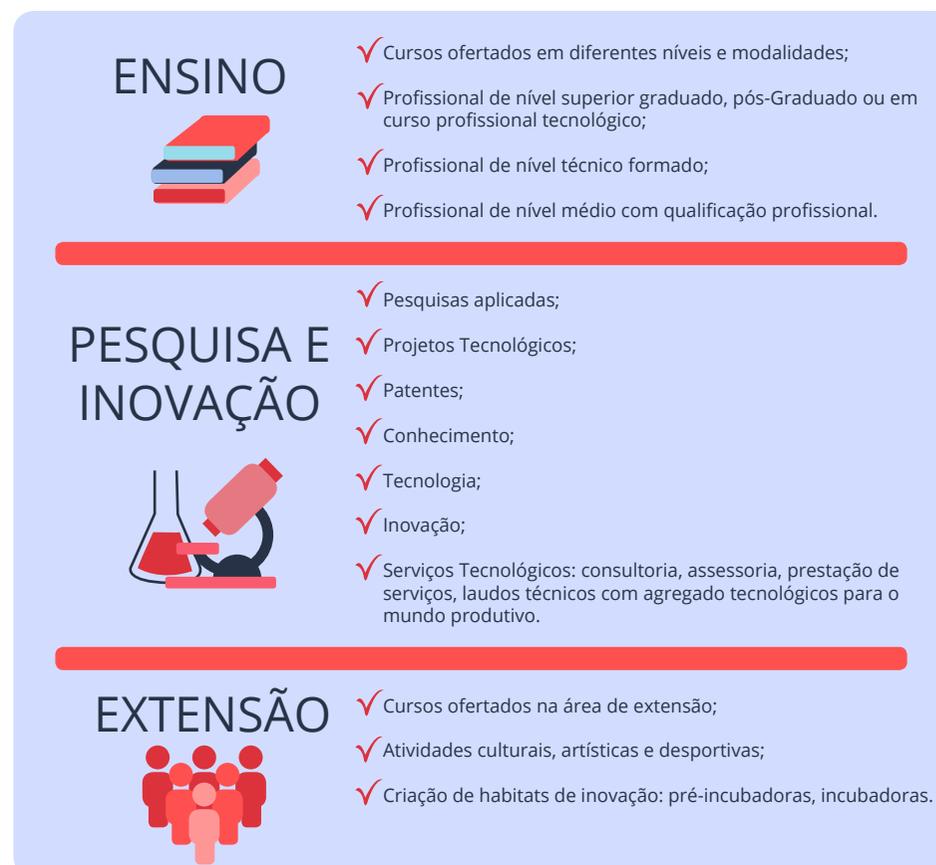
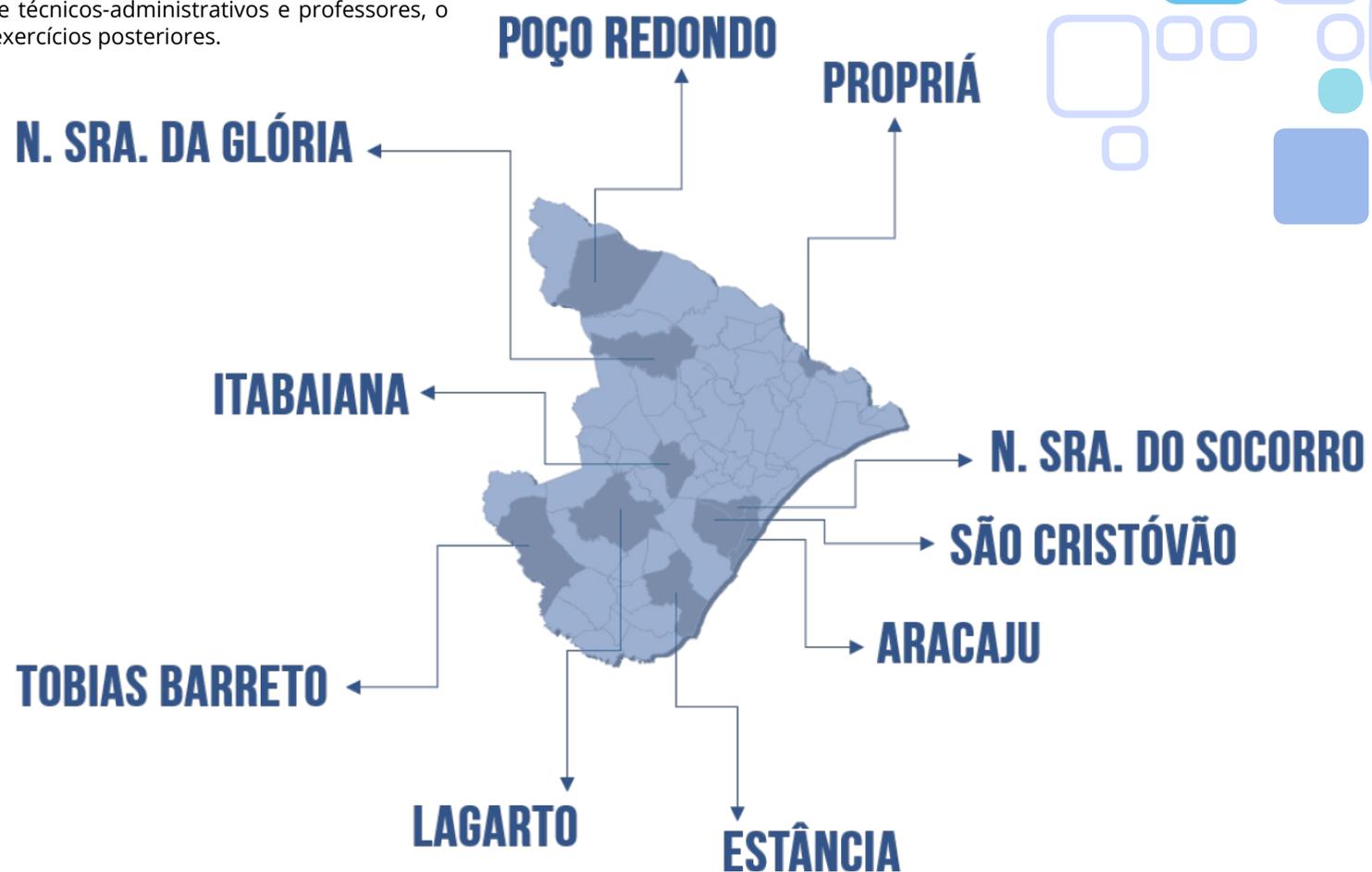


Figura 03 – Produtos e serviços ofertados

Fonte: PRODIN

4. Ambiente externo

O período recente da economia brasileira é marcado, sobretudo, por um cenário político instável, de desequilíbrio fiscal dos entes federados e de uma fraca retomada de uma demorada recessão. De forma geral, a busca pela redução do déficit das contas públicas em 2018 residiu especialmente no ajuste fiscal, o que afetou despesas correntes e de capital. Nesse contexto, o IFS, que tem suas despesas fixadas no orçamento da União, foi atingido pelo ajuste, principalmente, nos investimentos e nas despesas com capacitação dos servidores. Dessa forma, o cenário prejudicou a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, bem como influenciou na oportunização da capacitação de técnicos-administrativos e professores, o que possivelmente terá implicações em exercícios posteriores.



The image features a dark blue background with an abstract graphic design on the left side. This design consists of several rounded rectangular shapes in various colors: red, light blue, teal, and white. Some shapes are solid, while others are white outlines. The shapes are arranged in a somewhat vertical, cascading pattern. The text 'PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA' is positioned to the right of the graphic, centered vertically. The text is in a white, sans-serif font, with the first letter of each word being capitalized. The overall aesthetic is modern and professional.

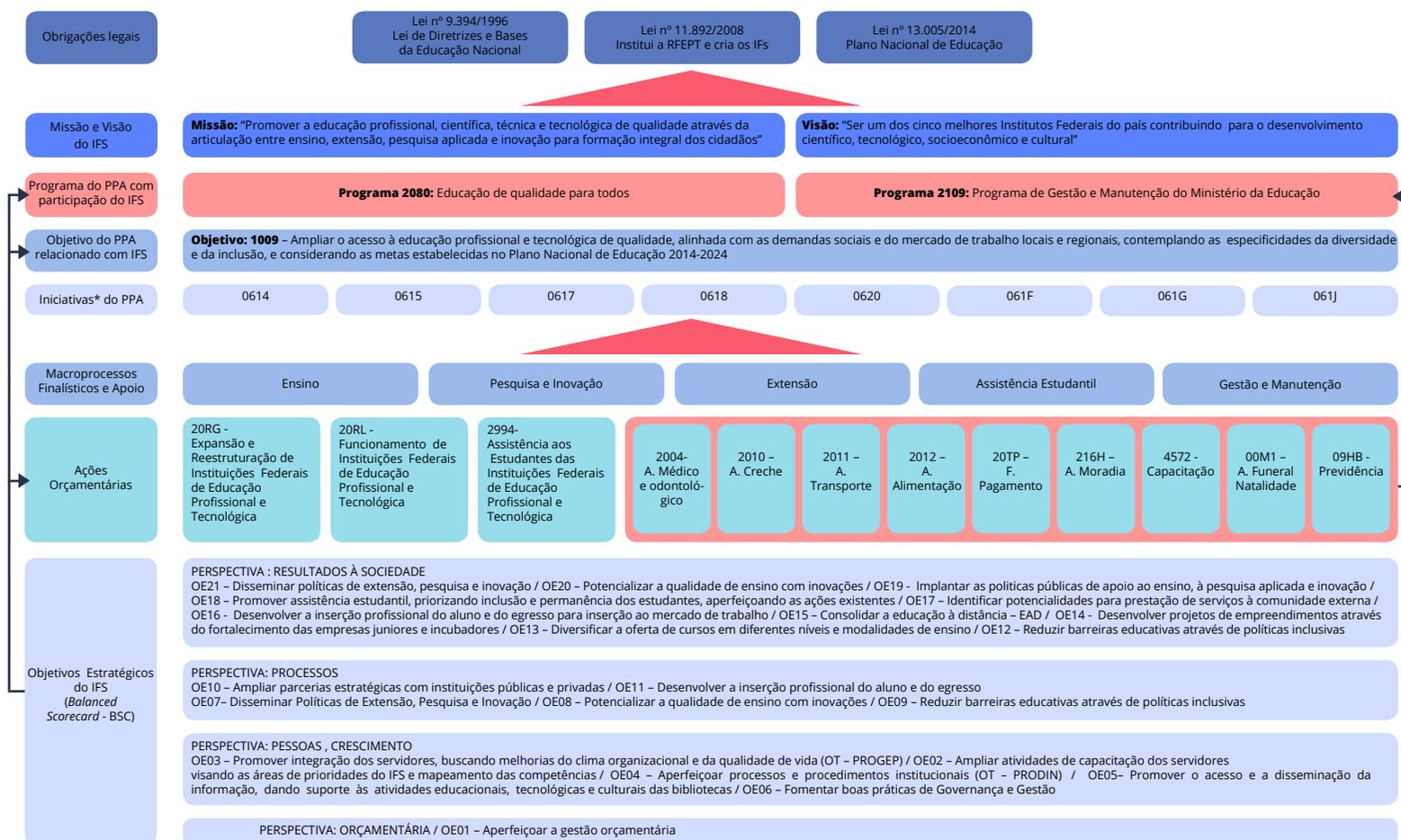
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
E GOVERNANÇA

1. Planejamento Estratégico e Governança

Informações sobre como o IFS realiza o seu planejamento, com apresentação do mapa estratégico, descrição das estruturas de governança e avaliação sobre como essa estrutura apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, assim como relacionamento com a sociedade e partes interessadas.

2. Ciclo do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico do IFS foi elaborado para o período de 2014 a 2019, sendo executado e revisto anualmente para atendimento da sua missão e visão. O relacionamento com o Plano Plurianual (PPA) 2015-2019 permite o cumprimento dos objetivos estratégicos, que integram-se às ações orçamentárias e relacionam-se com os macroprocessos finalísticos e de apoio da instituição.



*A descrição das iniciativas pode ser visualizadas no anexo I no PPA2019-2019 disponível no site: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>

Figura 04 - Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e o Planejamento Estratégico

Fonte: Prodin (2018)



3. Mapa Estratégico e Iniciativas Estratégicas

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no Mapa Estratégico, elaborado a partir da metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC.

A ideia é buscar, através do planejamento, a melhoria contínua da instituição, visando garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, assim como viabilizar a alocação de recursos para efetivação dos projetos e atividades, observando princípios constitucionais, além de permitir subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

As iniciativas estratégicas são diretamente associadas aos objetivos estratégicos e fazem parte do planejamento anual (projetos e planos de ação), e estão inseridas no GEPLANES (Software de Gestão do Planejamento Estratégico), podendo ser consultadas na internet no endereço (https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/index) através do *login*: cidadão e senha: 123456.

4. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas se realizam através de relatórios e/ou Reuniões de Análises Estratégicas (RAE's), em que são apresentados o status das metas e ações para que o gestor e seu *staff* tomem as devidas correções e ações nos desvios para o alcance das metas propostas. Nestas reuniões são apresentadas as principais dificuldades e as ações de melhoria.

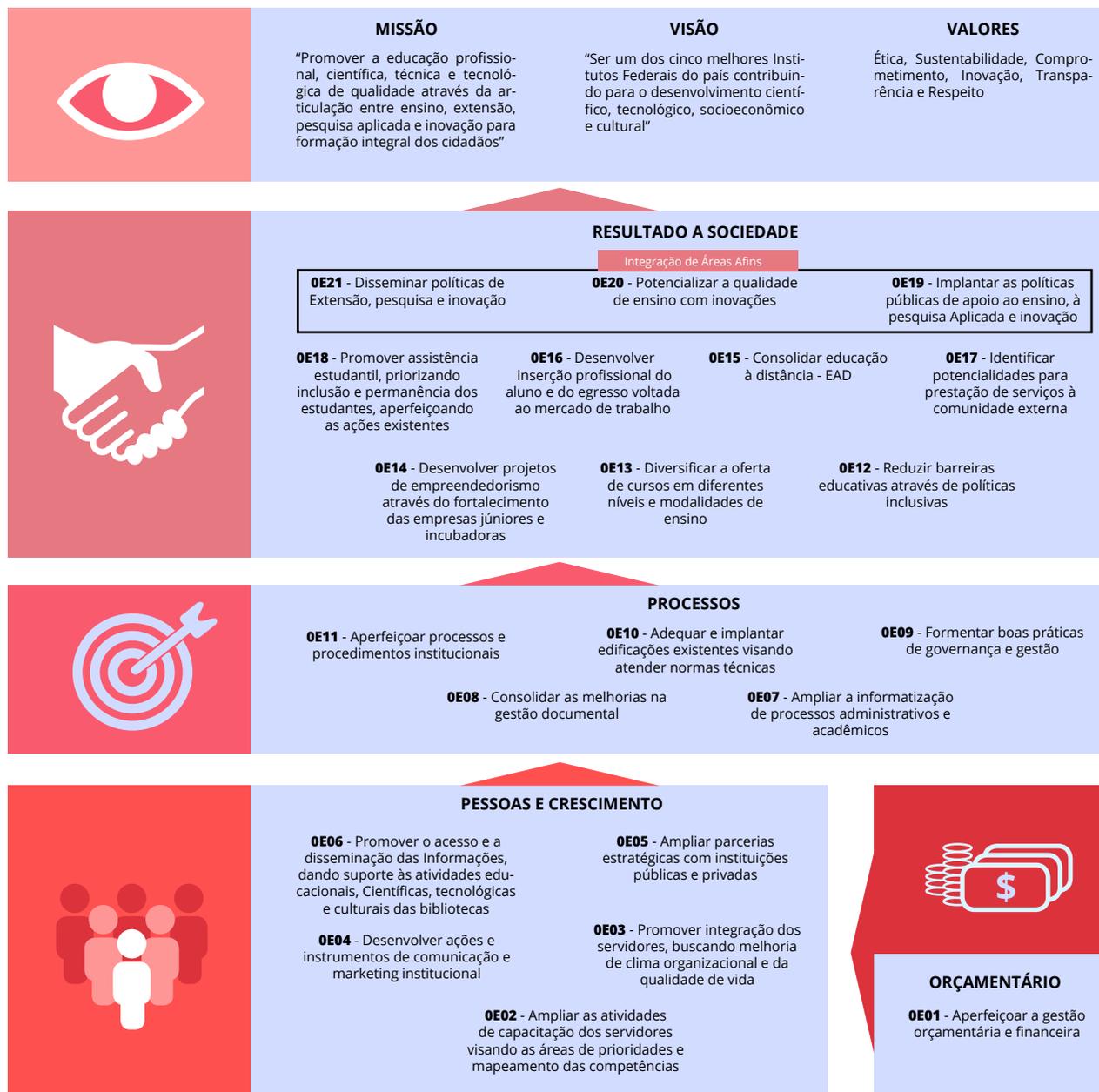


Figura 05 - Mapa Estratégico

Fonte: Prodin

5. Sistema de Governança Corporativa



Figura 06 - Sistema de Governança Corporativa do IFS, 2018.

Fonte: DGR/Prodin

6. Principais Instâncias Internas de Governança





Instâncias externas de governança

Estruturas que atuam de forma independente e autônoma na fiscalização, controle e regulação da governança do IFS e de diferentes órgãos.

Instâncias externas de apoio à governança

Estruturas que respondem por avaliação, auditoria e monitoramento independente, em cuja atuação podem ser identificadas oportunidades de melhoria que resultam em comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

Instâncias internas de governança

Estruturas que repondem pela definição, avaliação e monitoramento das estratégias e políticas institucionais, direcionando a atuação do órgão ao atendimento do interesse público.

Instâncias internas de apoio à governança

Estruturas que realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas ao IFS, bem como avaliam e monitoram, entre outras práticas, riscos e controles internos de gestão.



O Sistema de Governança do IFS, institucionalizado por meio da Deliberação nº 03/2018 de é o conjunto de elementos que indicam como atores diversos se organizam, interagem e procedem direta ou indiretamente para obter boa governança e gestão na tomada de decisão, viabilizando a missão, visão e valores institucionais para atender ao interesse social. (<http://www.ifs.edu.br/governanca/sistema-de-governanca>)

Em conformidade com o Decreto 9.203/2017, 22 de novembro de 2017, as instâncias de governança e de gestão do IFS devem promover o interesse social por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle, observando os seguintes princípios: capacidade de resposta: integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade; e transparência. (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm)

8. Colegiado de Assessoramento às Atividades Finalísticas

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Instituído pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS, é órgão normativo e consultivo de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFS para todos os níveis e modalidades de ensino.

Informações sobre composição, pautas e atas da reuniões, deliberações ou resoluções poderão ser acessadas no link: <https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colégiados/resolucoes.jsf>.

7. Colegiados Superiores

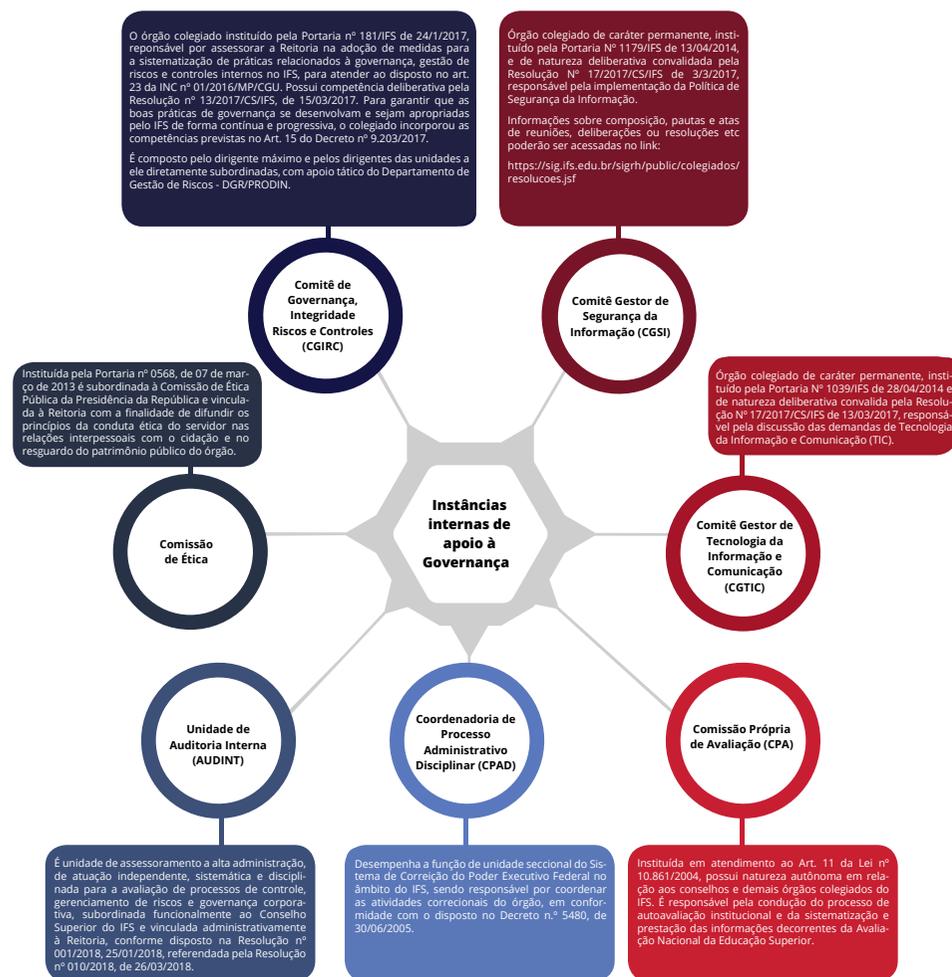
A administração dos Institutos Federais tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior que são presididos pela autoridade máxima do órgão.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores, Diretores-Gerais dos campi. No Instituto Federal de Sergipe, participam ainda do colegiado, Diretores Sistêmicos subordinados diretamente à Reitoria.

O Conselho Superior (CS) é o órgão máximo do IFS, de caráter consultivo e deliberativo, composto por 26 representantes entre titulares e suplentes, assim distribuídos: docentes (14), dos discentes (2), dos servidores técnico-administrativos (2), dos egressos da instituição (2), da sociedade civil (2), do Ministério da Educação (2) e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal (2).



9. Instâncias Internas de apoio à Governança



10. Principais Instâncias Externas de Apoio à Governança

CNE (<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>)
Conselho Nacional de Educação

CONIF (<http://portal.conif.org.br/br>)
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONAES (<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superio>)
Comissão Nacional de avaliação da Educação Superior

INEP (www.inep.gov.br)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SETEC (<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>)
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

11. Principais Instâncias Externas de Governança

MPF (www.mpf.mp.br)
Ministério Público Federal

TCU (www.tcu.gov.br)
Tribunal de Contas da União

CGU (www.cgu.gov.br)
Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União
Órgão do Governo Federal responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção.

CIG (www.casacivil.gov.br/governanca)
Comitê Interministerial de Governança
Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquia e fundacional.

MPDG (<http://www.planejamento.gov.br/>)
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Tem como missão planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

12. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna do IFS é órgão sistêmico, subordinada funcionalmente ao Conselho Superior do IFS e vinculada administrativamente à Reitoria. Tem como finalidades básicas, fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como desenvolver ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto. Sua atuação é regida pelas normas constantes no [Regimento Interno da Auditoria Interna do IFS](#), aprovado pela [Resolução nº 29/2015, de 27/02/2015](#), e posteriormente alterado pela [Resolução nº 001/2018, 25/01/2018](#) e referendada pela [Resolução nº 010/2018, de 26/03/2018](#), todas do Conselho Superior do IFS, disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Audint/Regimento_Interno_da_Audint.pdf.

Além deste, o Estatuto do IFS, alterado pela [Resolução nº 003/2018, 25/01/2018](#) e referendada pela [Resolução nº 012/2018, de 26/03/2018](#), na seção IV, Capítulo II, Título II traz o registro da definição e forma de funcionamento da Auditoria Interna, disponível em: http://www.ifs.edu.br/antigo/images/reitoria/2013/conselho_superior/estatuto/ESTATUTO_atualizado_conforme_Termo_de_Audi%C3%Aancia.pdf

Os trabalhos desenvolvidos pela Audint para atendimento das ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2018, no decorrer do exercício, foram realizados de forma centralizada, com servidores atuando na Reitoria. Porém, a equipe de auditoria atuou em atividades referentes a todos os Câmpus do IFS, durante o exercício 2018.

Quanto à estrutura organizacional, conforme art. 7º do seu Regimento Interno, a Auditoria Interna é composta pela Chefia da Auditoria, três coordenadorias (de Administração e Planejamento, de Execução das Ações de Controle e de Acompanhamento das Ações de Controle), Equipe Técnica e Equipe de Apoio.

No quadro a seguir são apresentados os Relatórios e as Notas de Auditoria que foram executados pela Auditoria Interna no exercício 2018 e que resultaram em recomendações à gestão:

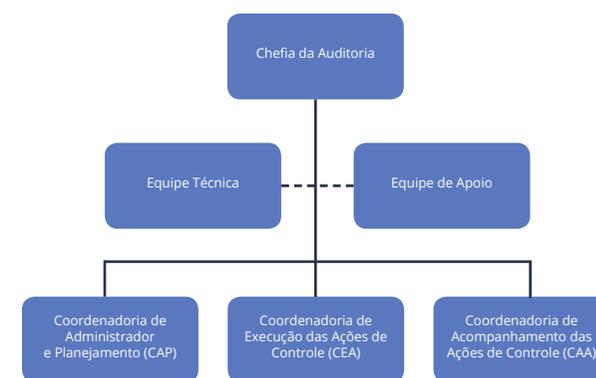


Figura 07 - Organograma da Audint

Fonte: AUDINT

Relatório/Nota	Assunto	Documento formal de envio e ciência à Alta Administração
001/2018	Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos no IFS	Memorando nº 047/2018/AUDINT/IFS
002/2018	Avaliação das Concessões de Diárias e Passagens	Memorando nº 083/2018/AUDINT/IFS
003/2018	Avaliação dos Controles Internos Administrativos – ACIA no processo de Concessão de Diárias e Passagens	Memorando nº 094/2018/AUDINT/IFS
004/2018	Avaliação das concessões de adicionais de insalubridade e periculosidade	Memorando nº 105/2018/AUDINT/IFS
005/2018	Avaliação das Concessões de Progressão por Capacitação dos Técnicos Administrativos	Memorando nº 123/2018/AUDINT/IFS

Quadro 01 - Relatórios e Notas de Auditoria da Audint

Fonte: AUDINT

Quanto à aceitação dos riscos pela não implementação das recomendações, a gestão assume-os, baseada em pareceres e/ou outros documentos que sustentem a divergência do seu entendimento sobre as circunstâncias fáticas ou quando a recomendação é monitorada em períodos sucessivos (3 anos ou seis monitoramentos) e a providência ainda não foi implementada, ficando em ambos os casos a responsabilidade pela assunção dos riscos a cargo do gestor, situações em que a Auditoria Interna procede à baixa das respectivas recomendações, não mais fazendo constar nos monitoramentos posteriores, e informa aos gestores dos riscos envolvidos em não implementar o quanto recomendado, conforme o item 5.5.1 do [Manual da Auditoria Interna do IFS](#) aprovado pela [Resolução nº 006/2017 do Conselho Superior do IFS](#).

Desde junho de 2017 que a Auditoria Interna informa em seus relatórios os riscos e efeitos envolvidos na não implementação das recomendações, bem como o teor das constatações alerta para os riscos decorrentes da não observância às normas, leis, procedimentos etc, com base em posicionamentos do órgão de controle interno (CGU) e jurisprudência do órgão de controle externo (TCU), similar ao evidenciado, e que são registradas no conteúdo das constatações.

13. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) é um sistema que visa armazenar e disponibilizar as informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito do IFS, podendo ser acessado através do site <https://siscor.cgu.gov.br>.

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018, o CGU-PAD teve o registro de 74 procedimentos, conforme os gráficos:

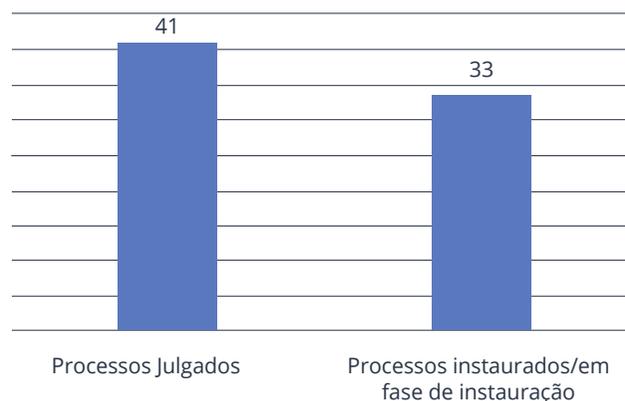
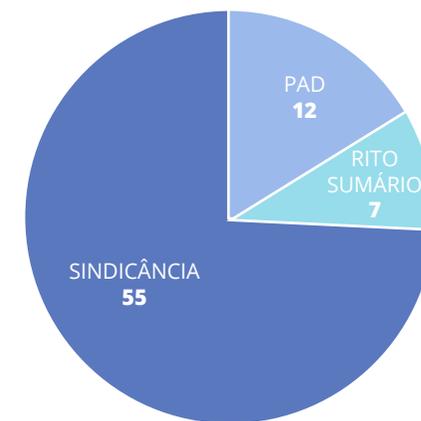


Gráfico 01 - Total de procedimentos



Fonte: CGU-PAD

14. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Os processos de reposição de valores ao erário, recebidos indevidamente por servidores, são tratados adotando-se o trâmite da Orientação Normativa nº 05/2013 (link: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/02/2013&jornal=1&pagina=107&totalArquivos=208>), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Em relação aos danos apurados em processo administrativo, os dados são encaminhados à autoridade superior, que por sua vez determina à unidade de Gestão de Pessoas que realize os descontos em folha de pagamento se for aplicável a servidor público, ou para emissão de GRU nos demais casos.

No ano de 2018, o IFS conseguiu reaver o montante de R\$ 274.497,58, tendo iniciado 93 processos com procedimentos de reposição:

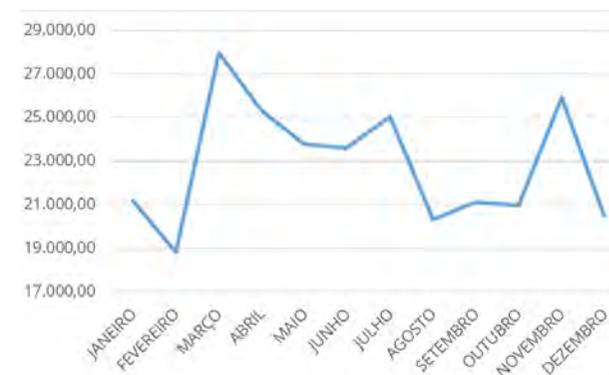


Gráfico 02 - Reposição ao erário em 2018 Fonte: Progep/IFS

15. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os canais de comunicação encarregam-se de facilitar a comunicação entre o IFS e a comunidade, a fim de promover uma melhor participação social, objetivando o aperfeiçoamento dos processos institucionais.

Na promoção de suas ações, a Ouvidoria do IFS é exercida por um Ouvidor, nomeado pela Reitora, que responde simultaneamente como Autoridade de Monitoramento da LAI – Lei de Acesso à Informação, utilizando na sua execução os canais:

Atendimento presencial

Carta

Telefone



(79) 3711-1444

E-mail



ouvidoria.reitoria@ifs.edu.br

Sistema e-SIC

Sistema e-OUV

16. Resultados dos serviços da LAI e da Ouvidoria

Visando atender à LAI – Lei de Acesso à Informação, o e-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, contém dados estatísticos que são gerados pelo próprio sistema: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018 o e-SIC recebeu o total de 228 pedidos de informação.

Tempo médio de resposta: 11,90 dias

Pedidos respondidos: 100%

Média mensal de pedidos: 19

Temas das solicitações		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Profissionais da educação	141	61,84%
Educação - Gestão escolar	65	28,51%
Educação - Educação profissional e tecnológica	17	7,46%
Educação - Educação superior	3	1,32%
Educação - Educação à distância	1	0,44%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	1	0,44%

Quadro 02 - Dados do e-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Fonte: Ouvidoria/IFS

Os resultados do sistema de ouvidoria e-OUV, utilizado para as manifestações de denúncias, reclamações, solicitações diversas, sugestões, elogios e pedidos de simplificação podem ser acessados em <https://sistema.ouvidorias.gov.br/salaouvidorias/index>

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018, os cidadãos que entraram em contato por **E-MAIL** ou **TELEFONE**, foram orientados a cadastrar as manifestações de ouvidoria no e-OUV e os pedidos de informação no e-SIC. Desta forma o acompanhamento do atendimento às manifestações e pedidos de informação se tornou mais eficaz. Não houve registro de atendimento para os canais **CARTA** e **PRESENCIAL**.

17. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O IFS divulga regularmente uma série de relatórios e documentos relevantes com informações referentes às ações, programas, projetos, atividades, contendo o planejamento institucional e os resultados da gestão, incluindo a carta de serviços ao cidadão.

Carta de Serviços ao Cidadão – URL: http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2017/4 - Abril/Carta_de_servico-2017.pdf

Institucional – URL: <http://www.ifs.edu.br/institucional>

Ações e Programas – URL: <http://www.ifs.edu.br/acoes-e-programas>

Plano de Desenvolvimento Institucional – URL: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifs>

Plano Anual de Trabalho – URL: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-anual-de-trabalho>

Relatório de Gestão – URL: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/relatorio-de-gestao>

Menu Acesso à Informação – URL: <http://www.ifs.edu.br/>

18. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A condução do processo de autoavaliação institucional, da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior permite aferir potencialidades e fragilidades, visando a oferecer uma ferramenta de apoio à gestão, bem como mostrar o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados à sociedade.

No exercício de 2017/2018, este trabalho contribuiu positivamente no conceito dos cursos superiores avaliados pelo MEC, com o IFS sendo classificada como a melhor Instituição federal do norte e nordeste.

Os gráficos a seguir mostram, como os discentes avaliaram o desempenho dos professores e dos cursos, numa escala de zero (0) a cinco (5).

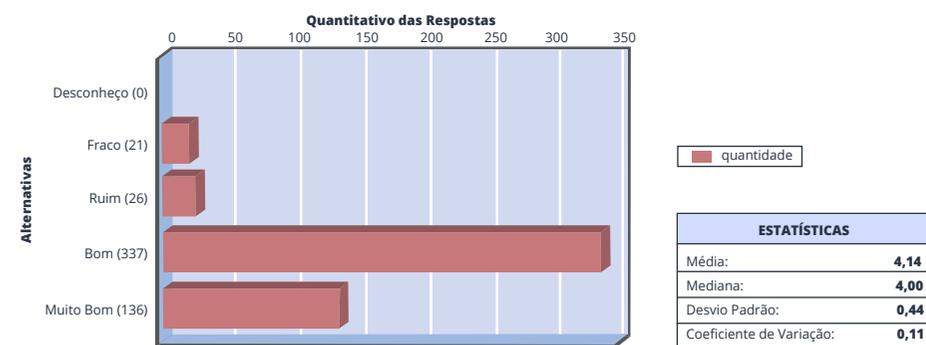


Gráfico 03 - Desempenho dos professores

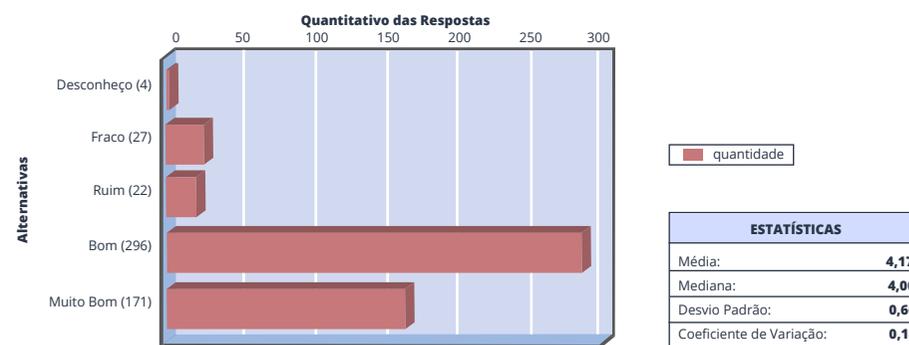


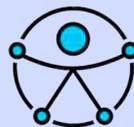
Gráfico 04 - Desempenho dos cursos

Fonte: CPA/IFS

Relatórios mais detalhados e as metodologias para obtenção dos resultados estão disponíveis em <http://www.ifs.edu.br/relatorios-cpa>



19. Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações



Projetos de destaque desenvolvidos pelo IFS

O IFS deu continuidade ao Programa de Tecnologias Assistivas e/ou Sociais com o desenvolvimento de dois programas que tem a finalidade de garantir a execução exitosa de projetos de pesquisa da área, através do desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, bem como produtos, métodos, processos ou técnicas, criados para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.



1 A NOVA IDENTIDADE DO SUJEITO SURDO ATRAVÉS DA LIBRAS

2 O UNIVERSO SURDO ATRAVÉS DA LIBRAS

3 TAZ - TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA PESSOAS COM ZUMBIDO

4 INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS DINÂMICAS

5 GEORREFERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE PÚBLICA AUDITIVA PARA PESSOAS QUE APRESENTAM SINTOMAS DE ZUMBIDO

6 É JOGANDO QUE SE APRENDE A VIVER EM IGUALDADE CONSTRUÇÃO DE GAMES

8 TRILHAS ECOLÓGICAS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: TRAÇANDO CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DAS NASCENTES DO IFS - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

7 HORTA SOLIDÁRIA: PLANTE UMA SEMENTE E TROQUE ESSA IDEIA

9 INFOVIA ELÉTRICA - A SOCIOINTEGRAÇÃO DIGITAL À COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS SOCORRO

11 ESCRITÓRIO MODELO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

13 DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE NAVEGAÇÃO AUTÔNOMA PARA UMA CADEIRA DE RODAS MOTORIZADA

10 EMAE (ESTUDO SOBRE OS BAIRROS DE ESTÂNCIA, FAZENDO O LEVANTAMENTO E DEFINIÇÃO DE SITUAÇÕES DE CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÕES.)

12 EMPRESA JÚNIOR DE ENGENHARIA CIVIL - SERCVIL

14 UM APLICATIVO EDUCACIONAL PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA PESSOA SURDA

Fonte: Propex/IFS (2018)

The image features a dark blue background with an abstract graphic design on the left side. This design consists of several rounded rectangular shapes in various colors: red, light blue, teal, and white. Some shapes are solid, while others are white outlines. The shapes are arranged in a somewhat vertical column, with some overlapping and others spaced out. The text 'GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS' is positioned to the right of the graphic, centered vertically relative to the main cluster of shapes.

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES INTERNOS



1. Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A gestão e controle de demandas judiciais no IFS é exercida pela Diretoria Executiva subordinada à Reitoria, a qual compete supervisionar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos de controle, MPU, AGU, Justiça Federal e Polícia Federal, por meio do Departamento de Assuntos Administrativos (DAAD) e do Departamento de Controle e Análise Processual.

Atua também no processo de gestão e controle, o Departamento de Cadastro, Pagamento e Administração de Pessoal (DCPAP), subordinado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, o qual responde pelo lançamento e atualização de rubricas de decisão judicial nos devidos sistemas informatizados (Regimento Interno da Reitoria. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/documentos/regimentos-internos>). No apoio à estrutura, atua a Procuradoria Federal junto ao IFS.

Ações judiciais ajuizadas em face do IFS, versam, basicamente, sobre prover direitos e vantagens de que tratam a Lei 8.112/90. Em termos quantitativos a Progep detém a gestão e o controle de volume mais expressivo de demandas, entre as quais se destacam: vantagens (indenizações, gratificações e adicionais); exercício provisório, remoção, redistribuição; contratação, concursos, acumulação de cargos; RSC, reposição ao erário.

A materialidade das matérias judicializadas que representam maior risco para o IFS são as propostas pelo Ministério Público, que, embora não tenham a instituição no polo passivo, são direcionadas à gestão, em razão das atividades desempenhadas.

2. Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão

O modelo de gestão de riscos do IFS considera em sua representação a regulamentação externa como elemento norteador, cuja base normativa dá sustentação aos pilares do modelo:

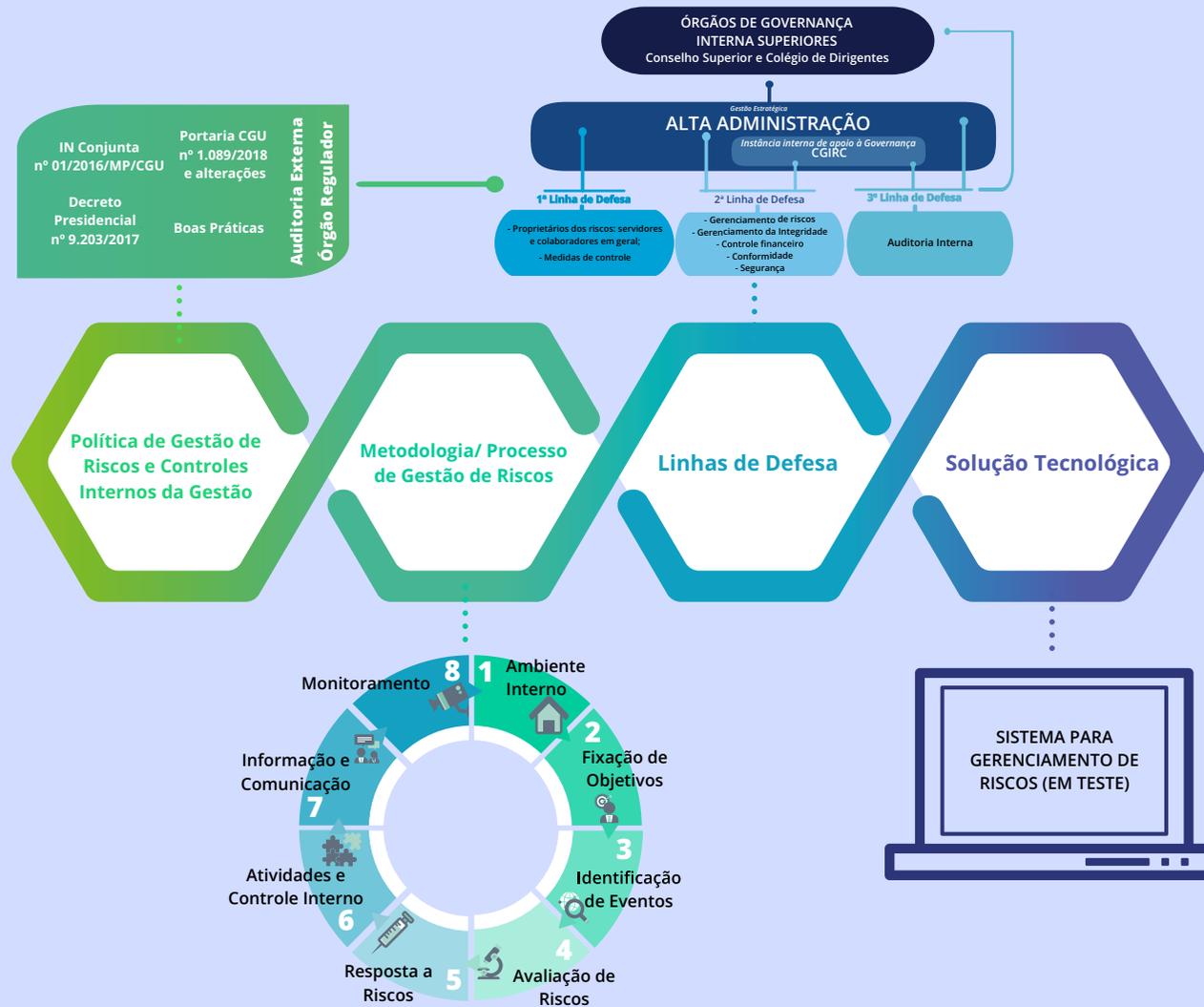
- A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão;
- Metodologia e Gestão de Riscos, que define o processo institucional da gestão de riscos no IFS;
- Três Linhas de Defesa, que indicam como diferentes atores se encaixam na estrutura geral de gestão de riscos e controles no IFS;
- Solução Tecnológica.

Componentes de Metodologia

- 1- Ambiente Interno: Integridade, valores éticos e competência das pessoas, delegação de autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos etc
- 2- Fixação de Objetivos: Explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão do IFS, em todos os níveis de gestão.
- 3- Identificação de Eventos: Levantamento dos riscos inerentes à atividade do órgão, com possíveis causas e consequências, em seus diversos níveis de gestão.
- 4- Avaliação de Riscos: Os riscos avaliados quando à sua condição de inerentes e residuais, sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência.
- 5- Resposta a Riscos: Estratégia a seguir: evitar, transferir (ou compartilhar), aceitar ou mitigar.
- 6- Atividades e Controle Interno: Procedimentos de controle (preventivos e detectivos) distribuídos por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções, inclusive planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.
- 7- Informações e Comunicação: Informações relevantes sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão; comunicação das informações produzidas para todos os níveis, por meio de canais e abertos.
- 8- monitoramento: Atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que assegurem a gestão de riscos e dos controles internos e seu adequado funcionamento.



2.1. Modelo de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão



Deliberação nº 01/2017/CGRC/IFS Disponível em:
https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf

3. Programa de Integridade

Decreto nº 9.203, de 22 de Novembro de 2017
Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018



Comprometimento e Apoio a Alta Administração no âmbito do Programa de Integridade

- Conflitos de Interesses
- Uso indevido ou manipulações de dados/informações
- Desvio de pessoal ou de recursos materiais
- Condução profissional inadequada
- Uso indevido de autoridade
- Nepotismo
- Ameaças à imparcialidade e à autonomia técnica

Gerenciamento de Riscos à Integridade

PRODIN
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
DGR
Departamento de Gestão de Riscos e Controles

Coordenação da estruturação, execução, monitoramento, orientação e treinamento

Unidades de Gestão da Integridade

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

AUDITORIA
Verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria

OUVIDORIA
Promoção da transparência ativa e do acesso à informação; tratamento de denúncias.

CPAD
Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar
Implementação de procedimentos de responsabilização e tratamento de denúncias

REITORIA
Nepotismo

PROGEP
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
DNSPD
Departamento de Normas, Seleção e Desenvolvimento de Pessoas
Tratamento de conflitos de interesses

COMISSÃO DE ÉTICA
Promoção da ética e de regras de conduta para servidores; tratamento de denúncias

Elaboração e aprovação do Plano de Integridade do IFS

Características da organização	PLANO DE INTEGRIDADE IFS
Riscos	
Medidas para tratamento de riscos	
Delimitação de Responsáveis e prazos	

Auto Avaliações



Avaliações independentes (CGU e/ou Auditoria Interna)

Execução e Monitoramento

Avaliações Contínuas/ Específicas

O IFS no ano de 2018 cumpriu 100% da estruturação do Programa de Integridade criado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que resultou na elaboração do Plano de Integridade a ser executado e monitorado no exercício corrente.

Conheça as etapas e detalhes dos procedimentos no link:
<http://painéis.cgu.gov.br/integridadepublica/index.htm>

4. Natureza e Categoria dos Riscos

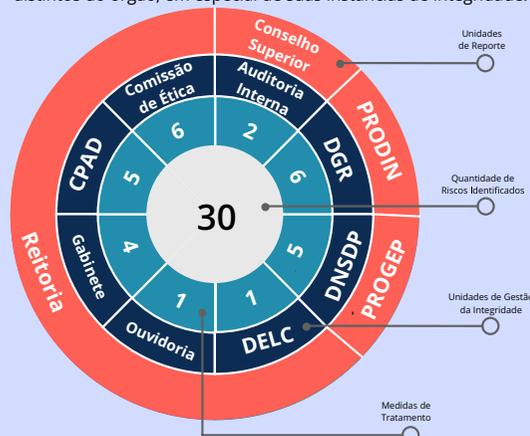


5. Principais Riscos e sua vinculação aos Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico (OE09): Fomentar boas práticas de governança e gestão

Riscos para integridade

No processo de elaboração do Plano de Integridade do IFS exercício 2018/2019, foram levantados 30 (trinta) riscos para a integridade e definidas as respectivas medidas de tratamento que demandam o apoio da Alta administração e a atuação conjunta de setores distintos do órgão, em especial de suas instâncias de integridade.



As medidas específicas para o gerenciamento de riscos para a integridade se encontram indicadas na Deliberação nº 10/2018/CGIRC/IFS.

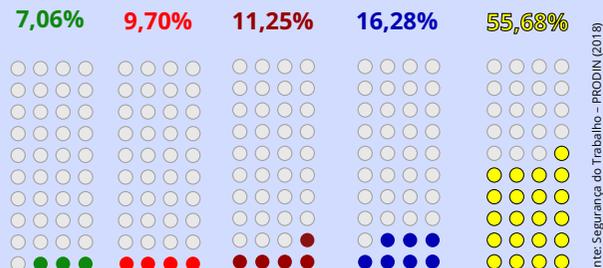
Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf.

Objetivo Estratégico (OE03): Promover integração dos servidores, buscando melhoria na de clima organizacional e da qualidade de vida

Riscos ambientais

No exercício de 2018, foi realizado o levantamento dos riscos ambientais, avaliados nos aspectos físico, químico, biológico, ergonômico e acidentes, nos setores administrativos, nas salas de aula, e nos laboratórios dos campi Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Própria, São Cristóvão, Socorro, Tobias Barreto, bem como na estrutura da reitoria e seus anexos.

O percentual de 55,68% para o aspecto "ergonômico" que se justifica pela prevalência de setores administrativos no órgão, para o qual se propôs como medidas corretivas, a aquisição de cadeiras, apoio para os pés e suporte para estações de trabalho, a serem monitoradas no exercício corrente.



Físico Químico Biológico Acidentes Ergonômico

Conheça as medidas de tratamento dos riscos ambientais, acessando o Programa de Prevenção de riscos ambientais (PPRA) 2017.

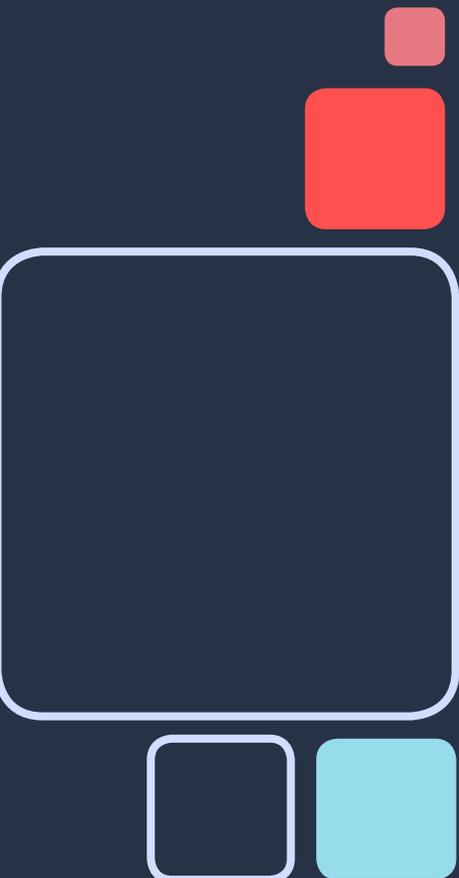
Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/seguranca-do-trabalho>.

Objetivo Estratégico (OE11): Aperfeiçoar processos de procedimentos institucionais

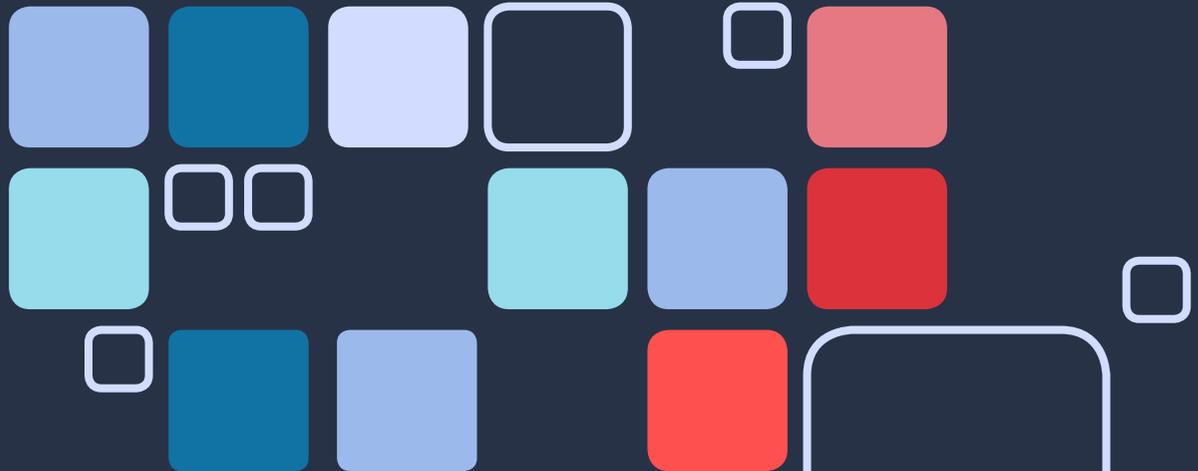
Riscos operacionais

Em 2018, a metodologia de gestão de riscos foi também aplicada ao processo de gestão processo de gestão de contratos, com a identificação dos seguintes principais riscos:





RESULTADOS DA GESTÃO



1. Resultados da Gestão

Demonstração dos principais resultados alcançados em 2018 com relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos, por meio de indicadores sobre metas, justificativas para o resultado e expectativas para os próximos exercícios.

2. Objetivos estratégicos finalísticos

O planejamento estratégico do IFS é monitorado através do sistema Geplanes (Software de Gestão de Planejamento Estratégico). Com ele é possível consultar indicadores, metas e iniciativas, tais como ações/projetos/programas desenvolvidos para atingimento de resultados programados.

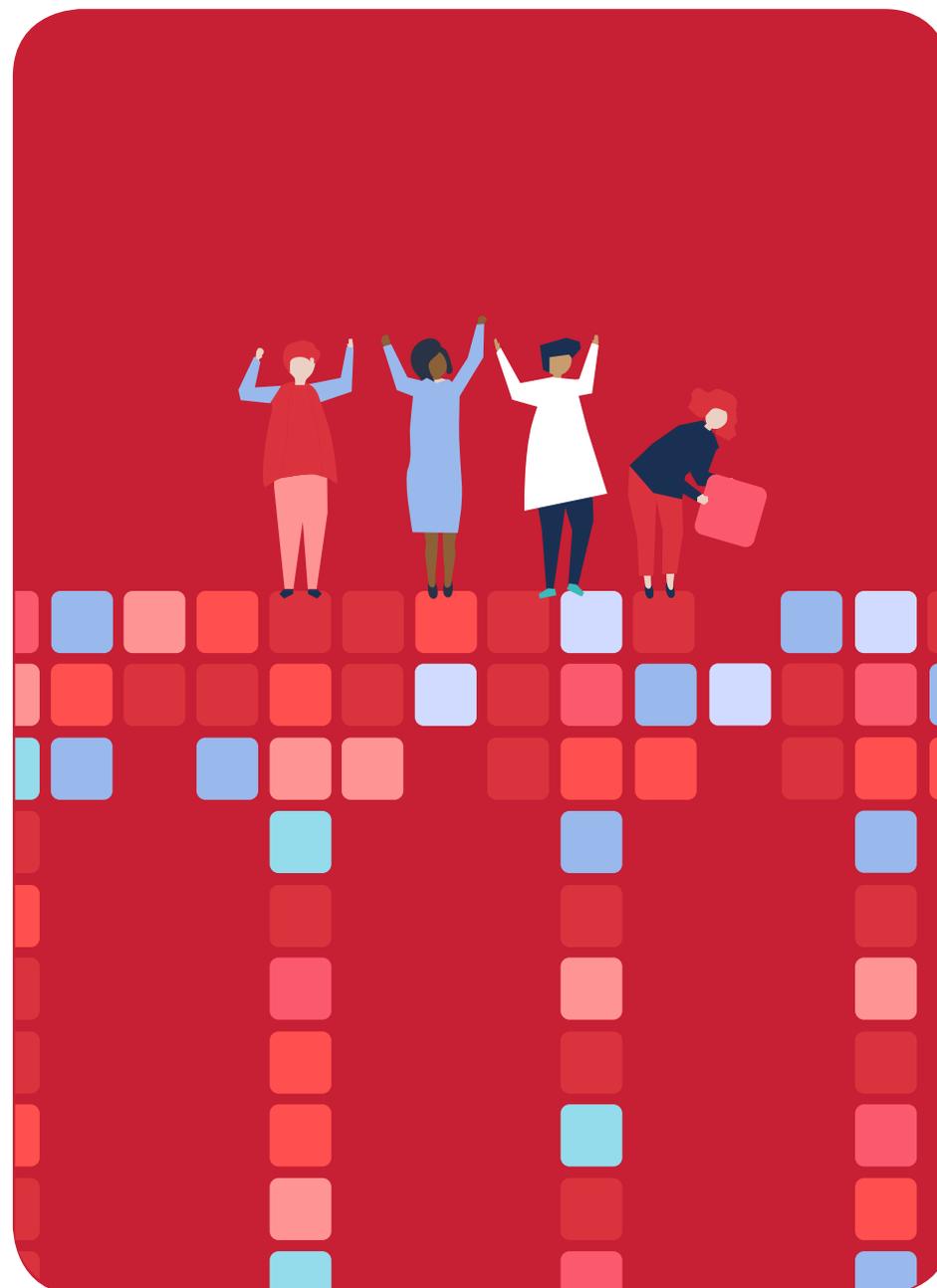
O planejamento é decomposto em objetivos estratégicos dispostos no [Mapa Estratégico do IFS](#), com divisão através de 4 perspectivas para o alcance da missão: resultados a sociedade, processos, orçamentário, pessoas, crescimento e inovação. Com o conhecimento dos seus resultados, comparando-se as metas previstas x metas realizadas é possível identificar desafios e incertezas, que podem conduzir a melhorias no desempenho institucional.

2.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos

Os resultados demonstram os principais programas e projetos/iniciativas, além de Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos traçados.

A seguir são demonstrados os dados obtidos no exercício, descrevendo-os a partir da representação do mapa estratégico, iniciando-se através dos resultados a sociedade, que geram valor público de forma imediata.

Visando maior transparência, o cidadão pode acessar o Geplanes no endereço eletrônico (https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index) para ter acesso às iniciativas e resultados por meio do menu: verificar /relatórios, utilizando o login: cidadão e senha: 123456.



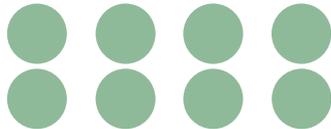
3. Perspectiva: Resultados a sociedade

OE21 Disseminar políticas de extensão, pesquisa e inovação



OE20 Potencializar a qualidade de ensino com inovações

Número de eventos para potencializar a qualidade do ensino



Previsto: 1 Realizado: 8

OE19 Implantar as políticas públicas de apoio ao ensino, à pesquisa aplicada e inovação

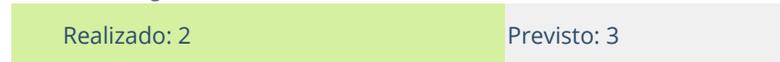
Número de políticas públicas e institucionais implementadas



Previsto: 4 Realizado: 3

OE18 Promover assistência estudantil do IFS, priorizando inclusão e permanência dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes

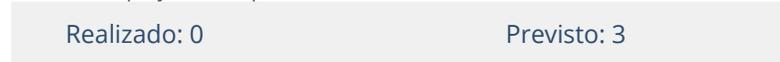
Número de Regulamento e/ou Normas do PRAAE reformuladas



Percentual de campi supervisionados e acompanhados



Número de projetos adequados e reformulados



OE17 Identificar potencialidades para prestação de serviços à comunidade externa



OE16 Desenvolver a inserção profissional do aluno e do egresso ao mercado de trabalho



Previsto: 2 Realizado: 9

Número de eventos e cursos para inserção profissional do aluno e egresso

OE14 Desenvolver projetos de empreendedorismo através do fortalecimento da empresa Júnior e incubadores



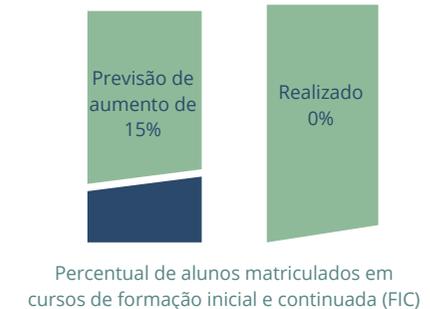
Previsto: 16 Realizado: 6

Número de projetos de pré-incubação de empresas juniores e empreendimentos

OE13 Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino

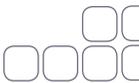


OE12 Reduzir barreiras educativas através de políticas inclusivas



Percentual de alunos matriculados em cursos de formação inicial e continuada (FIC)

Fonte: Prodin



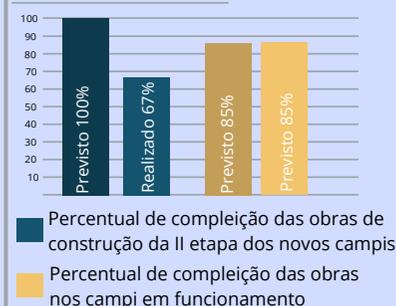
4. Perspectiva: Processos

OE11. Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais

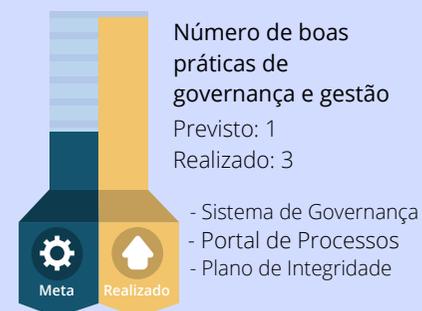


- Percentual de execução do PDI 2014-2019
- Número de projetos para modernização dos processos e procedimentos de gestão
- Percentual de ações estratégicas do PDTIC

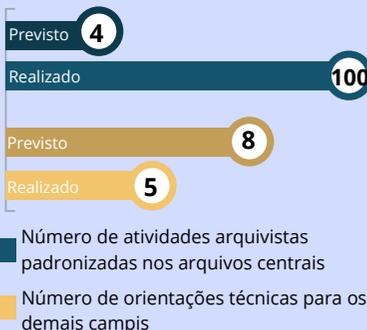
OE10. Adequar e implantar edificações existentes visando atender normas técnicas



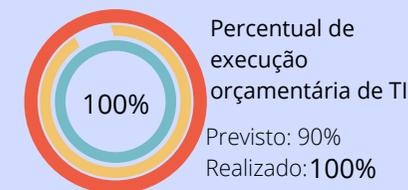
OE09. Fomentar boas práticas de governança e gestão



OE08. Consolidar as melhorias na gestão



OE07. Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos



Fonte: Prodin

5. Perspectiva: Pessoas, Crescimento e Inovação

OE06. Promover o acesso e a disseminação das informações, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais das bibliotecas



OE05. Ampliar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas



OE03. Promover integração dos servidores, buscando melhorias do clima organizacional e da qualidade da vida



OE04. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação e marketing institucional



OE02. Ampliar atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridades do IFS e mapeamento das competências



Fonte: Prodin

6. Perspectiva: Orçamentária

OE01. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Percentual de execução orçamentária

Previsto: 80%

Iniciativa: Monitorar e acompanhar a execução orçamentária a fim de racionalizar os recursos.

Realizado:
98,87%



Fonte: Prodin

Avaliação do desempenho em relação às metas previstas:

- Resultados à sociedade (70,14%)
- Processos (93,04%)
- Pessoas, Crescimento e Inovação (92,55%)
- Orçamentária (98,87%)

Fonte: Prodin

No geral o resultado dos objetivos estratégicos atingiu 88,43%, considerado um nível desejável para viabilizar o alcance da Missão e Visão do IFS.

7. Desafios e próximos passos

No exercício de 2018 a consecução dos objetivos estratégicos foi fortemente influenciada pelo contingenciamento de recursos e, em especial, pela mudança na legislação aplicável ao sistema federal de ensino, com destaque para as mudanças introduzidas pelo Decreto 9.235/2017, que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação.

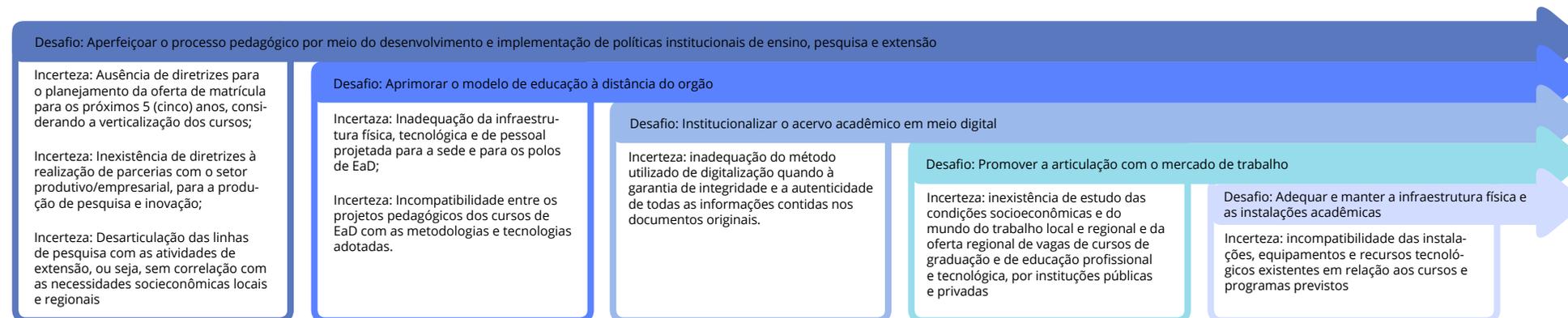
Para o alcance da missão e dos objetivos estratégicos finalísticos do IFS para os próximos exercícios, têm-se como principais desafios no ambiente interno, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2024) e seu desdobramento em planos específicos e anuais, que impactarão diretamente os macroprocessos institucionais cujo processo ocorrerá concomitante à implementação de novo modelo de gestão, decorrente da consulta ocorrida em 2018.

Os principais desafios e incertezas para a consecução da atividade finalística e de apoio levarão em conta também os resultados individuais do IFS no Levantamento Integrado de Governança Pública, promovido pelo Tribunal de Contas da União a partir de 2017 por um período de cinco anos consecutivos. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2018/resultados.htm>.



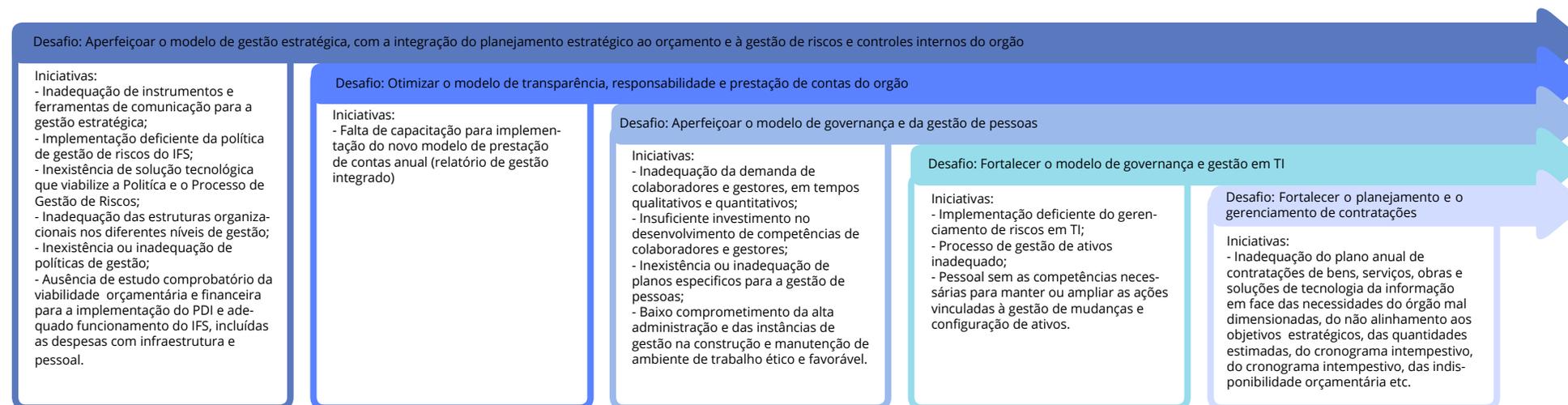
7.1. Desafios e incertezas dos macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos ensino, pesquisa, extensão e inovação traduzem a perspectiva de resultados à sociedade, cujos objetivos viabilizam a atividade finalística do IFS. Dentre os desafios e incertezas (riscos) para os próximos anos, destacam-se:



7.2. Desafios e incertezas dos macroprocessos de apoio

Os macroprocessos de apoio (ou de suporte) compreendem as atividades que geram sustentação para que atividades finalísticas e de gestão estratégica do IFS ocorra. Alguns desafios poderão estar presentes nos exercícios vindouros:



The image features a dark blue background with an abstract graphic design on the left side. This design consists of several geometric shapes: a large white-outlined rounded rectangle at the top left, a smaller red square below it, a light red square to its right, a cyan square below the light red one, a large red square in the center, a white-outlined square to its left, and a cyan square below the white-outlined square. Below these are several smaller squares in shades of blue, cyan, and red, some with white outlines, arranged in a scattered pattern. The text 'ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO' is positioned to the right of the central red square.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E
ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

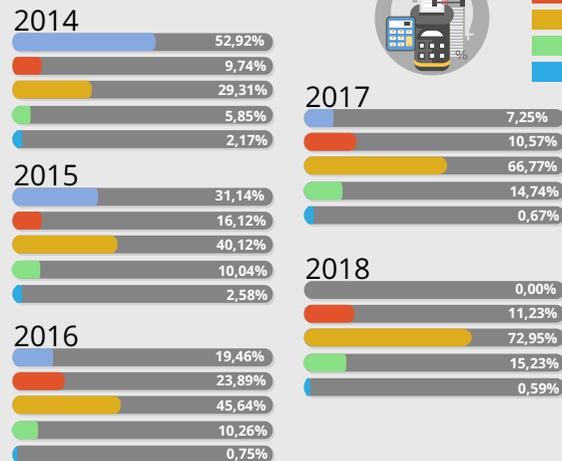


1. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Demonstração da alocação de recursos com vistas ao cumprimento da missão e dos principais objetivos do IFS, abrangendo a avaliação sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados da unidade, tais como pessoal, tecnologia da informação, licitação e contratos, infraestrutura e gestão patrimonial, sustentabilidade ambiental.

2. Gestão orçamentária e financeira

DOTAÇÃO ATUAL



- 20RG Investimentos - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
- 20RL Investimentos - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- 2094 Outras Despesas Correntes - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
- 2994 Outras Despesas Correntes - Assistência ao Educando da Educação Profissional
- 4572/6358 Outras Despesas Correntes - Capacitação de Servidores Públicos Federais

As escolas da Rede Federal de Educação Profissional viveram um momento singular em sua história, fato esse evidenciado pelo Plano de Expansão I e II do Governo Federal. Em números, a quantidade de unidades da Rede saiu de 140 unidades em 2002 para 562 unidades em 2014, um aumento de 400% em pouco mais de 10 anos. Nesse contexto, entre os anos de 2014 a 2018, o Instituto Federal de Sergipe efetuou diversas despesas necessárias para o pleno desenvolvimento das suas atividades e o cumprimento dos projetos destacados pelo Ministério da Educação.

Nota-se que há uma brusca queda na dotação total destinada para o Instituto Federal de Sergipe, principalmente no que se refere à ação 20RG. Essa queda justifica-se pelo exaurimento da expansão da Rede. Dotações da 20RL e 2994 permanecem basicamente estáveis dentro da dotação total, atualmente o orçamento do Instituto é composto majoritariamente por Funcionamento e Assistência Estudantil.

ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

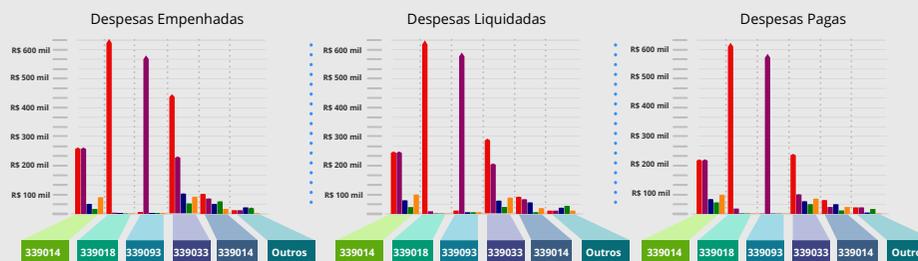
2994 (IFS)



Dentro da ação 2994, relativa a assistência estudantil da Rede Federal, destaca-se as despesas com auxílio financeiro a estudantes que são compostos por benefícios concedidos. De acordo com a DIAE, foram diversos auxílios e bolsas, a saber: Permanência Estudantil, Estudantes da Educação de Jovens e Adultos - Projea, Residência, Bolsa Trainee, Auxílio Eventual, Refeitório (somente para estudantes dos campi Aracaju e São Cristóvão), Fardamento e Material escolar, Arte, Cultura e Desporto, Incentivo ao Êxito Acadêmico, Monitoria, Partilhando Saberes e Participação em Eventos durante os 5 anos.

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

4572/6358 (IFS)



- 339014 PESSOAL CIVIL
- 339018 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
- 339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES
- 339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
- 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

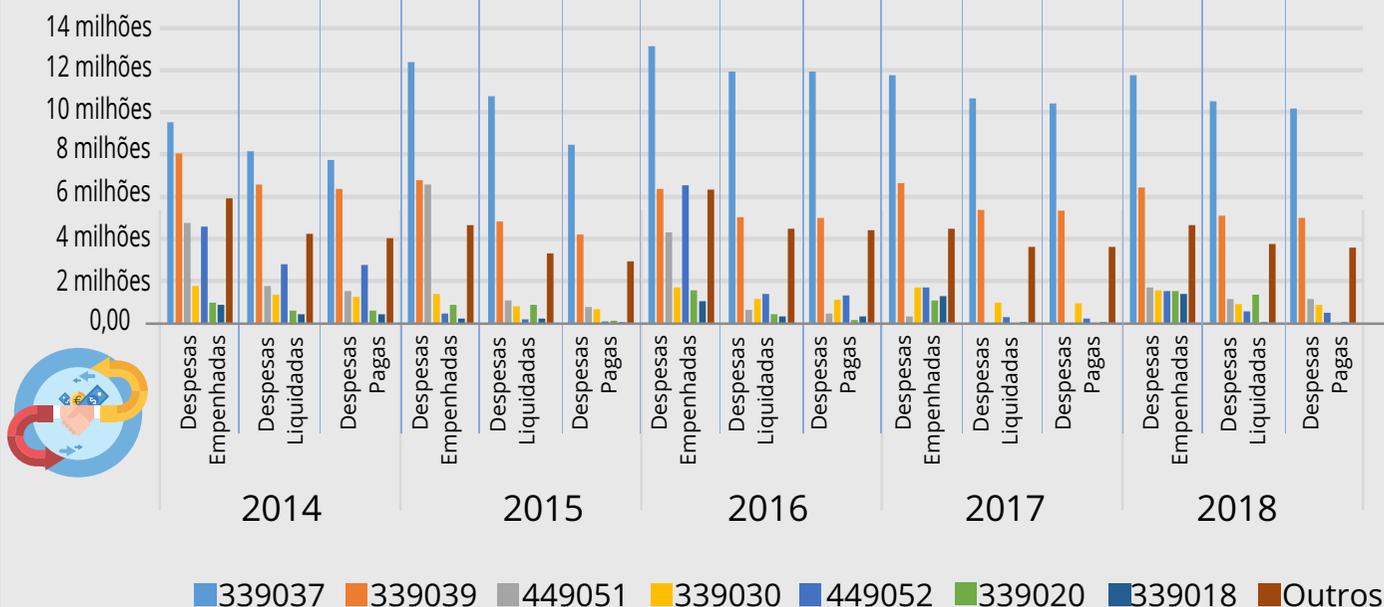
Dentro das ações 4572/6358, relativas a capacitação de servidores da Rede Federal, destacam-se as despesas com auxílio financeiro a estudantes, que foram pagas com editais de bolsa qualificação. Além desta, diárias e passagens foram concedidas para que o corpo de técnicos-administrativos e docentes fossem qualificados, servindo melhor a comunidade.

Fonte: APO/Prodin



DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

20RL (IFS)



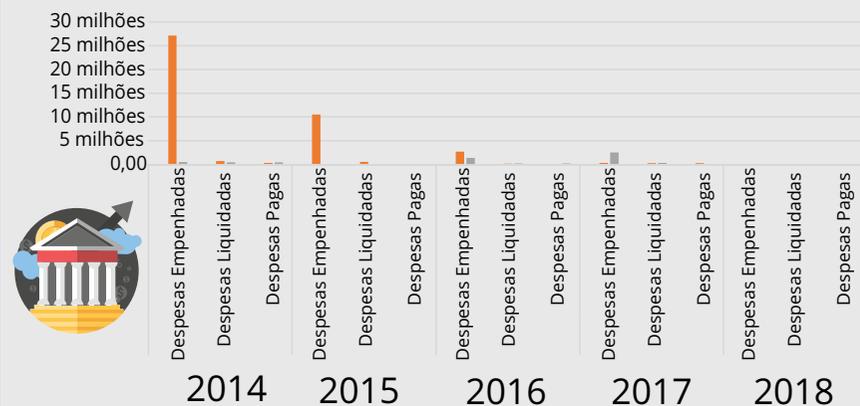
Dentro da ação 20RL, relativa ao funcionamento da Rede Federal, destacam-se as despesas com terceirização (apoio administrativo, vigilância ostensiva, limpeza), serviços de pessoa jurídica (água e esgoto, energia elétrica, locação de imóveis), material de consumo (combustível, produtos de higiene, material para laboratórios, material de expediente), as naturezas relativas a auxílios financeiros referem-se aos editais lançados pela PROPEX que ajudam a cumprir o papel de pesquisa, extensão e inovação do Instituto. Ainda na ação de funcionamento temos as despesas com capital, que ajudam no investimento da estrutura do IFS. Despesas com obras colaboram na acomodação da sociedade e aquisições de computadores, livros, mobiliário em geral na modernização do Instituto.

- 339037 – Locação de mão de obra
- 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
- 339030 – Material de consumo
- 339018 – Auxílio financeiro a estudantes
- 339020 – Auxílio financeiro a pesquisadores
- 449051 – Obras e instalações
- 449052 – Equipamentos e material permanente



DESPESAS COM RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

20RG (IFS)



Dentro da ação 20RG, relativa a expansão e reestruturação da Rede Federal, destaca-se as despesas com obras. Em 2014 o orçamento elevado foi consignado à obra do campus Aracaju. No mais, quase todo o investimento no nosso Instituto tem sido feito por meio da ação de funcionamento (20RL).

- 449039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 449051 – Obras e Instalações
- 449052 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: APO/Prodin

3. Gestão de pessoas

3.1. Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar o fiel cumprimento da Lei nº 8.112/1990, regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal de Sergipe observa o conjunto de regras, diretrizes e princípios estabelecidos pelo Governo Federal e seus órgãos de controle. Inclusive, vale ressaltar, o IFS verifica e contempla diariamente, as prescrições publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, do Ministério do Planejamento, órgão central do SIPEC, ao qual este Instituto mantém subordinação.

Indicadores de Conformidade

O IFS declara anualmente a observância às normas e o cumprimento dos seguintes tópicos como sendo indicadores de conformidade. São eles:

- 1 – Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC e Fiscalização de Pessoal através do e-Pessoal;
 - 2 – Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
 - 3 – Atendimento às demandas via Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.
- Quanto ao item 1, o IFS registrou todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no SISAC até 04/03/2018, conforme Instrução Normativa TCU nº 55/2007 e a partir de 05/03/2018 através do e-Pessoal, conforme Instrução Normativa TCU nº 78/2018.

- Em atenção ao item 2, o IFS responde aos seguintes sistemas de controle: Sistema e-Pessoal Módulo de Índices do TCU, sistema Monitor da CGU, sistema de Trilha de Auditoria de Pessoal da CGU, além de atender demandas vindas da Auditoria Interna do Instituto.

- Em relação ao item 3, o IFS atendeu todas as demandas concernentes ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Dos 228 pedidos abertos no SIC para o IFS, 124 foram voltados diretamente para a área de Gestão de Pessoas, com 100% de atendimento.

3.2. Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal do Instituto Federal de Sergipe se resume em duas áreas: área meio e área fim. A área meio engloba diversos cargos da carreira de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), conforme disposto na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já a área fim, especificamente, com o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é respaldado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

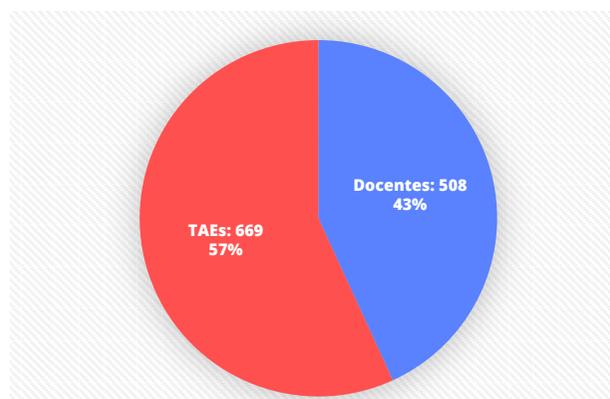


Gráfico 05 - Quadro de servidores do IFS
Fonte: PROGEP/IFS

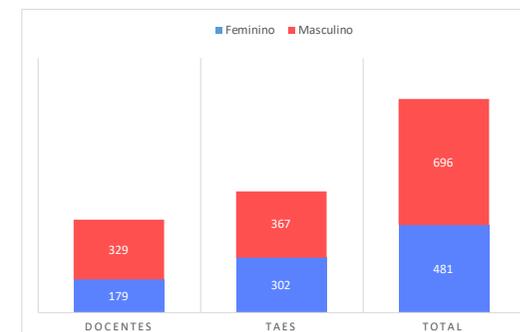


Gráfico 06 - Quadro de servidores do IFS
Fonte: PROGEP/IFS

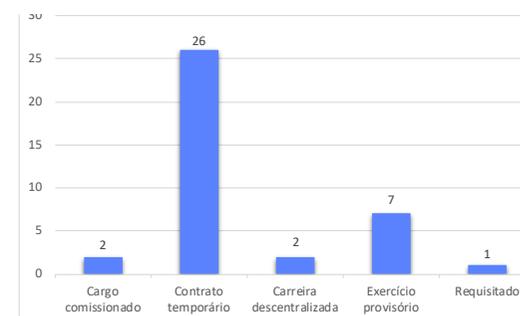


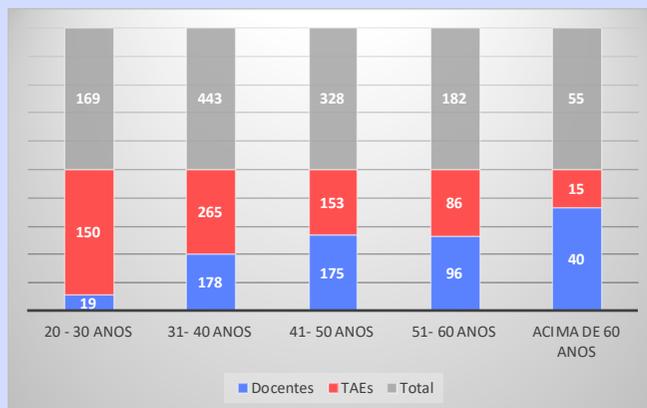
Gráfico 07 - Outras situações.
Fonte: PROGEP/IFS

Nos últimos 05 anos houve um acréscimo de 237 servidores ao quadro funcional do IFS:



Gráfico 08 - Servidores do IFS
Fonte: PROGEP/IFS

3.3. Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas em 2018



Há um número expressivo a ser considerado, em relação à faixa etária acima dos 50 anos de idade: são servidores com perspectiva de agregação de força de trabalho abaixo do esperado pelo fato de estarem próximos ao direito de concessão de aposentadoria, principalmente os docentes que possuem o fator redutor de 05 anos na idade e no tempo de contribuição, se comprovarem tempo de contribuição, integralmente, de magistério.

Gráfico 09 - Força de trabalho por faixa etária.

Fonte: PROGEP/IFS

3.4. Detalhamento da Despesa de Pessoal em 2018

- 09 editais de remoção: 06 para docente e 03 para TAEs;
- 32 servidores removidos: 04 docentes e 28 TAEs;
- Foram efetivadas remoções de editais de 2017, bem como na modalidade “de ofício, no interesse da administração” e “a pedido, a critério da Administração”. Com isso, em 2018 foram removidos 45 servidores, dos quais 35 são ocupantes dos diversos cargos TAEs e 10 da carreira docente.

• Gasto com Pessoal Ativo: R\$ 132.671.670,02

• Gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) superou R\$ 37.000.000,00

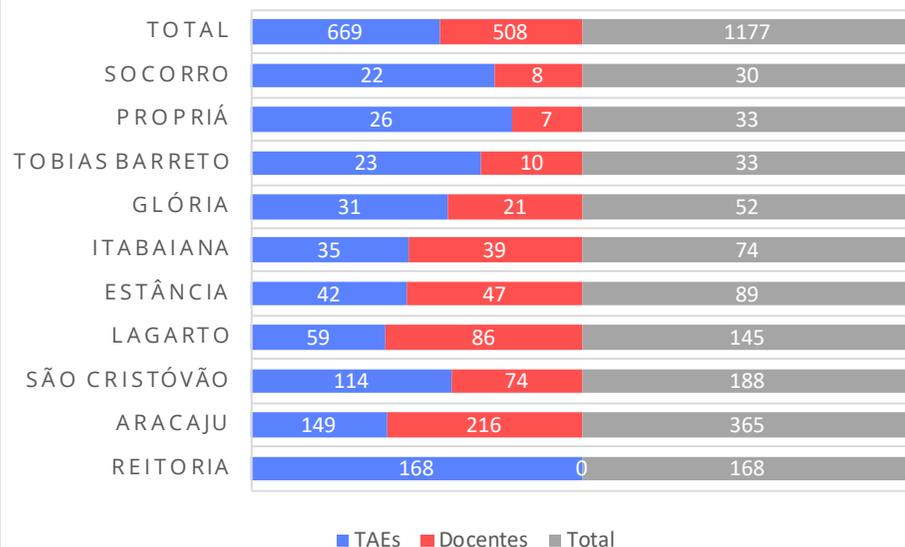


Gráfico 10 - Distribuição da Força de trabalho por unidade do IFS.

Fonte: PROGEP/IFS

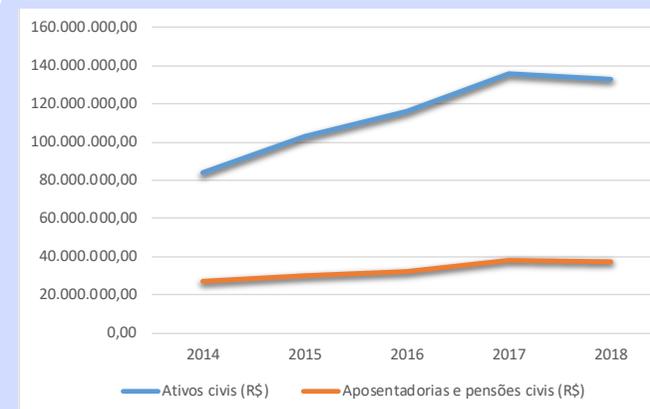


Gráfico 11 - Evolução dos gastos com pessoal nos últimos cinco anos:

Fonte: Tesouro Gerencial

• Estão incluídos nos gastos os encargos sociais.

• A majoração desses gastos é reflexo do aumento no quadro de servidores, com a integração de 237 novas pessoas nos últimos cinco anos.



3.5. Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Progressões concedidas no exercício de 2018:

**PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO:
308 CONCESSÕES**

**PROGRESSÃO POR DESEMPENHO ACADÊMICO:
177 CONCESSÕES**

A **progressão funcional**, exclusiva aos **técnicos administrativos em educação**, é feita a partir de um levantamento ao início de cada mês para listagem daqueles servidores que completarão o interstício de 18 meses. O mesmo procedimento se dá à **progressão por desempenho acadêmico**, exclusiva aos **docentes**, ao completarem o interstício de 24 meses.

Os servidores do IFS possuem benefícios para fins de qualificação, de acordo com a legislação, estando comprovados através dos números:

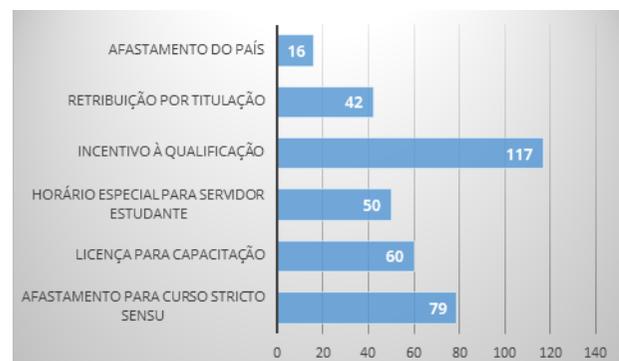


Gráfico 12 - Benefícios para fins de qualificação.

Fonte: CDP/PROGEP/IFS

3.6. Cargos Gerenciais

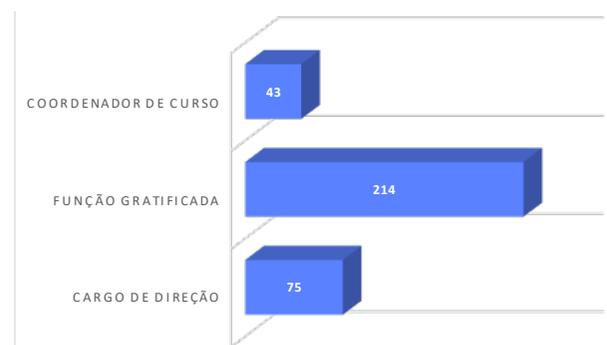


Gráfico 13 - Cargos gerenciais

Fonte: Progep/IFS

3.7. Estágio Probatório

Concluíram estágio probatório, no exercício de 2018, 47 servidores.

3.8. Capacitação: Estratégia e Números

No ano de 2018 o Instituto Federal de Sergipe – IFS, em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as demais Unidades (Diretorias Sistêmicas, Direções dos Campi, Pró-Reitorias, Reitoria), promoveu ações de aperfeiçoamento por meio de cursos presenciais, voltados para a qualificação dos seus servidores e melhorias dos serviços prestados a sociedade.

Além disso, outra estratégia de aperfeiçoamento utilizada para capacitação é a parceria do IFS com a Escola de Governo ENAP, através do Programa ENAP em

Rede, em que são disponibilizados cursos de desenvolvimento técnico e gerencial para servidores públicos do Executivo Federal, sendo 50% das vagas para o IFS e 50% para servidores de outros órgãos e, complementarmente, os servidores dos Executivos Estaduais e Municipais.

Esta parceria vem sendo executada desde 2016 e possui um custo-benefício favorável, visto que não há desembolso por parte dos servidores e, sim, benefício em adquirir e aprimorar conhecimentos, de modo que os custos são divididos entre o IFS e a ENAP.

No âmbito da educação formal, o IFS também qualifica seus servidores em busca de uma gestão mais eficiente e do desenvolvimento do capital humano, através dos Programas de Mestrado Profissional em Gestão Pública em parceria com a UFRN, tendo sido disponibilizadas 07 (sete) vagas para o IFS em 2018, e o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, com oferta de 24 vagas – 12 para servidores e 12 para o público externo na segunda turma de 2018.

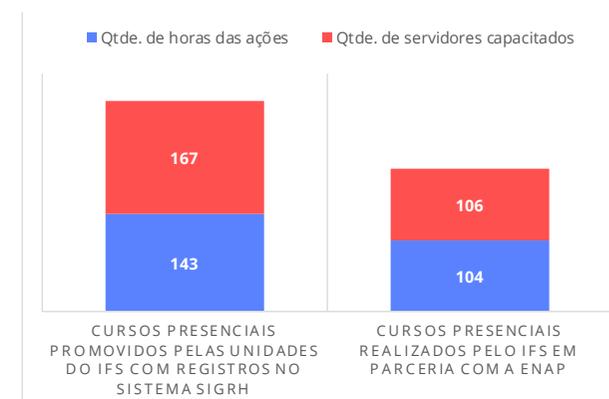
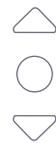


Gráfico 14 - Cursos presenciais.

Fonte: PROGEP/IFS



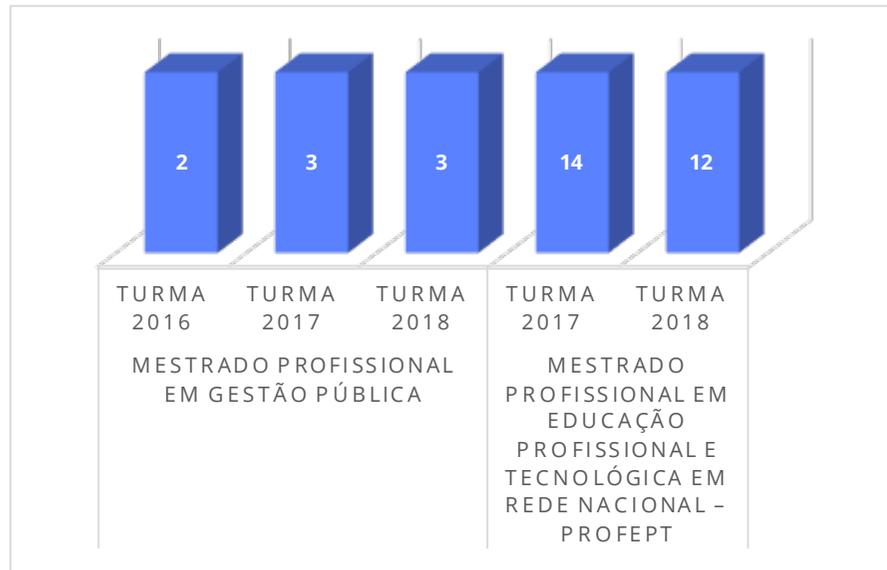
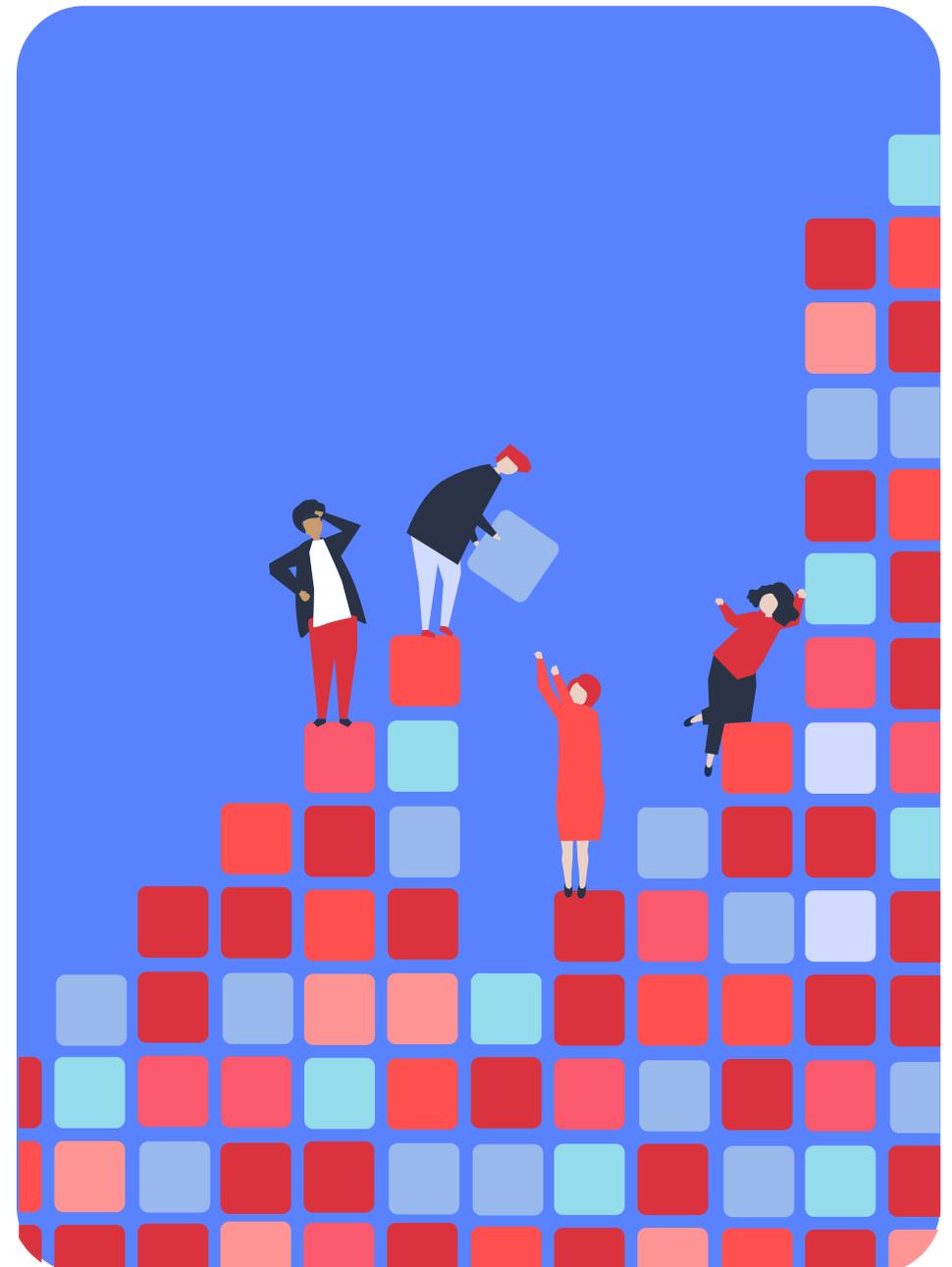


Gráfico 15 - Mestrados institucionais

Fonte: PROGEP/IFS

3.9. Principais Desafios e Ações Futuras da Gestão de Pessoas

- Realizar planejamento de gestão de pessoas
- Definir adequadamente, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda por colaboradores e gestores
- Assegurar o adequado provimento das vagas existentes
- Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados
- Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores
- Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável
- Gerir o desempenho dos colaboradores e gestores
- Favorecer a retenção dos colaboradores e dos gestores



4. Gestão de Licitações e Contratos

4.1. Conformidade Legal

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015. a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2. Detalhamento dos gastos contratados por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados

Natureza Despesa Detalhada		DESPESAS PAGAS
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	471.156,63
33903944	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO	16.405,58
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	106.943,51
33903302	PASSAGENS PARA O EXTERIOR	31.702,40
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	269.232,36
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	763.492,50
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	146.989,48
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	902.976,00
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	768.712,07
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	10.590,87
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	214.550,37
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	25.113,31
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	11.043,63
33903990	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	247,55

Quadro 03 - Detalhamento dos gastos

Fonte: DELC/IFS

4.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Em 2018, foram realizados 37 Processos de Compras através do Departamento de Licitações e Contratos, sendo:

- Pregões de valores mais relevantes: Internet (R\$ 63.999,84) e Vigilância Armada (R\$ 823.500,00)
- Dispensas de valores mais relevantes: contratações Remanescentes de Obras no valor total de R\$ 9.551.651,14
- Inexigibilidade de valor mais relevante: publicidade legal no valor de R\$ 120.000,00

OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO: "Fomentar as boas práticas de governança e gestão".

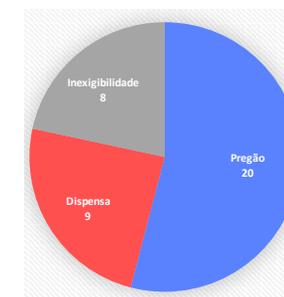


Gráfico 16 - Contratações mais relevantes

Fonte: DELC/IFS

4.4. Principais desafios e ações futuras das licitações e dos contratos

O principal desafio a ser enfrentado é o de cumprir o cronograma de execução de licitações planejadas para o ano, pois ainda é uma tarefa não harmonizável com o grau de maturidade em governança do Instituto. O acompanhamento da execução do plano é condição *sine qua non* para que seus benefícios sejam aproveitados.

Com o planejamento das aquisições, pretende-se mitigar os riscos significativos no rito de compras, tais como o fracionamento de despesas, compras repetidas do mesmo objeto, execução financeira insatisfatória e aumentar a produtividade da força de trabalho atuante no processo de licitações.

A elaboração desse plano anual e principalmente sua execução é um desafio a ser encarado. Neste contexto, será possível evoluir em termos de governança com o apoio de cúpula organizacional.

5. Gestão patrimonial e infraestrutura

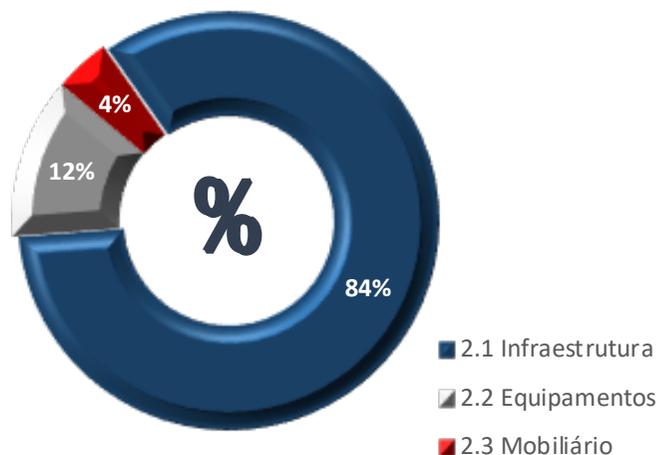
No ano de 2018 os maiores investimentos de capital foram destinados a infraestrutura diante do projeto de interiorização do Instituto, neste contexto relacionado a construção dos Campi. Segue abaixo gráfico baseado nos dados do Tesouro Gerencial com relação aos investimentos empenhados.

Principais Investimentos Capital	R\$	9.570.646,42
Infraestrutura	R\$	7.959.134,38
Equipamentos	R\$	1.169.996,77
Mobiliário	R\$	399.608,40
Outros investimentos de Capital	R\$	41.906,87
Desfazimento de ativos	R\$	390.648,23
Locação de imóveis e equipamentos	R\$	1.751.592,04
Locação de imóveis	R\$	1.751.592,04

Quadro 04 - Gestão patrimonial e infraestrutura

Fonte: PROAD/IFS

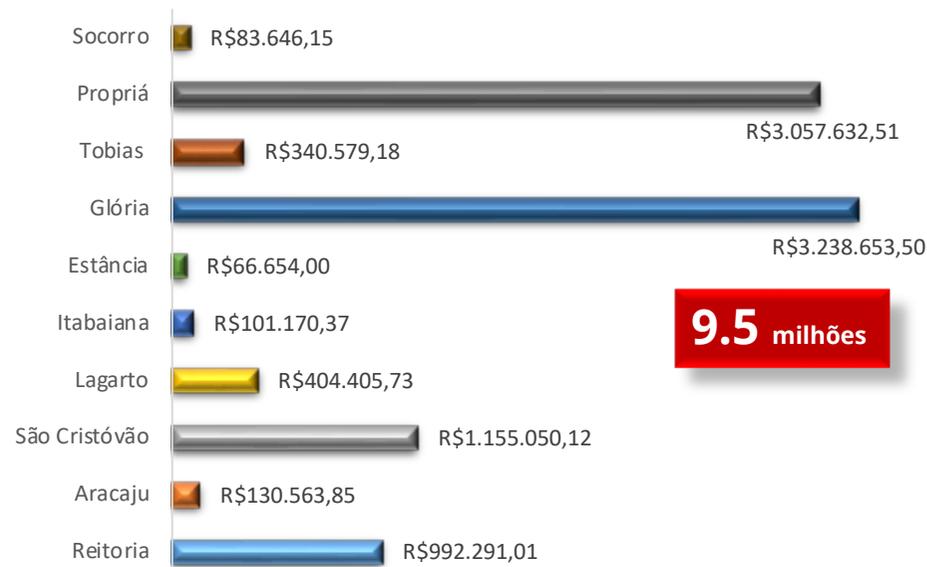
5.1. Principais investimentos de capital



Quadro 05 - Principais investimentos de capital

Fonte: PROAD/IFS

5.2. Investimentos por Unidade do IFS



Quadro 06 - Investimentos por Unidade do IFS

Fonte: PROAD/IFS

5.3. Principais desafios e ações futuras

Reitoria	❑ Execução do Projeto de Nova Gestão Patrimonial (Portaria 70/2019)
Lagarto	❑ Conciliação SIPAC/SIAFI; Gerenciamento de Patrimônio Imóvel (SPIUNET); ampliar estrutura física do patrimônio; identificação com plaquetas.
Glória	❑ Conclusão da obra do campus permanente (prevista para outubro de 2019). Aquisição de mobiliário para a nova sede do campus.
Tobias	❑ Mudança para a sede definitiva (2019.2); aquisição de mobiliário e rede lógica; pavimentação da via de acesso (Estado - 40% concluída)
Socorro	❑ Construção de didáticas e espaço de vivência estudantil; aumento do número de estudantes; funcionamento no período noturno; aumento da oferta de curso

Quadro 07 - Principais investimentos de capital

Fonte: PROAD/IFS

6. Gestão de TI

6.1. Conformidade Legal

Buscando a conformidade legal da governança e gestão de TI, o IFS observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP¹, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, padrões internacionais para a gerenciamento dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

De acordo com a Política de Governança de TIC do IFS (PGTIC), a Auditoria Interna (AUDINT – IFS) é responsável pela análise da conformidade do ambiente de TIC, avaliando e desenvolvendo mecanismos para manutenção da conformidade da área de TIC com os marcos regulatórios que regem a Administração Pública.

Informações desse acompanhamento podem ser encontradas no site da AUDINT (<http://www.ifs.edu.br/auditoria-interna>).

6.2. Modelo de governança de TI do IFS

As boas práticas de Governança de TI vem sendo implementadas no IFS desde 2014 atendendo às recomendações da Auditoria Interna do IFS, tendo como referencia os Levantamentos de Governança de TI / IFS do Tribunal de Contas da União (TCU) (<http://www.ifs.edu.br/governanca-de-ti>).

A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação N° 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para Instituição.

O Sistema de Governança de TIC (SGTIC), está alinhado ao Sistema de Governança Corporativa do IFS e tem como instancia principal o Comitê Gestor de TIC – CGTIC (Figura 08).

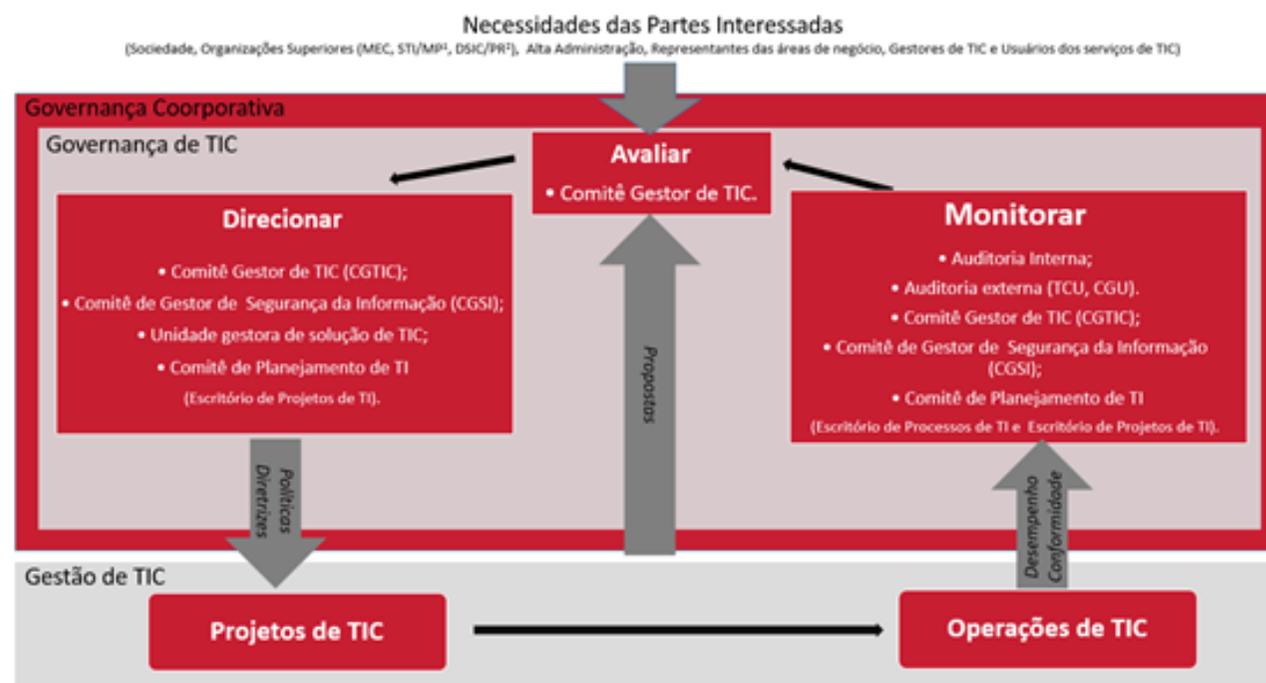


Figura 08 – Sistema de Governança de TI - SGTIC / IFS

1. STI/MP – Secretaria de Tecnologia da Informação/ Ministério do Planejamento

2. 2. DSIC/PR – Departamento de Segurança da Informação e Comunicação / Presidência da República

Fonte: Deliberação N° 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

A Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS estão expressas no Quadro 08.

Questões de TIC	Distribuição de Direitos decisórios	
	Contribui	Decide
Princípios de TI (Políticas e Diretrizes)	CPlanTI ² e DTI ³	CGTIC ⁴ e CGSI ⁵
Arquitetura de TI	CTI's ⁶ , Cord Sistêmicas de TIC e DTI	CPlanTI
Infraestrutura de TI	CTI's, Cord Sistêmicas de TIC e DTI	CPlanTI
Necessidade de Negócios de Soluções de TI	Todas as unidades organizacionais de IFS	Unidade Gestora de Solução de TI
Investimento e Priorização de TI	CPlanTI e DTI	CGTIC

Quadro 08 – Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS

Fonte: Deliberação Nº 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) - órgão colegiado de natureza estratégica e deliberativa, de caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 1.039/2014/IFS e convalidado pela Resolução Nº 17/2017/CS/IFS, é responsável por deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital.

Sua composição e atribuições estão detalhadas no regimento interno do referido comitê institucionalizado através da Deliberação Nº 37/2017/CGTIC/IFS de 26/06/2017.

Ele incorpora a função de Comitê de Governança Digital atendendo ao disposto art. 9ª do Decreto Nº 8.638 de 15/01/2016.

As reuniões do CGTIC são realizadas em conjunto com o colégio de dirigentes do IFS conforme Deliberação Nº 04/2018/CGTIC/IFS de 30/01/2018 que aprovou o Plano de Comunicação 2018. Mais informações: <http://www.ifs.edu.br/colegiados-dti>.

Em 2018 no Levantamento de Governança e Gestão Públicas – TCU o IFS alcançou 66% no índice de governança e gestão de TI (iGovTI), 58% no índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI) e 87% em Governança de TI (GovTI), ficando em 2º lugar (GovTI) na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O gráfico 17 e o gráfico 18 apresentam o detalhamento de alguns indicadores.

2 CPlanTI – Comitê de Planejamento de TI

3 DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

4 CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

5 CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

6 CTI's – Coordenadorias de Tecnologia da Informação/Campi

- 0. IFS
- 1. Instituição de ensino
- 2. EXE-Sipec
- 3. Todos

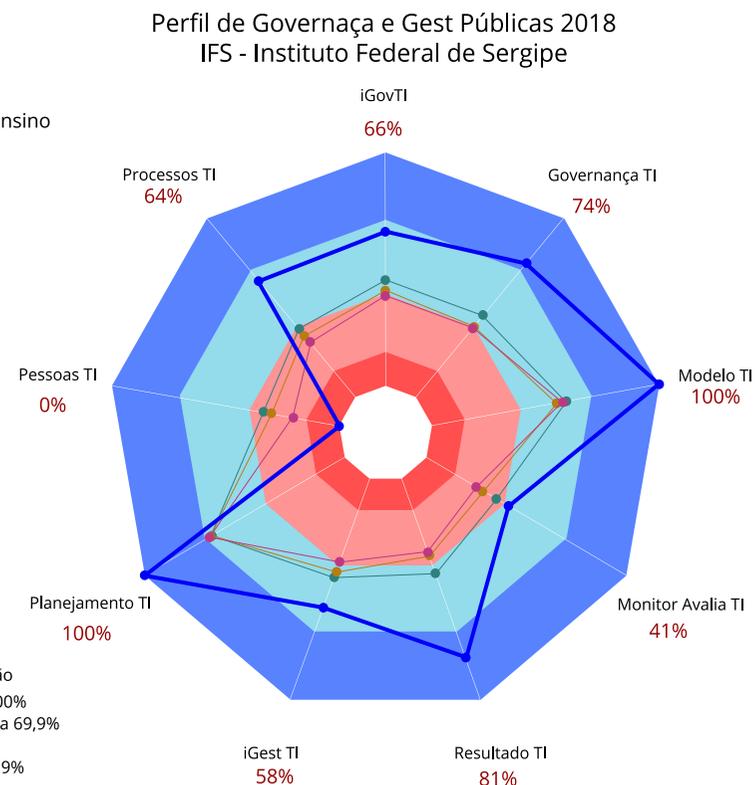


Gráfico 17 – Resultado para iGovTI (índice de Governança e Gestão de TI)

Fonte: Relatório Individual/Auto avaliação 2018 – IFS/TCU

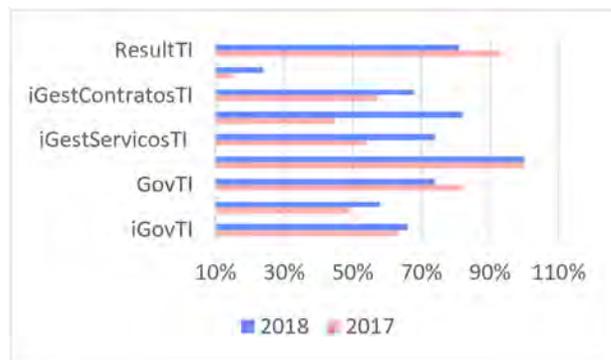


Gráfico 18 – Evolução indicadores 2017-18

Fonte: Relatório Individual/Auto avaliação 2018-IFS/TCU

Mais informações: <http://www.ifs.edu.br/noticias-dti/6865-levantamentos-de-govtic-ifs-2>.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2014-2019 define como a área de TI, representada pela DTI contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos. Está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2019) e as Estratégias do SISP: Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2014-2015)⁷ e de Governança Digital (2016-2019)⁸.

7 “A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamentos de Tecnologia da Informação...”.

“Art. 3º Em consonância com o art. 4º do Decreto nº 7.579, de 2011, o Órgão Central do SISP elaborará, em conjunto com os Órgãos Setoriais e Seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP”.

8 “A Estratégia de Governança Digital (EGD) define conceitos, desafios, oportunidades, objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas para implementar a Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, e norteará programas, projetos, serviços, sistemas e atividades a ela relacionados...”.

O Plano vigente (<http://www.ifs.edu.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>) está em conformidade com a Portaria Nº 19/MP de 29/05/2017 que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo seu desempenho em relação ao alcance de metas institucionais demonstrado no gráfico 19:

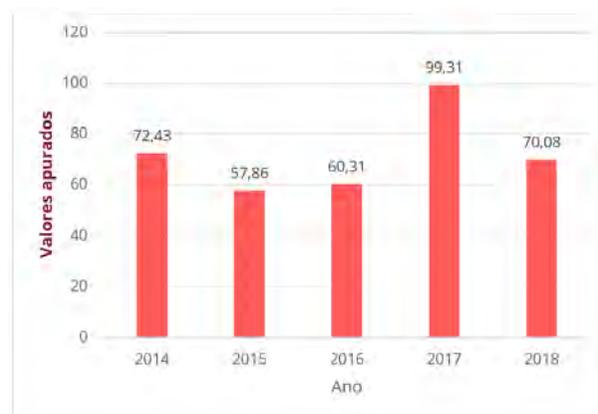


Gráfico 19 - PDTIC - Alcance de Metas Institucionais (AMI)

Fonte: Geplanes/IFS.

Além do PDTIC, o IFS possui Plano de Contratações de TIC onde são elencados os gastos com TIC no exercício fiscal a que se refere, conforme definido pela Portaria Nº 40 de 14/09/2016 do Ministério do Planejamento (<http://www.ifs.edu.br/institucional-dti/normas-e-manuais>).

No gráfico 20 é apresentada a execução orçamentária de TI de 2018 em relação ao PCTIC.



Gráfico 20 – Despesas de TIC 2018 x PCTIC

Fonte: SIOP 2018 (www1.siop.planejamento.gov.br) e Deliberação Nº 43/2017/CGTIC/IFS de 07/08/2017.

6.3. Montante de Recursos Aplicados em TI

No que se refere ao montante de recursos aplicados em TI, o gráfico 21 permite uma melhor visualização das despesas empenhadas no exercício de 2018, tanto de investimento quanto de custeio, podendo-se observar as despesas liquidadas e pagas.

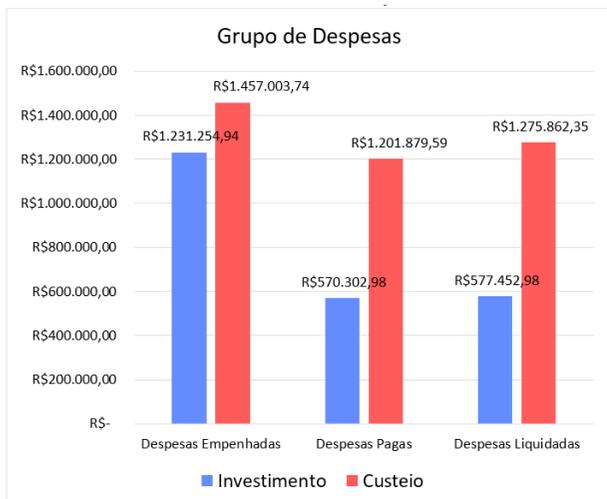


Gráfico 21 – Montante de Recursos (R\$) Aplicados em TI – 2018

Fonte: SIOP 2018 (www1.siop.planejamento.gov.br).

No gráfico 22 é demonstrado o percentual dos gastos de TI, por cadeia de valor, resultantes das contratações e aquisições em 2018.

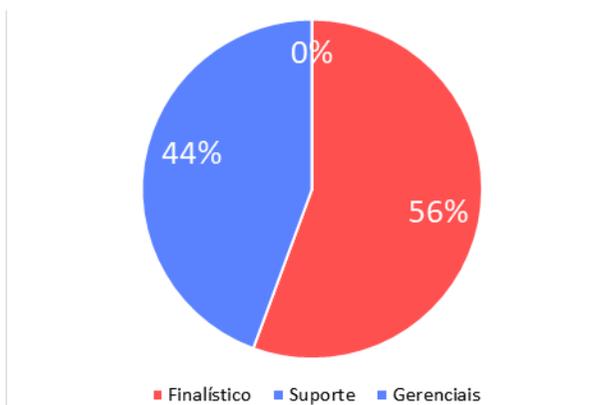


Gráfico 22 – Gastos de TI por Cadeia de Valor

Fonte: SIOP 2018 (www1.siop.planejamento.gov.br).

No gráfico 23 é demonstrado o percentual dos gastos de TI, por Natureza de Despesa, resultantes das contratações e aquisições em 2018.

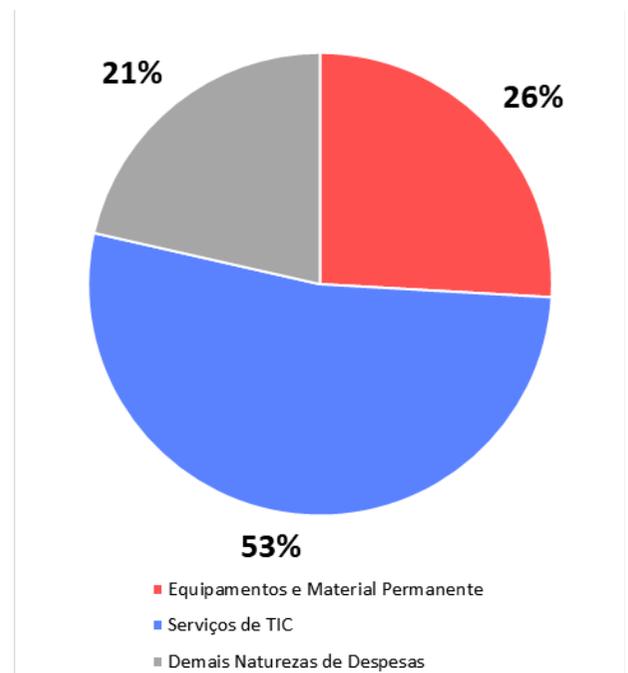


Gráfico 23 – Gastos de TI por Natureza de Despesa

Fonte: SIOP 2018 (www1.siop.planejamento.gov.br).

Contratações mais Relevantes em TI⁹

As aquisições de bens e serviços de TIC no IFS são desdobramentos do Plano de Contratações de Tecnologia e Comunicação (PCTIC), exercício 2018. Portanto, destacamos nesta sessão, as contratações de TIC mais relevantes, em virtude dos montantes de recursos públicos aplicados, sendo estas:

Contrato 08/2016 (Renovação) – R\$ 1.056.720,00

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas.

Resumo

Sustentação, Suporte, Apoio à Implantação e Customizações para otimizar os módulos do sistema SIG, apoiando no cumprimento das atribuições das áreas administrativas e finalísticas do IFS.

Contrato 34/2013 (Renovação) – R\$ 477.162,48

Serviço de link dedicado de Internet.

Contrato 04/2018 (Aquisição) – R\$ 386.500,00

Aquisição de Servidor de Rede para atualização do parque tecnológico.

Empenho 2018NE800390 (Aquisição) – R\$ 249.548,00

Aquisição de Processadores de Dados, computadores, para renovação do parque computacional.

Contrato 01/2016 (Renovação) – R\$ 105.458,00

Serviço de Correio Eletrônico – Webmail.

⁹ Fonte dos valores: DCF/PROAD/IFS





6.4. Principais iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor

Após levantamento das ações da Diretoria de tecnologia da Informação em 2018, destacamos a seguir, as principais iniciativas implementadas e seus respectivos resultados na área de TI por cadeia de valor.

6.4.1. Gerenciais

Principais Iniciativas

- Publicação da Política de Segurança da Informação do IFS – POSIC;
- Publicação do Plano de Comunicações do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CG-SIC);
- Publicação do PCTIC 2019;
- Atualização do PDTIC;
- Publicação da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Sergipe.

Principais Resultados

- Transparência na gestão pública; Contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão;
- Aprimoramento na qualidade dos dados governamentais;
- Diretrizes e Normativas acerca da segurança da Infor-

mação no âmbito do IFS;

- Melhoria na Gestão de Recursos Públicos; Atendimento às Legislações Vigentes.

6.4.2. Finalística

Principais Iniciativas

- Melhoria no Sistema Acadêmico Institucional – SIGAA, a partir da implantação de novos módulos e customizações;
- Sustentação e Suporte dos sistemas;
- Aperfeiçoamento do Aplicativo IFS Digital.

Principais Resultados

- Melhor Gestão das Atividades Administrativas e Acadêmicas do IFS;
- Qualidade na Prestação dos Serviços aos Usuários;
- Comunicação Eficaz com Corpo Discente.

6.4.3. Suporte

Principais Iniciativas

- Renovação da Certificação Digital no IFS, por meio de Contrato Administrativo nº 14/2018;
- Reestruturação da Área Administrativa de TI, por meio da Portaria nº3396/2018 que cria à Assessoria Executiva de TI;

- Aquisição de Ativos de Rede;
- Orientações Procedimentais;
- Contratação de Telefonia Móvel;
- Contratação de Certificação Digital;
- Projetos de Extensão na Área de TI.

Principais Resultados

- Economia de tempo e redução de custos;
- Desburocratização de processos; Validade jurídica nos documentos eletrônicos;
- Redução da quantidade de papel em circulação;
- Autenticação na Internet com segurança;
- Diminuição da sobrecarga de Trabalho do Diretor de TI;
- Delegação de Atividades;
- Inserção de Boas Práticas Administrativas;
- Melhor Gestão Documental;
- Melhoria na Comunicação Setorial;
- Evolução e Atualização de conhecimentos na área de TI.

6.5. Segurança da Informação

Preliminarmente, no que se refere à Segurança da Informação, cabe explanar que, em nível estratégico, o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CGSIC) é órgão colegiado de caráter permanente, instituído pela Portaria Nº 1179/IFS de 13/04/2014, e de natureza deliberativa convalidada pela Resolução





Nº 17/2017/CS/IFS de 13/03/2017, responsável pela implementação da Política de Segurança da Informação, conforme deliberações abaixo:

Deliberação Nº 01/2018/CGSIC/IFS, de 30 de janeiro de 2018 – Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS;

Deliberação Nº 02/2018/CGSIC/IFS, de 30 de janeiro de 2018 – Aprova o Plano de Comunicações do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CGSIC) exercício 2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

Além do exposto, destaca-se em nível operacional, a Coordenadoria de Segurança de Informação (COSEG) cujo papel é implantar, planejar, executar, elaborar, avaliar, acompanhar e desenvolver as atividades de manutenção e suporte de tecnologia da informação. Diante de sua relevância é oportuno destacar suas principais ações na área de Segurança da Informação em 2018, conforme a seguir:

- Implementação do DNSSEC em toda a rede o IFS visando conter ataques na rede do IFS.
- Implementação de novos protocolos de autenticação na rede administrativa, acadêmica e livre do IFS.
- Integração de todas as redes com FORTINET, assim possibilitando a identificação dos usuários.
- Integração do RUCKUS com CAPTIVE PORTAL DO IFS.
- Implantação do serviço Windows Server Update Services com novas diretrizes na Reitoria e Campi do IFS.
- Criação de uma nova topologia em toda rede do instituto, visando à maior segurança de todos ativos do IFS e integração nos melhores padrões de segurança com a aquisição da FORTINET.
- Instalação do Kaspersky anti-crypto em todos os servidores, sendo seu gerenciamento realizado pela COSEG para evitar ataques de Ransomware vírus que contaminou o servidor da biblioteca e deixando indisponível por vários dias.
- Configuração e instalação do FORTINET para implantação em todas as redes do IFS.
- Instalação do SIEM para integração com o FORTINET.
- Implantação de novos padrões de regra para WAF visando melhorar à segurança e performance nos sistemas.

6.6. Principais Desafios da Gestão de TI

Um dos principais desafios apontados na área de TI do IFS, refere-se à capacitação e aos treinamentos insuficientes do seu quadro técnico, fator esse que impacta diretamente no atendimento satisfatório às demandas de TIC. Além disso, observa-se que há sobrecarga de trabalho às chefias na área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente às funções que lhe são atribuídas, seja de gestão ou operacional. Diante do exposto, estimam-se os seguintes riscos, sendo estes:

- Alongamento do prazo na execução de projetos;
- Má prestação dos serviços públicos aos usuários;
- Clima Organizacional instável;
- Entre outros

6.7. Ações Futuras da Gestão de TI¹⁰

Diante do cenário de cortes orçamentários no país, principalmente na área da educação, vislumbra-se, em prioritário, conclusão da implantação do Processo Eletrônico no âmbito do IFS, ação, que se encontra em fase de estudo de viabilidade pela Alta Gestão e, representa redução do uso do papel, além de transparência pública, acesso à informação, melhoria do fluxo processual, entre outras vantagens.

Ademais, também é necessário aprimorar a formação continuada dos servidores e gestores de TI, buscando desenvolver as competências dos profissionais de TI para o melhor desempenho de suas atribuições, e aperfeiçoamento de competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial, visando o atendimento das demandas Institucionais; Além de Aprimorar e fortalecer a gestão orçamentária de TI, por meio de boas práticas de gestão, aprimorando o acompanhamento do planejamento e execução.

¹⁰ Fonte: PDTIC 2014-2019





7. Gestão de Custos

O IFS não possui sistemática de apuração de custos pois não dispõe de ferramentas adequadas para extração de dados dos sistemas SIAFI, SIAPE e SIGPLAN, que permitiriam a estruturação de sistemas de apuração de custos.

A disponibilização destas ferramentas será realizada conforme o Ministério da Educação conclua seus trabalhos de desenvolvimento, considerando o que dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, competindo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Em 9 de março de 2011, a STN publicou a Portaria nº 157 (logo em 24 de outubro do mesmo ano complementada pela Portaria nº 716), que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração federal e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Criou-se, então, o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), um “data warehouse” que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações de custos.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 135, de 23 de janeiro de 2014, expedida por sua Secretaria Executiva, constituiu um grupo de trabalho liderado pelo Órgão Setorial do Sistema de Custos do Ministério da Educação com o encargo de “discutir as diretrizes de implementação do sistema de custos no âmbito do Ministério da Educação” (artigo 1º). Os integrantes deste grupo de trabalho foram designados pela Portaria nº 2 de 26 de maio de 2014, do Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, mas o referido sistema ainda não está em uso.

8. Sustentabilidade ambiental

As ações de gestão ambiental e sustentabilidade, no IFS, estão norteadas para o desenvolvimento da instituição, observando a atuação desta de forma sistêmica, compreendendo que suas ações impactam a sociedade nos aspectos econômico, social e ambiental.

Visando implantar ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros e minimizar os impactos ao meio ambiente provocados pelas suas diversas atividades e afirmar o compromisso institucional de estar em defesa do meio ambiente, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica foi criado o programa IFS SUSTENTÁVEL.

1 Energia Solar

Em 2018, 12 projetos foram desenvolvidos visando o aprimoramento das técnicas de obtenção e utilização de energia de fontes renováveis, destacando-se os seguintes:

IFFSOLAR (Empresa JR de energia solar)

AUTONOMIA DE ENERGIA ATRAVÉS DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS HÍBRIDOS

ENERGIA SOLAR COMO SUSTENTABILIDADE A PRODUTO-

2 Projetos desenvolvidos

O IFS direciona uma boa parte dos seus recursos para o desenvolvimento de tecnologias que tenham potencial de reduzir os possíveis impactos ambientais de suas atividades, bem como para programas e projetos que proporcionem melhoria contínua, minimização do desperdício, uso racional de recursos hídricos e energéticos, e outras ações que impactem na preservação do meio ambiente. Neste sentido, através dos programas PIBIC, PIBICJR, PIBEX, IFS Sustentável, IFSTEC e PIBITI foi possível realizar 24 projetos nas áreas de energia renovável, sustentabilidade social e ambiental e desenvolvimento de produtos inovadores, conforme imagem ao lado:

3 Sustentabilidade socio-ambiental

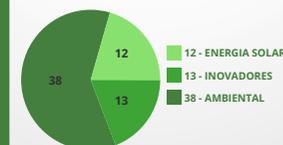
No total, 38vvvvv projetos foram desenvolvidos na área de sustentabilidade social e ambiental. Dentre estes, destacamos:

WETLANDS: UMA ALTERNATIVA ECOLÓGICA PARA TRATAMENTO DE ESGOTO NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA PARA FINS NÃO POTÁVEIS

GRACE - GERENCIAMENTO DE COMPUTADORES E ATIVOS DE REDE PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA

ALTERNATIVA PARA O TRATAMENTO DO CHORUME DO ATERRO SANITÁRIO LOCALIZADO EM ROSÁRIO DO CATETE/S



4 Produtos ecológicos inovadores

Ao todo, 13 projetos buscaram desenvolver produtos inovadores com potencial de auxiliar a instituição a promover seu desenvolvimento institucional sob os parâmetros da sustentabilidade socioambiental, dentre eles:

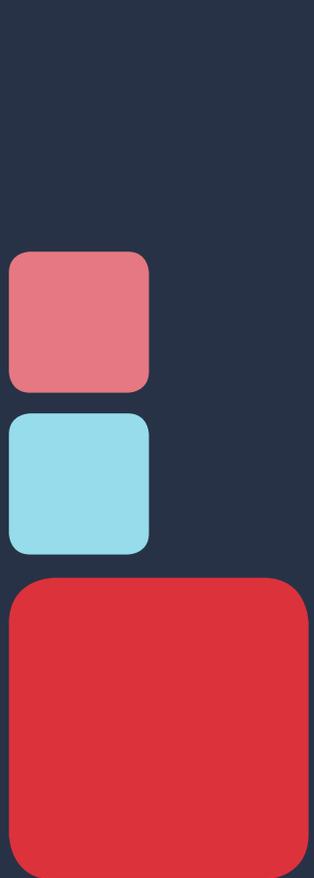
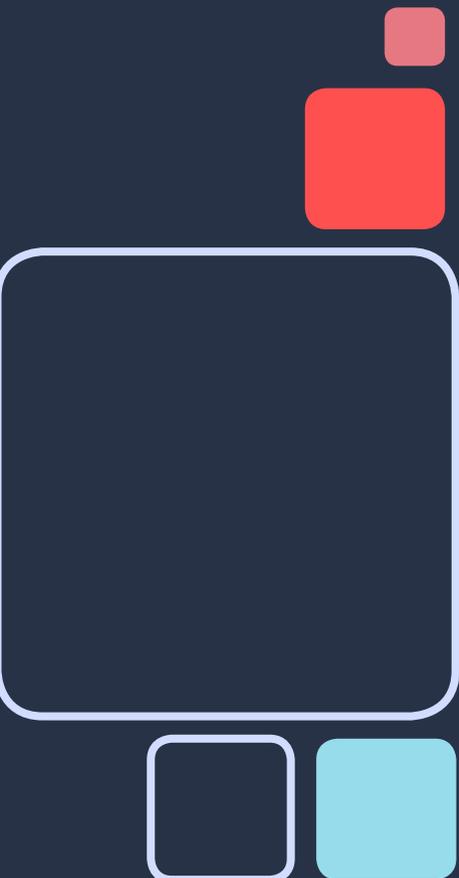
UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE LATICÍNIOS NO DESENVOLVIMENTO INICIAL DE PLANTAS DE MILHO (ZEA MAYS L.) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

DESENVOLVIMENTO DE CONCRETO E ARGAMASSA AUTOCICATRIZANTE COM CIMENTO CPIII

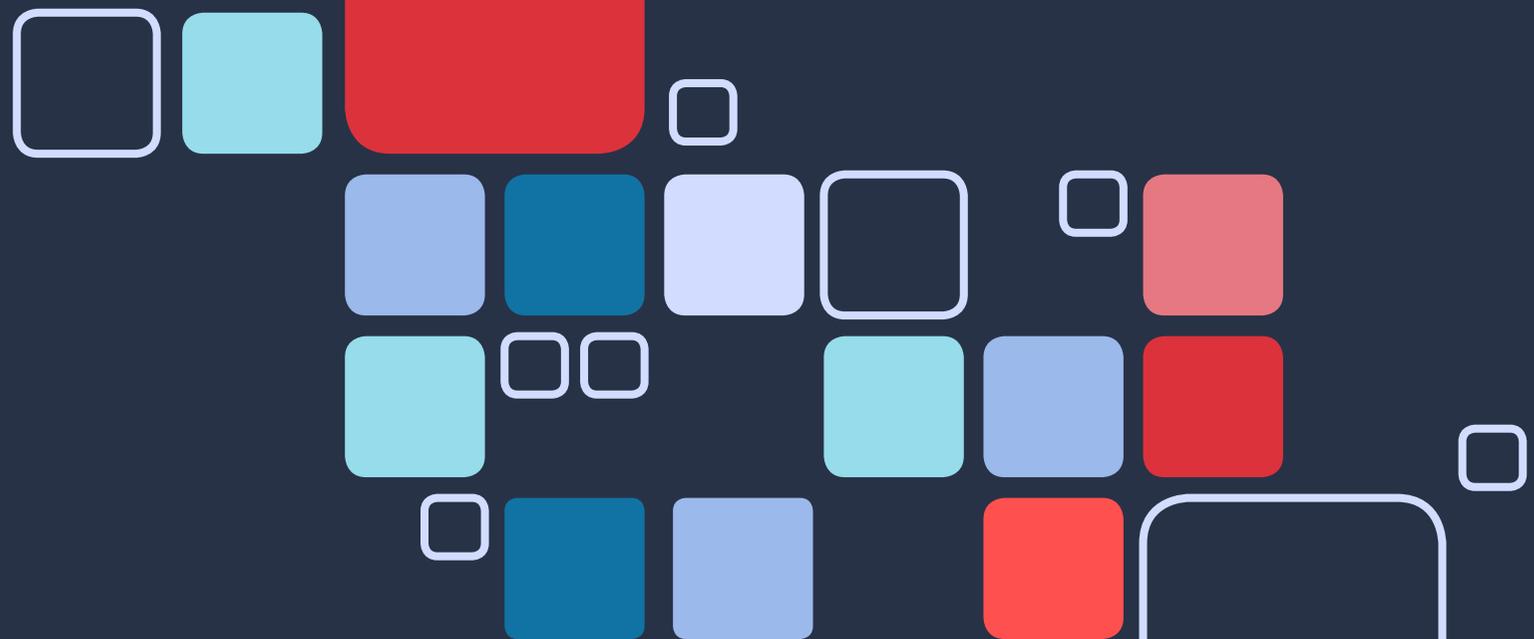
5 Eventos realizados

Durante o ano, 9 eventos de gestão ambiental e sustentabilidade foram realizados, tais como:

- 1º Semana da sustentabilidade do IFS.
- Semana nacional de ciência e tecnologia
- 5º Edição do “Lixo Zero”



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



1. Declaração do contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

a) Saldos contábil do almoxarifado UG não conferem com o respectivo RMA nas seguintes UG:

- 152420 – Campus Nossa Senhora da Glória

b) Saldo contábil de bens móveis não conferem com o RMB nas seguintes UG:

- 152420 – IFS/Campus Glória
- 158392 – IFS/Campus São Cristóvão
- 158393 – IFS/Campus Aracaju
- 158394 – IFS/Campus Lagarto

c) Falta de avaliação de bens móveis e intangíveis em todas UG da UCP.

d) Falta ou evolução incompatível dos registros de depreciação de ativos (bens móveis) em todas UG da UCP, em decorrência da inconsistência do item anterior.

e) Falta ou evolução incompatível dos registros de amortização de intangíveis na UG 158393 – IFS/Campus Aracaju.

f) Incoerência no Balanço Orçamentário na UG 158134 – IFS/Reitoria, em razão da emissão da nota de empenho 2018NE800286, com custeio quando se tratou de aquisição de material permanente, conforme o MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Aracaju-SE, 31 de janeiro de 2019

Celso Tavares dos Santos
CRC nº SE/003648

2. Demonstrações contábeis

A estrutura da Pró-Reitoria de Administração do IFS contém o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), que conforme regimento interno, deve elaborar e emitir os Demonstrativos Contábeis e Financeiros do Instituto.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, tendo como base todas as suas unidades gestoras (UG's).





2.1. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	275.478,00	275.478,00	273.885,54	-1.592,46
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.236,00	9.236,00	53.961,17	44.725,17
Receita Agropecuária	33.032,00	33.032,00	19.400,00	-13.632,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	231.268,00	231.268,00	111.230,11	-120.037,89
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.942,00	1.942,00	89.294,26	87.352,26
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	90.450,00	90.450,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	275.478,00	275.478,00	364.335,54	88.857,54
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	275.478,00	275.478,00	364.335,54	88.857,54
DEFICIT			269.533.877,84	269.533.877,84
TOTAL	275.478,00	275.478,00	269.898.213,38	269.622.735,38

Quadro 09 - Balanço Orçamentário: Receita.

Fonte: SIAFI

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesas correntes	238.006.826,00	264.607.442,00	259.428.649,94	253.592.310,94	233.895.758,00	5.178.792,06
Despesas de capital	6.402.330,00	4.200.000,00	10.469.563,44	2.375.782,04	2.313.121,34	-6.269.563,44
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Subtotal das despesas	244.409.156,00	268.807.442,00	269.898.213,38	255.968.092,98	236.208.879,34	-1.090.771,38
Amortização da dívida / refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento	244.409.156,00	268.807.442,00	269.898.213,38	255.968.092,98	236.208.879,34	-1.090.771,38
TOTAL	244.409.156,00	268.807.442,00	269.898.213,38	255.968.092,98	236.208.879,34	-1.090.771,38

Quadro 10 - Balanço Orçamentário: Despesa.

Fonte: SIAFI

Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, foram executadas no exercício de 2018, 98,04% das Despesas Correntes e 249,28% das Despesas de Capital (orçamento do órgão + descentralizações recebidas). O percentual de excesso de despesa empenhada sobre a dotação prevista, justifica-se pela utilização, mediante descentralização, de créditos orçamentário de outros órgãos, mormente do Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação.

Verifica-se também que a maior parcela das despesas empenhadas em 2018, está em “despesas correntes”, 96,12%, contra 3,88% das “despesas de capital”.

Houve uma redução de inscritas em Restos a Pagar Não Processados de 17,41%, em relação a 2017. Sendo que, do saldo executado em 2018, 43,82% pertenciam ao orçamento do próprio órgão, enquanto que 58% vieram do orçamento de outros órgãos (créditos descentralizados).

DEMONSTRATIVOS DE RESTOS A PAGAR				
RESTOS A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
Não processados	39.736.815,27	5.634.049,06	16.469.111,28	17.633.654,93
Processados	3.859.180,54	21.489,43	3.396.577,64	441.113,47
TOTAL	43.595.995,81	5.655.538,49	19.865.688,92	18.074.768,40

Quadro 11 - Balanço Orçamentário: Demonstrativos de restos a pagar.

Fonte: SIAFI



2.2. Balanço Patrimonial

O aparente grande acréscimo demonstrado no Passivo Circulante (Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo), em relação ao exercício anterior, decorreu de contabilização da folha de pagamento de dezembro/2018, cujo pagamento ocorreu no primeiro dia útil de janeiro/2019, reduzindo, conseqüentemente, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa, do Ativo Circulante, demonstra semelhante variação.

No exercício, houve um acréscimo no Patrimônio Líquido do órgão da ordem de R\$ 5.795.447,93, composto pelo resultado do próprio exercício (R\$ 6.544.203,74) deduzido dos ajustes de exercícios anteriores (R\$ 748.749,81), decorrentes do reconhecimento de despesas de exercícios anteriores (morte de pessoal) e dos registros de depreciação de imobilizado de exercícios anteriores.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	22.934.532,75	6.894.416,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.346.823,71	4.983.134,26
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.842.412,11	323.855,78
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.714.856,01	1.551.768,64
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	30.440,92	35.657,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	242.440.596,05	234.792.755,70
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.130,64	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	238.877.992,99	231.567.159,56
Intangível	3.545.472,42	3.225.596,14
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	265.375.128,80	241.687.172,35

Quadro 12 - Balanço Patrimonial: Ativo

Fonte: SIAFI

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	22.142.701,35	4.250.198,83
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	16.589.003,86	1.466.832,97
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.074.625,86	2.074.886,11
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	290,56	543,68
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.478.781,07	707.936,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	22.142.701,35	4.250.198,83

Quadro 13 - Balanço Patrimonial: Passivo

Fonte: SIAFI



2.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, no exercício de 2018, a geração líquida de caixa foi superavitária em R\$ 14.363.689,45, apresentando uma grande variação percentual positiva entre os períodos analisados, 721,88%, conforme tabela abaixo.

Atividades	DEZ/2018	DEZ/2017	(%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	28.652.038,81	23.209.385,57	23,45
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-14.288.349,36	-21.461.725,24	-33,42
Total	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 01 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Fonte: SIAFI

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	28.652.038,81	23.209.385,57
INGRESSOS	298.454.092,30	296.404.681,88
Receitas Derivadas e Originárias	273.885,54	376.266,29
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	298.180.206,76	296.028.415,59
DESEMBOLSOS	-269.802.053,49	-273.195.296,31
Pessoal e Demais Despesas	-212.793.054,45	-214.644.979,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-28.902.714,45	-26.385.772,65
Outros Desembolsos das Operações	-28.106.284,59	-32.164.544,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.288.349,36	-21.461.725,24
Ingressos	90.450,00	-
Desembolsos	-14.378.799,36	-21.461.725,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	14.363.689,45	1.747.660,33
Caixa e equivalentes de caixa inicial	4.983.134,26	3.235.473,93
Caixa e equivalente de caixa final	19.346.823,71	4.983.134,26

Quadro 14 - Fluxos de Caixa

Fonte: SIAFI

2.4. Variações patrimoniais quantitativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	306.515.093,50	385.897.435,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	184.466,07	177.868,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	216,85	60,09
Transferências e Delegações Recebidas	303.483.432,69	307.627.907,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.289.696,65	77.847.019,54
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	557.281,24	244.579,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	299.970.889,76	325.852.456,61
Pessoal e Encargos	184.158.303,01	174.208.918,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.352.260,30	37.720.557,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.819.537,27	29.655.244,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.418,30	15.706,71
Transferências e Delegações Concedidas	33.351.216,59	43.380.611,92
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.556.452,40	33.848.287,73
Tributárias	161.764,06	47.573,24
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.547.937,83	6.975.556,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.544.203,74	60.044.979,33

Quadro 15 - Variações patrimoniais quantitativas

Fonte: SIAFI

Dentro das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), o grupo Transferências e Delegações Recebidas representa quase a totalidade (99,01%). Sendo que as transferências intragovernamentais representam 97,01% do total de VPA, pois estão associadas a recebimentos de transferências para execução orçamentária (repasses e sub-repasses recebidos) e de transferências recebidas independentes da execução orçamentária (para pagamentos de restos a pagar).

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), destacou-se o gasto com pessoal e encargos, com o maior percentual de participação no total daquelas em 2018, cerca de 61%.

2.5. Comparativo de variações de 2017x2018

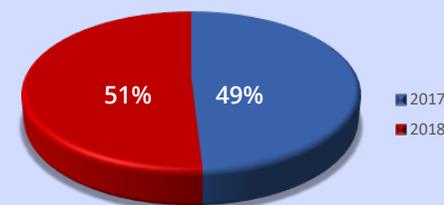
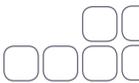


Gráfico 24 - Comparativo de variações de 2017x2018

Fonte: SIAFI



2.6. Balanço financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	364.335,54	376.266,29
Ordinárias	-	222.601,64
Vinculadas	398.181,27	189.958,89
Educação	85.504,28	8.859,07
Recursos de Receitas Financeiras		-
Alienação de Bens e Direitos	124.220,00	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	188.456,99	181.099,82
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-33.845,73	-36.294,24
Transferências Financeiras Recebidas	297.362.857,26	295.972.962,10
Resultantes da Execução Orçamentária	271.294.207,49	254.628.819,09
Repasse Recebido	252.085.190,85	236.664.061,39
Sub-repasse Recebido	19.209.016,64	17.964.757,70
Independentes da Execução Orçamentária	26.068.649,77	41.344.143,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.130.517,93	40.017.443,22
Demais Transferências Recebidas		36.160,04
Movimentação de Saldos Patrimoniais	938.131,84	1.290.539,75
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	34.506.683,54	28.196.825,28
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19.759.213,64	2.883.313,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.930.120,40	25.258.058,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.176,96	55.453,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários	644.172,54	-
Arrecadação de Outra Unidade	644.172,54	-
Saldo do Exercício Anterior	4.983.134,26	3.235.473,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93
TOTAL	337.217.010,60	327.781.527,60

Quadro 16 - Balanço financeiro: Ingressos

Fonte: SIAFI

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Despesas Orçamentárias	269.898.213,38	264.868.189,04
Ordinárias	223.767.684,66	85.197.334,59
Vinculadas	46.130.528,72	179.670.854,45
Educação	918.553,16	164.913.717,73
Seguridade Social (Exceto RGPS)	36.527.866,66	73.023,48
Recursos de Receitas Financeiras	499.104,98	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.839.613,92	200.129,64
Outros Recursos Vinculados a Fundos	6.345.390,00	14.483.983,60
Transferências Financeiras Concedidas	27.935.639,63	32.108.832,99
Resultantes da Execução Orçamentária	19.209.016,64	17.964.757,70
Sub-repasse Concedido	19.209.016,64	17.964.757,70
Independentes da Execução Orçamentária	8.726.622,99	14.144.075,29
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.971.904,80	13.876.454,54
Movimento de Saldos Patrimoniais	754.718,19	267.620,75
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Despesas Extra orçamentárias	20.036.333,88	25.821.371,31
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.396.577,64	1.533.783,92
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.469.111,28	24.231.875,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	170.644,96	55.711,47
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	19.346.823,71	4.983.134,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.346.823,71	4.983.134,26
TOTAL	337.217.010,60	327.781.527,60

Quadro 17 - Balanço financeiro: Dispêndios

Fonte: SIAFI

O resultado financeiro de 2018 foi superavitário em R\$ 14.363.689,45, com uma grande variação percentual aumentativa comparando-se com o exercício de 2017, cerca de 721,88%.

DISPÊNDIOS	DEZ/2018	DEZ/2017	(%)
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	19.346.823,71	4.983.134,26	288,25
INGRESSOS			
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
(=) Resultado Financeiro	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 02 - Resultado financeiro de 2018

Fonte: SIAFI



3. Notas explicativas

3.1. Estrutura institucional do IFS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS foi criado pela Lei 11.892/2008. Está vinculado ao Ministério da Educação, e possui a natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além de ser regido por esta lei, possui Estatuto e um Regimento Geral que regulam seu funcionamento e gestão. Conforme o § 2º do artigo 1º de seu Estatuto, “é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica”. Tem como órgão executivo a Reitoria, instalada em Aracaju, capital sergipana, e possui nove campi em funcionamento e um em fase de implantação, conforme quadro abaixo:

Reitoria – órgão executivo	Campus Aracaju	Campus São Cristóvão
Campus Lagarto	Campus Itabaiana	Campus Nossa Sª da Glória
Campus Estância	Campus Propriá	Campus Tobias Barreto
Campus Nossa Sª do Socorro	Campus Poço Redondo ¹	Administração do Pronatec ²

1 – Em fase de implantação 2 – Em fase encerramento das atividades

Quadro 18 - Estrutura institucional do IFS

Fonte: SIAFI

3.2. Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFS são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Observam também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI. Consolidam as informações de todas as unidade administrati-

vas (Reitoria e Campi) do IFS, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeiro do Governo Federal (SIAFI). Têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, dados sobre a situação econômico-financeira da entidade, a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa no exercício financeiro a que se referem (2018). Compreendem: i) Balanço Patrimonial(BP); ii) Demonstração das Variações Patrimoniais(DVP); iii) Balanço Orçamentário(BO); iv) Balanço Financeiro(BF); e v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

3.3.1. Conta Única do Governo Federal

Todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, a qual é mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme é regulamentado pelo Decreto nº 93.872/1986.

3.3.2. Ajustes de Exercícios Anteriores

A prática de registros de ajustes de exercícios anteriores afeta diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, não transita pelas contas de resultado do exercício, por se referirem (os registros) a exercícios encerrados. Assim, as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.





3.3.3. Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido, dentro do próprio exercício, a entrega dos produtos adquiridos ou a prestação integral dos serviços, ou o respectivo pagamento da despesa. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar no exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho (<http://portal.tcu.gov.br/>).

3.4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no IFS, tendo-se por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. No IFS não há utilização de moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. No IFS, somente são utilizados os recursos geridos na Conta Única, mediante recursos financeiros liberados, mormente, pelo Ministério da Educação, e não ocorre acréscimo de rendimento.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) cré-

ditos não tributários; (ii) transferências concedidas; (iii) adiantamentos; e (iv) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, podendo ser acrescidos de atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados pelo órgão.

Estoques

Compreendem os bens em almoxarifado para distribuição interna. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de Mercado, porém, ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação no IFS.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo. Os valores contabilizados neste grupo são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas. Ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação no IFS, visto que, registros nestes grupos somente ocorreram neste exercício, não havendo, portanto, histórico em exercícios pretéritos.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quan-

do tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores são incorporados ao valor do imobilizado caso aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, do contrário tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangíveis

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No IFS, a totalidade dos bens intangíveis está relacionada a *softwares*, tanto de vida útil definida (*softwa-*





res de prateleira), quanto de vida útil indefinida (sistemas adquiridos de fornecedores ou recebidos em doação).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUet e bens móveis

A base de cálculo para estes ajustes é o custo do ativo imobilizado, tanto os diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUet e para os bens móveis é o das quotas constantes. A depreciação de tais bens deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Todos os bens imóveis do IFS estão registrado no SPIUet.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUe

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFS, que abrange todos os campi é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUet, iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso, com base no valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*.

Passivos Circulantes e Não Circulante

As obrigações do IFS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculá-

veis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: i) Patrimonial; ii) Orçamentário; e iii) Financeiro.

(i) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou, ainda, na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um indicador do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

ii) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de





caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

(iii) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº4.320/1964, segundo o qual, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. A fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, o déficit é apresentado junto às receitas, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e UGs, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto para as receitas próprias ou recursos vinculados. Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do

crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”. Os valores recebidos pelo IFS, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no “BO”, na coluna “Previsão Atualizada” da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura do IFS, deve-se gerar um relatório gerencial sobre “Movimentação Orçamentária”. Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna “Previsão Atualizada”.

Cabe ressaltar que o total da “Despesa Empenhada” superior ao total da “Dotação Inicial” ou “Dotação Atualizada” pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

3.5. Notas explicativas ao balanço patrimonial – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

3.5.1. Demais créditos e valores a curto prazo

Neste subgrupo do ativo circulante estão registrados os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo. Comparando-se o exercício de 2017 com o de 2018, o subgrupo apresentou um aumento considerável de 469%, ocorrendo aumento de R\$ 1.518.556,33, sendo registrado o saldo de R\$ 323.855,78, no período anterior, e de R\$ 1.842.412,11, no atual.

O saldo é composto pelos direitos a receber referentes a adiantamentos concedidos a pessoal (parcela 13º salário, férias e antecipação de salários), totalizando R\$ 1.614.789,00, e também os relativos a créditos a receber por cessão de pessoal (servidores cedidos a órgãos municipais), no valor de R\$ 227.623,11.

As contrapartidas destes lançamentos ocorreram no passivo circulante, subgrupo “obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo”, do Balanço Patrimonial. Apesar do grande acréscimo citado acima (AH), o subgrupo não representa grande participação no total do ativo, sendo de somente de 0,69% (AV).





3.5.2. VPDs pagas antecipadamente – BP

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Este item apresentou uma variação diminutiva de 14,63%, comparando-se o último trimestre do exercício de 2017 (R\$ 35.657,97) com o mesmo período de 2018 (R\$ 30.440,92). Sua participação no ativo é de somente 0,01% do total registrado em 2018. A variação é decorrente dos registros das VPD por período de competência (mensal) em contrapartida ao valor registrado no ativo (baixa) e pela não ocorrência de assinaturas de novos contratos (entradas).

A contrapartida é apresentada no passivo circulante, contas a pagar credores nacionais, do balanço patrimonial, no momento da contabilização da aquisição (entrada/ativo). Já no momento do fato gerador por competência (mensal), o registro da baixa deste ativo é feito em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva – VPD, apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais – DVP.

3.5.3. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, senão são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o IFS apresentou um saldo de R\$ 238.877.992,99 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, no último trimestre de 2018 e fim de 2017.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	57.760.835,08	54.207.598,34	6,55
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(24.724.481,59)	(20.780.779,32)	18,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	208.836.084,23	200.980.156,97	3,91
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(2.994.444,73)	(2.839.816,43)	5,45
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	238.877.992,99	231.567.159,56	3,16

Tabela 03 – Imobilizado – Composição.

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFS, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 33.036.353,49 (valores líquidos de depreciações) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	15.150.978,90	14.756.977,47	2,67
Bens de Informática	18.211.725,55	16.658.150,54	9,33
Móveis e Utensílios	12.978.498,77	12.204.272,53	6,34
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.738.268,44	3.935.723,88	20,39
Veículos	4.685.368,00	4.741.683,49	-1,19
Bens Móveis em Almoxarifado	1.332.857,48	1.314.626,53	1,39
Armamentos			
Semoventes e Equipamentos de Montaria	108.482,00	104.220,00	4,09
Demais Bens Móveis	554.655,94	491.943,90	12,75
Depreciação / Amortização Acumulada	(24.724.481,59)	(20.780.779,32)	18,98
Redução ao Valor Recuperável			
Total	33.036.353,49	33.426.819,02	-1,17

Tabela 04 – Bens Móveis – Composição (R\$)

Fonte: SIAFI 2017 e SIAFI 2018.





No geral, os bens móveis apresentaram uma diminuição percentual de somente 1,17%, comparando-se com o último trimestre de 2017, que apresentava um saldo líquido de R\$ 33.426.819,02. E registra o valor de R\$ 33.036.353,49, tendo uma redução monetária de R\$ 390.465,53. Cabe ressaltar, que a redução se deve ao processo de desfazimento de bens ocorrido no exercício, e, também, pelo registro da depreciação mensal, que somados ultrapassam os valores referentes às aquisições do período. Os bens móveis representam 13,83%, do total do ativo imobilizado (valores líquidos de depreciação).

Conforme demonstrado na tabela 02, há predominância dos Bens de Informática, representando 31,53% do total bruto (desconsiderando-se a depreciação acumulada). Estes bens apresentaram a terceira maior variação percentual do grupo, com 9,33%. No entanto, considerando sua alta participação no total dos bens móveis, foi o grupo que apresentou maior variação monetária, R\$ 1.553.575,01, no período.

O alto valor da conta Bens Móveis em Almoxarifado, R\$ 1.332.857,48, se justifica pelo fato de que algumas unidades pertencentes ao programa de expansão do órgão terão iniciadas suas atividades nos trimestres seguintes, quando deverá ocorrer o tombamento dos mesmos.

Bens Móveis

Os Bens Imóveis do órgão em 31/12/2018 totalizavam R\$ 205.841.639,50 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	124.209.083,93	124.214.197,09	0,00
Bens Imóveis em Andamento	79.043.681,78	69.047.372,31	14,48
Instalações	4.678.603,58	6.820.419,13	-31,40
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	904.714,94	898.168,44	0,73
Depreciação / Amortização Acumulada	(2.994.444,73)	(2.839.816,43)	5,45
Total	205.841.639,50	198.140.340,54	3,89

Tabela 05 - Bens Imóveis – Composição (em R\$) Fonte: SIAFI 2017 e SIAFI 2018.

Estes bens representam a maior parcela do total do ativo imobilizado (valores líquidos da depreciação), participando com cerca de 86,17%. E apresentaram um aumento percentual de 3,89%, comparando-se com o último trimestre de 2017, quando apresentava um saldo de R\$ 198.140.340,54 e registrava, até o fechamento destas notas explicativas, o valor de R\$ 205.841.639,50, tendo um acréscimo monetário de R\$ 7.701.298,96. Este aumento se deve, em maior parte, a registros contábeis efetua-

dos em virtude de apropriação de novas medições de obras em andamento, relativas ao programa de expansão (interiorização) e modernização dos Institutos Federais. Tais lançamentos tiveram como contrapartida o item “Contas a Pagar Credores Nacionais”, passivo circulante, do Balanço Patrimonial.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial e Bens Imóveis em Andamento correspondem a 97,33% de todos os bens imóveis reconhecidos no Balanço Patrimonial do órgão, perfazendo o montante de R\$ 203.252.765,71, em 31/12/2018, a valores brutos.

Em síntese, os Bens Imóveis de Uso Especial é composto em sua totalidade pelos Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme demonstrado em tabela abaixo.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Terrenos, Glebas	14.337.281,37	14.337.281,37	0,000
Imóveis de Uso Educacional	109.871.802,56	109.876.915,72	-0,005
Total	124.209.083,93	124.214.197,09	-0,004

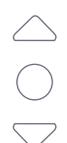
Tabela 06 – Bens de uso especial - Composição

Fonte: SIAFI 2017 e SIAFI 2018.

Houve uma irrisória diminuição no saldo inicial dos Imóveis de Uso Educacional, de apenas 0,005%, R\$ 5.113,16, em termos financeiros. Tal alteração ocorreu em virtude de registro de “DESVALORIZACAO DE IMOVEIS DE USO ESPECIAL NO SPIUnet”, contabilizado na unidade do Campus Socorro. Sendo a contrapartida realizada na conta de VPD “REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS”, do item “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas”, das Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.



(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados: **i)** aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; **ii)** houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; **iii)** seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Em 2018, houve apenas um registro de reavaliação de bens imóveis, provocando decréscimo patrimonial (R\$ 5.113,16), na unidade do Campus Socorro.

Quanto aos bens móveis, houve contabilização relativa a procedimentos de reavaliação realizados pelas unidades dos Campi Tobias Barreto e Itabaiana, totalizando R\$ 2.655,21, ocorrendo ganho com valorização de ativo (VPA). No entanto, este valor representa quase nada do total da VPA, pois a mesma apresentou um saldo de R\$ 306.515.093,50.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para os bens móveis é o das quotas constantes.

O órgão possui registrado um total de R\$ 24.724.481,59 referente a depreciação acumulada. Deste total, R\$ 5.074.096,35 foram registrados no exercício de 2018, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações da variações patrimoniais - DVP. Os registros contábeis são realizados com base em relatórios mensais de depreciação, extraídos do sistema de controle patrimonial do órgão (SIPAC), considerando as normas e procedimentos existentes no tocante ao tema.

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação é iniciada no mesmo dia que o bem

for colocado em condições de uso.

A vida útil do bem é definida com base em laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o órgão apresenta o valor total de R\$ 2.994.444,73. Deste total, R\$ 154.628,30 foram registrados no exercício de 2018, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

3.5.4. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 31/12/2018, o IFS apresentou um saldo de R\$ 3.545.472,42 (descontados da amortização) relacionados à bens do ativo intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, e a demonstração da evolução entre os exercícios de 2017 e de 2018 (análise horizontal).

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	290.981,24	510.951,80	-43,05
Software com Vida Útil Indefinida	3.473.189,01	3.044.475,95	14,08
Amortização Acumulada	(218.697,83)	(329.831,61)	-33,69
Total	3.545.472,42	3.225.596,14	9,92

Tabela 07 – Intangível – Composição.(R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Destaca-se o item softwares com vida útil indefinida, que representa quase a totalidade do subgrupo, cerca de 92,27% (valores brutos). Este grupo não está sujeito à amortização, conforme MCASP e demais normas aplicadas ao tema.



A grande maioria dos registros de intangíveis no órgão está concentrada na Unidade da Reitoria, cerca de 94,94%, onde está localizada a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, que cuida, geralmente, dos contratos, aquisições e gerenciamento de softwares utilizados por todas as unidades gestoras do órgão.

A variação diminutiva de 43,05%, verificada no item "Software com Vida Útil Definida", se justifica pela ocorrência de registro de desincorporação de bem ativo (*software*) totalmente amortizado (vigência de uso expirada), sem vida útil remanescente, conforme procedimento definido no MCASP. A contrapartida do lançamento ocorreu na conta retificadora do ativo Amortização Acumulada - Softwares, registrada no ativo intangível, do BP. Enquanto que o aumento de 9,92%, apresentado no total do subgrupo, decorreu da aquisição de novos softwares durante o exercício, na grande maioria classificados como de vida útil indefinida.

Redução ao valor recuperável de ativos (Intangível) - Impairment

O órgão não realizou teste de recuperabilidade nos seus bens intangíveis.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Não foram realizados Ajustes de Exercícios Anteriores de bens intangíveis, até o fechamento destas notas explicativas, 31/12/2018.

3.5.5. Fornecedores e contas a pagar

Em 31/12/2018, este órgão apresentou um saldo de R\$ 2.074.625,86 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar. Todas as obrigações a pagar do órgão são referentes aos fornecedores nacionais, classificados no curto prazo (passivo circulante).

Na tabela a seguir apresentamos as obrigações com fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018, por Unidade Gestora (UG) contratante.

	31/12/2018	AV (%)
UG 1: 158134/26423 Inst. Fed. de Sergipe/Reitoria	777.800,91	27,49
UG 2: 158393/26423 Inst. Fed. de Sergipe/Campus Aracaju	432.948,61	20,87
UG 3: 152426/26423 Inst. Fed. de Sergipe/Campus Estância	274.031,21	13,21
UG 4: 158394/26423 Inst. Fed. de Sergipe/Campus Lagarto	194.186,98	9,36
UG 5: 154681/26423 Inst. Fed. de Sergipe/Campus Propriá	108.465,70	5,23
Demais Unidades Gestoras Vinculados ao Inst. Fed. de Sergipe	287.192,45	13,84
Total	2.074.625,86	100%

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2018.

A UG Reitoria é responsável por 27,49% do total a ser pago, no montante de R\$ 777.800,91. O maior volume de obrigações na Reitoria se justifica pelo fato desta ser responsável por vários contratos com prestadores de serviços que atendem aos campi, principalmente, gastos com obras e serviços de engenharia do programa de expansão (interiorização) e modernização dos Institutos Federais de Educação.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os cinco fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2018, relativos ao órgão. Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo é referente ao fornecedor CNPJ: 16.207.888/0001-78 - SACEL – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., relativos a diversos contratos de prestação de serviços de vigilâncias realizados nas unidades do órgão.

	31/12/2018	AV (%)
Fornecedor A: 16207888000178 - SACEL – SERV. DE VIG E TRANSP	517.524,50	24,95
Fornecedor B: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA	343.113,31	16,54
Fornecedor C: 07044888000103 - ERICK LIMA MACHADO MENDONÇA	226.863,34	10,94
Fornecedor D: 02544972000172 - NILTEK SERVICOS EIRELI - EPP	87.395,20	4,21
Fornecedor E: 09282163000189 - EDSERV LOCACOES E SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI	79.309,99	3,82
Demais fornecedores do Instituto Federal de Sergipe	820.419,52	39,55
Total	2.074.625,86	100,00 %

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2018.

Os fornecedores **A, B, C, D e E** representam 60,45% do total a ser pago. Sendo este percentual referente a obrigações com contratos de obras de expansão (interiorização) e modernização da rede de educação dos Institutos Federais; como também, gastos com contratos de vigilância, de serviços de apoio administrativo, de limpeza, conservação, e asseio. A seguir é apresentado o resumo das principais transações com estes fornecedores:





(a) Fornecedor A: 16207888000178 - SACEL – SERV. DE VIG E TRANSP, referente a diversos contratos de prestação de serviços de vigilâncias realizados nas unidades gestoras que compõem o órgão contratante.

(b) Fornecedor B: 06034228000189 - PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA, se refere a obrigação a pagar relativo a execução de obras e serviços de engenharia, do programa de expansão, registrada na Unidade Gestora da Reitoria. Cabe ressaltar que tais valores são oriundos de processos registrados em restos a pagar processados que estão aguardando análise e decisão administrativa e/ou judicial para seu pagamento efetivo ou desincorporação da obrigação.

(c) Fornecedor C: 07044888000103 – ERICK LIMA MACHADO MENDONÇA, referente a contratação de serviços de apoio administrativo que são prestados nas diversas unidades do órgão.

(d) Fornecedor D: 2544972000172 - NILTEK SERVICOS EIRELI – EPP, referente a contratação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e asseio e outros nas dependências do Instituto Federal de Sergipe, nos Campi: Propriá, Itabaiana e Estância.

(e) Fornecedor E: 09282163000189 - EDSERV LOCA-COES E SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI, referente a de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação (sem fornecimento de material de limpeza), de forma contínua nas dependências dos Campi São Cristóvão, Propriá, Aracaju, Itabaiana e na Reitoria.

3.5.6. Obrigações contratuais

O Órgão apresentou um saldo de R\$ 79.575.746,88, relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução no exercício de 2018 e a serem executadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	4.819.516,18	2.334.425,12	106,45
Fornecimento de Bens	1.643.548,38	1.444.881,88	13,75
Seguros	339.159,91	339.496,51	-0,10
Serviços	72.773.522,41	69.423.529,85	4,83
Total	79.575.746,88	73.542.333,36	8,20

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição. (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2017 e 2018.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 91,45% do total das obrigações assumidas até 31/12/2018. A maior parcela dos valores registrados se refere a execução de obras e serviços de engenharia, oriundas dos programas de expansão (interiorização) e de modernização dos Institutos Federais de Educação.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

	31/12/2018	AV (%)
UG 1: 58134 INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DE SERGIPE (REITORIA)	41.476.480,53	52,12
UG 2: 158393 INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS ARACAJU	21.769.453,90	27,36
UG 3: 158392 INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS SAO CRISTOVAO	5.525.967,31	6,94
UG 4: 152426 INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS ITABAIANA	3.659.485,17	4,60
UG 5: 152426 INST. FED. DE SERGIPE/ CAMPUS ESTANCIA	2.213.356,19	2,78
Demais Unidades Gestoras vinculadas ao IFS	4.931.003,78	6,20
Total	79.575.746,88	100

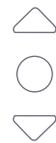
Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante. (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI 2018.

As UG 1, 2 e 3 são responsáveis por 86,42% do total contratado. O montante elevado nas UG 2 e 3 se justifica principalmente pela existência de contratos de execução de obras e serviços de engenharia (programa de modernização). Enquanto que a UG 1 – Reitoria, detém sozinha 52,12% do total registrado, pois a mesma é responsável, além de outros, pela execução dos contratos de serviços de obras dos campi recém criados pelo programa federal de expansão da rede de ensino, localizados no interior do Estado, como também, pela maioria das aquisições da área de TI para utilização em todas as unidades do órgão.

As demais UG participaram com apenas 6,20% do montante total registrado relativo a contratos em execução (serviços de limpeza, segurança, água, energia, seguros, aluguéis e outros).

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar na data base de 31/12/2018.





	31/12/2018	AV (%)
Contratado A: CONSTRUTORA JJ LTDA - 32813263000106	14.509.472,27	18,23
Contratado B: ENERGISA - DISTRIB. DE ENERGIA S.A - 13017462000163	9.191.958,83	11,55
Contratado C: MKR CONSTRUÇOES LTDA - 00403962000191	6.459.240,43	8,12
Contratado D: TAVARES MEND CONSTRUÇOES EIRELI - 13351218000132	4.050.872,98	5,09
Contratado E: JOSE FRANCISCO DA CUNHA - 00249114534	3.769.153,04	4,74
Demais contratos do IFS	41.595.049,33	52,27
Total	79.575.746,88	100,00

Tabela 12 – Obrigações Contratuals – Por Contratado. (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2018. (Complementação - Fonte: SIAFI/Sipac)

Os contratados A, B, C, D e E representam 47,73% do total a ser executado, conforme demonstrado na tabela acima. Abaixo segue descrição dos mesmos:

(a) Contratado A: CONSTRUTORA JJ LTDA - 32813263000106

Contrato 11/2014, objeto: construção da primeira etapa dos prédios administrativo, da biblioteca e do auditório do Campus Aracaju, do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de sergipe.

VALOR CONTRATADO.: R\$ 29.144.526,80
VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 14.509.472,27

(b) Contratado B: ENERGISA SE - DIST. ENERGIA S.A - 13017462000163

Refere-se a diversos contratos de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para as unidades gestoras do órgão contratante, com vigências até 18/07/2022.

VALOR CONTRATADO.: R\$ 11.593.395,19
VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 9.191.958,83

(c) Contratado C: MKR CONSTRUÇOES LTDA - 00403962000191

Contrato de execução da obra de construção da 1ª etapa do campus de Propriá: Data de início: 01/10/2018, data final: 01/01/2021.

VALOR CONTRATADO.: R\$ 6.459.240,43
VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 6.459.240,43

(d) Contratado D: TAVARES MEND CONSTRUÇOES EIRELI - 13351218000132

Refere-se ao contrato nº 23/2016, referente a complementação/conclusão da construção do Campus Nossa Senhora da Glória, e ao contrato nº 19/2016, referente a serviços de obras e engenharia no Campus São Cristóvão.

VALOR CONTRATADO.: 5.219.174,93
VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 4.050.872,98

(e) Contratado E: JOSE FRANCISCO DA CUNHA - 00249114534

Refere-se ao contrato nº 27/2013, objetivando locação de imóvel situado na Aracaju, para abrigar, temporariamente, as instalações de 6 (seis) unidades setoriais da Reitoria, dentre estas a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, a Diretoria de Apoio ao Estudante e a Pró-reitoria de Ensino.

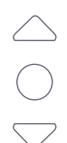
VALOR CONTRATADO.: R\$ 7.818.439,32
VALOR EM EXECUÇÃO: R\$ 3.769.153,04

3.5.7. Patrimônio Líquido - Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta "Ajustes de Exercícios Anteriores" que "registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes" apresentou, no encerramento do exercício de 2018, um saldo devedor de R\$ 748.749,81, reduzindo o patrimônio líquido do IFS.

Em menor parcela, são saldos relativos aos ajustes do registro da depreciação (VPD) não reconhecidos contabilmente no período de sua competência (anos anteriores), realizados por algumas unidades gestoras do órgão, tendo como contrapartida a conta "depreciação acumulada", redutora do ativo. No entanto, a maior parcela é relativa aos registros de reconhecimento de obrigações trabalhistas (folha de pagamento de pessoal) efetuados pela unidade gestora da Reitoria (UG pagadora), reconhecidos neste exercício, onde os serviços foram prestados em exercícios anteriores. Sendo a contrapartida registrada no subgrupo "Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo", passivo circulante, do Balanço Patrimonial.

Esses ajustes compõe uma linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto negativos, afetando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados.



3.6. Notas explicativas à demonstração das variações patrimoniais - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens mais relevantes da DVP, referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial.

3.6.1. Exploração e venda de bens, serviços e direitos – VPA

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções, como: devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, este item apresentou um acréscimo de 3,71%, comparando-se o exercício de 2017 (R\$ 177.868,84) com o mesmo período de 2018 (R\$ 184.466,07). No entanto, o impacto não é representativo nas variações patrimoniais aumentativas - VPA, pois representa somente 0,06% do total.

A contrapartida dos recebimentos destas receitas (VPA) no balanço patrimonial é realizada na conta “limite de saque” do subgrupo “caixa e equivalentes de caixa” (ativo circulante).

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais aumentativas	306.515.093,50	385.897.435,94	-20,57	100
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	184.466,07	177.868,84	3,71	0,06
Venda de mercadorias	19.400,00	31.463,05	-38,34	0,01
Exploração de bens, direitos e prestação deserviços	165.066,07	146.405,79	12,75	0,05

Quadro 19 - Exploração e venda de bens, serviços e direito - VPA

Fonte: SIAFI

3.6.2. Transferências e delegações recebidas – VPA

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

O item “Transferências e Delegações Recebidas” representa quase a totalidade, 99,01% (AV), do grupo das VPA, apresentando uma pequena variação entre os saldos de 31/12/2018 (R\$ 303.483.432,69) e de 31/12/2017 (R\$ 307.627.907,65), de apenas -1,35% de decréscimo, verificada na análise da variação horizontal, conforme quadro abaixo.

É importante ressaltar que o item «transferências intragovernamentais», representa 97,01% do saldo total de VPA, e estão associados a recebimentos de transferências recebidas para execução orçamentária (repasses e subrepasses recebidos) e de transferências recebidas independentes da execução orçamentária (transferências recebidas para pagamentos de restos a pagar). Sendo que o restante do saldo é referente ao item “Outras transferências e delegações recebidas”, com 2,00%.

As contrapartidas destes lançamentos são efetuadas em contas do balanço patrimonial, ativo circulante (caixa e equivalentes de caixa/recursos liberados pelo tesouro), na unidade recebedora.

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Variações Patrimoniais aumentativas	306.515.093,50	385.897.435,94	-20,57	100,00
Transferências e delegações recebidas	303.483.432,69	307.627.907,65	-1,35	99,01
Transferências intragovernamentais	297.362.857,26	295.972.962,10	0,47	97,01
Outras transferências e delegações recebidas	6.120.575,43	11.654.945,55	-47,49	2,00

Quadro 20 - Transferências e delegações recebidas - VPA

Fonte: SIAFI

3.6.3. Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos – VPA

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. Este item apresentou um decréscimo de 97,06% (AH), em relação ao mesmo período de 2017, sendo R\$ 77.847.019,54, o saldo apresentado no exercício de 2017 e o saldo de R\$ 2.289.696,65 no fechamento de 2018, conforme demonstrado no quadro seguinte. No entanto, representa somente 0,75% do total de variações patrimoniais aumentativas (VPA) registradas em 2018.

O saldo constante no subgrupo “Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos”, em 31/12/2018, se refere, em menor parcela, a registros de baixa de obrigações registradas indevidamente (valor indevido), verificadas após análises realizadas pela Administração. Enquanto que a maior parcela é referente a incorporações de ativos registradas nas diversas unidades gestoras do órgão, principalmente através de registros de compras centralizadas (aquisição realizada pela Reitoria – emitente do empenho, tendo os campi como beneficiado com a entrada patrimonial).

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Variações Patrimoniais aumentativas	306.515.093,50	385.897.435,94	-20,57	100
Valorização e ganhos c/ ativos e desinc de passivos	2.289.696,65	77.847.019,54	-97,06	0,75
Reavaliação de ativos	2.655,21	47.214.096,30	-99,99	0,00
Ganhos com incorporação de ativos	2.238.387,82	30.570.799,71	-92,68	0,73
Ganhos com desincorporação de passivos	48.653,62	62.123,53	-21,68	0,02

Quadro 21 - Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos - VPA

Fonte: SIAFI

3.6.4. Pessoal e encargos – VPD

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público ou de aposentadorias e pensões. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento do órgão, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil.

Este item, conforme visto no quadro abaixo, apresentou um aumento percentual de 5,71%, sendo registrado o valor de R\$ 184.158.303,01 no final de 2018 e de R\$ 174.208.918,07, em 2017. Os fatores que mais influenciaram para este acréscimo foram as novas contratações de pessoal para atendimento das demandas em virtude da criação de novos campi, além das progressões previstas no plano de carreiras das categorias dos servidores. Cabe ressaltar que este item possui o maior percentual de participação no total das variações patrimoniais diminutivas de 2018, cerca de 61%.

Dentro deste subgrupo, o item que menos apresentou variação percentual foi “Remuneração a pessoal”, com somente 4,83% de aumento. No entanto, em termos monetários foi o que mais contribuiu para o aumento (R\$ 6.620.408,38), pois o mesmo detém o maior índice de participação no total das variações patrimoniais diminutivas – VPD, próximo de 48%.

Tais registros de VPD tiveram como contrapartida de seus lançamentos o subgrupo do passivo circulante “Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar à curto prazo”, do Balanço Patrimonial.

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Variações Patrimoniais diminutivas	299.970.889,76	325.852.456,61	-7,94	97,86
Pessoal e encargos	184.158.303,01	174.208.918,07	5,71	60,08
Remuneração a pessoal	143.666.258,38	137.045.850,00	4,83	46,87
Encargos patronais	28.827.429,66	26.326.423,58	9,50	9,40
Benefícios a pessoal	11.664.614,97	10.836.644,49	7,64	3,81

Quadro 22 - Pessoas e encargos - VPD

Fonte: SIAFI

3.6.5. Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo acima tratado. Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Este subgrupo apresentou um acréscimo de 0,55% (AH), em relação ao exercício de 2017, saindo de R\$ 29.655.244,96 e passando para R\$ 29.819.537,27, no exercício de 2018, conforme demonstrado no quadro seguinte. Representa 9,94% do total de variações patrimoniais diminutivas (VPD).



O item que mais influenciou neste aumento foi “Serviços”, 5,24%, aumentando em termos monetários o valor de R\$ 1.124.310,87, pois é o item do subgrupo que possui maior participação no total das VPD, cerca de 7,52%. Já em termos de redução, a maior apresentada no subgrupo ficou no item “Depreciação, amortização e exaustão”, apresentando um decréscimo de 14,68%, com participação de apenas 1,76%, do total das VPD.

As contrapartidas registradas no Balanço Patrimonial deste item de variações patrimoniais diminutivas foram as seguintes:

- a) Referente ao Uso de material de consumo, contrapartida no subgrupo “Estoques”, do ativo circulante;
- b) Referente a Serviços, contrapartida no subgrupo “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo”, do passivo circulante.
- c) Referente a Depreciação, amortização e exaustão, contrapartida no subgrupo “Imobilizado” para a depreciação e contrapartida no subgrupo “Intangível” para a amortização, ambos do ativo não circulante.

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Variações Patrimoniais diminutivas	299.970.889,76	325.852.456,61	-7,94	97,86
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	29.819.537,27	29.655.244,96	0,55	9,73
Uso de material de consumo	1.939.780,75	1.989.052,26	-2,48	0,63
Serviços	22.585.574,65	21.461.263,78	5,24	7,37
Depreciação, amortização e exaustão	5.294.181,87	6.204.928,92	-14,68	1,73

Quadro 23 - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD

Fonte: SIAFI

3.6.6. Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos – VPD

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo.

Conforme quadro abaixo, apresentou um decréscimo percentual de 92,45%, sendo registrado o valor de R\$ 33.848.287,73 no exercício de 2017 e apenas R\$ 2.556.452,40, no final de 2018. O percentual de participação no total das Variações Patrimoniais

Diminutivas – VPD, deste subitem, é de somente 0,85%.

Com as altas reduções apresentadas nos itens “Reavaliação, redução a valor recuperável, e ajustes para perdas” e “Desincorporação de ativos”, 99,97% e 99,58%, respectivamente, eles passaram a representar quase nada na participação total das VPD, em 2018.

Cabe salientar que o item “Incorporação de passivos” apresentou participação positiva no subgrupo, no final de 2018 (R\$ 2.087.179,07), com 17,59% de acréscimo, comparando-se com o exercício de 2017 (R\$ 1.774.996,30). Esses valores foram registrados nas diversas unidades gestoras do IFS, e são referentes à contabilização da incorporação de bens móveis e material de consumo adquiridos pela Reitoria (“compras centralizadas”). Neste caso, a execução da despesa (VPD) ocorre na Reitoria e a incorporação dos bens (VPA) no campus receptor do bem. Como os valores são os mesmos, ou seja, o valor de VPA contabilizado na unidade receptora é sempre igual ao valor da VPD na unidade emite do empenho, esses registros não alteram a situação patrimonial do órgão (IFS).

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Variações Patrimoniais diminutivas	299.970.889,76	325.852.456,61	-7,94	97,86
Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos	2.556.452,40	33.848.287,73	-92,45	0,83
Reavaliação, redução a valor recup e ajustes p perdas	5.113,16	14.691.246,12	-99,97	0,00
Perdas com alienação	390.648,23			0,13
Perdas involuntárias	414,30	67,05	517,90	0,00
Incorporação de passivos	2.087.179,07	1.774.996,30	17,59	0,68
Desincorporação de ativos	73.097,64	17.381.978,26	-99,58	0,02

Quadro 24 - Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos – VPD

Fonte: SIAFI

3.7. Notas explicativas ao balanço orçamentário – BO

A seguir, são apresentadas as notas relativas ao Balanço Orçamentário e aos Restos a Pagar.





3.7.1. Receitas

As receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 364.335,54, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 269.898.213,38, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 269.533.877,84.

Essa disparidade se justifica pelo fato de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém somente os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Pela análise da tabela a seguir, as despesas empenhadas (R\$ 269.898.213,38) alcançaram, no exercício de 2018, 100,41% do total da Dotação Atualizada (R\$ 268.807.442,00).

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV
Receitas Correntes	275.478,00	273.885,54	99,42	75,17
Receitas de Capital	0,00	90.450,00	-	24,83
Total das Receitas	275.478,00	364.335,54	132,26	100,00
Despesas Correntes	264.607.442,00	259.428.649,94	98,04	96,12
Despesas de Capital	4.200.000,00	10.469.563,44	249,28	3,88
Total das Despesas	268.807.442,00	269.898.213,38	100,41	100
<i>Superávit/(Déficit)</i>		(269.533.877,84)		

Tabela 13 – Receitas e Despesas por Categoria econômica (R\$)

Fonte: SIAFI, 2018.

Na tabela adiante, verifica-se que no exercício de 2018, a previsão atualizada da receita do IFS consignada na LOA, deduzida das respectivas anulações ou cancelamentos, foi de R\$ 275.478,00, apresentando um acréscimo de 7,27% em relação ao exercício de 2017 (R\$ 256.799,00). Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 268.807.442,00, apresentando um acréscimo de 6,07% em relação ao ano de 2017 (R\$ 253.434.912,00). O item que apresentou maior variação percentual foi Despesas de Capital, apresentando um decréscimo de 47,62%.

Categoria Econômica	Previsão / Fixação Até 31/12/2018	Previsão / Fixação Até 31/12/2017	AH (%)
Receitas Correntes	275.478,00	256.799,00	7,27
Receitas de Capital			
Total das Receitas	275.478,00	256.799,00	7,27
Despesas Correntes	264.607.442,00	246.241.149,00	7,46
Despesas de Capital	4.200.000,00	7.193.763,00	-41,62
Total das Despesas	268.807.442,00	253.434.912,00	6,07

Tabela 14 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada (R\$)

Fonte: SIAFI: 2017, 2018.

Conforme quadro abaixo, comparando-se as receitas realizadas em 2018 com as de 2017, verifica-se que as receitas correntes apresentaram um decréscimo na sua arrecadação na ordem de 27,21%. A redução das receitas apontadas na tabela representada, em termos monetários, o valor de R\$ 102.380,75.

São da categoria econômica “Receitas Correntes” as que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

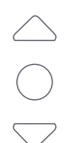
Não houve previsão de receitas de capital no IFS até o fechamento destas notas explicativas (Setembro/2018), no entanto, ocorreu entrada no montante de R\$ 90.450,00, oriundos da alienação de bens móveis ocorrida no órgão (leilão).

Comparando-se as receitas totais, percebe-se que não houve alteração significativa no montante arrecadado entres os períodos em análise, somente um acréscimo de 0,19%.

Categoria Econômica	DEZ/2018	DEZ/17	AH	AV/18
RECEITAS CORRENTES	273.885,54	376.266,29	-27,21	75,17
RECEITAS DE CAPITAL	90.450,00		-	24,83
TOTAL	364.335,54	376.266,29	-3,17	100,00

Tabela 15 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categoria Econômica (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Na tabela seguinte, verifica-se das arrecadações, mais de 75% foram Receitas Correntes, e o restante (quase 25%) em Receitas de Capital, no item "Alienação de bens", apresentando o valor arrecadado de R\$ 90.450,00. O resultado total apresentou decréscimo de apenas 3,17%, comparando-se os períodos analisados; 2017 (R\$ 376.266,29) e 2018 (R\$ 364.335,54).

Analisando-se por tipo de arrecadação, em termos percentuais, o pior desempenho ocorreu no item "Outras Receitas Correntes", com decréscimo de 55,01%, tendo arrecadado em 2017 o valor de R\$ 198.471,56, enquanto que em 2018, arrecadou somente R\$ 89.294,26.

Mesmo apresentando essa redução na arrecadação, o item "Outras Receitas Correntes", foi o que teve a terceira maior participação na composição das receitas do órgão, representando cerca de 24,51% do total arrecadado, ficando atrás somente dos itens "Alienação de bens móveis" e "Receitas de Serviços", com 24,83% e de 30,53 do total das receitas, respectivamente.

Origem da Receita	DEZ/2018	DEZ/2017	AH%	AV/18 (%)
RECEITA PATRIMONIAL	53.961,17	77.274,04	-30,17	14,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.294,26	198.471,56	-55,01	24,51
RECEITA DE SERVICOS	111.230,11	69.057,64	61,07	30,53
RECEITA AGROPECUARIA	19.400,00	31.463,05	-38,34	5,32
ALIENACAO DE BENS	90.450,00	-	-	24,83
TOTAL	364.335,54	376.266,29	-3,17	100,00

Tabela 16 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.7.2. Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Outras Despesas Correntes" referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos refere-se à categoria econômica Despesas de Capital.

Pelos dados da tabela, o grupo de despesa que teve maior evolução da dotação atualizada do exercício de 2017 para o de 2018, foi o de "Pessoal e Encargos Sociais", que apresentou acréscimo de 8,69%, sendo R\$ 201.997.624,00 em 2017, e R\$ 219.546.753,00 em 2018. Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, foram executadas no exercício de 2018, 98,04% das Despesas Correntes e 249,28% das Despesas de Capital (orçamento do órgão + descentralizações recebidas). Verifica-se também que a maior parcela das despesas empenhadas em 2018, está em "despesas correntes", 96,12%, contra 3,88% das "despesas de capital". Registramos que ocorreu erro em classificação orçamentária de despesa empenhada no grupo das correntes quando o correto seria em capital, em razão de aquisição de divisórias mediante nota de empenho 2018NE800286, no valor de R\$ 83.536,65.

GRUPO DESPESA	DEZ/18		DEZ/17		AH (DOT) %	AV-2018 (EMP)%
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 - Pessoal e Enc. Sociais	219.546.753,00	214.805.099,33	201.997.624,00	201.048.325,29	8,69	79,59
2 - Outras Despesas Correntes	45.060.689,00	44.623.550,61	44.243.525,00	42.230.938,96	1,85	16,53
Subtotal Desp. Correntes	264.607.442,00	259.428.649,94	246.241.149,00	243.279.264,25	7,46	96,12
4 - Investimentos	4.200.00,00	10.469.563,44	7.193.763,00	21.588.924,79	-41,62	3,88
Subtotal Desp. Capital	4.200.000,00	10.469.563,44	7.193.763,00	21.588.924,79	-41,62	3,88
TOTAL	268.807.442,00	269.898.213,38	253.434.912,00	264.868.189,04	6,07	100

Tabela 17 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Na tabela adiante, verifica-se que os maiores volumes de gastos (despesas empenhadas) no exercício 2018 corresponderam a "Locação de Mão-de-Obra" e "Outros Serviços de Terceiros PJ", com R\$ 11.757.587,69 e R\$ 6.856.393,04, respectivamente. Em "Locação de Mão-de-Obra" estão as despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como: limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado. Conforme planilha abaixo, percebe-se que houve um pequeno aumento percentual na despesa empenhada, em torno de 0,04%, comparando-se 2017 e 2018. Em termos monetários, a



variação foi de apenas R\$ 4.664,86, no entanto é o item com maior participação no total das despesas empenhadas, cerca de 26,35%. Já as despesas com “Outros Serviços de Terceiros PJ”, representa 15,36% do total do grupo “Outras Despesas Correntes”. Desta forma, no exercício de 2018, do total desse grupo de despesa, 41,71% referem-se aos elementos de despesas citados acima, totalizando R\$ 18.613.980,73.

A maior variação nas despesas empenhadas ocorreu em “DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES”, com acréscimo de 205,01%, passando de R\$ 70.166,49, em 2017 para R\$ 214.015,70, em 2018. No entanto, o item não teve participação significativa no total deste grupo de despesas em 2018, representando somente 0,48%.

ODC: Elemento de Despesa/Categoria de Gasto	DEZ/18		DEZ/17		AH (DOT)	AH (DE)	AV/18 (DE)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.773.315,87	11.757.587,69	11.752.922,84	11.752.922,83	0,17	0,04	26,35
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	6.882.049,69	6.856.393,04	7.366.509,30	7.425.042,52	-6,58	-7,66	15,36
AUXILIO-ALIMENTACAO	6.335.032,37	6.335.032,37	6.031.491,86	6.031.491,86	5,03	5,03	14,20
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.939.348,32	6.180.657,83	5.273.282,38	5.674.201,98	12,63	8,93	13,85
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.795.505,26	2.795.505,26	2.673.579,15	2.673.579,15	4,56	4,56	6,26
MATERIAL DE CONSUMO	1.568.603,77	1.566.106,09	1.706.912,97	1.739.003,97	-8,10	-9,94	3,51
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.516.900,00	1.516.900,00	1.086.300,00	1.086.300,00	39,64	39,64	3,40
APLICACOES DIRETAS (PARA DETALHAMENTO NOS DEMAIS ELEMENTOS)	1.482.690,08		3.418.547,51		-56,63		
AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	1.470.521,67	1.470.521,67	1.075.216,15	1.075.216,15	36,77	36,77	3,30
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.417.419,13	1.417.419,13					3,18
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.258.717,85	1.723.456,12	1.420.507,93	1.874.350,93	-11,39	-8,05	3,86
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	903.933,31	903.933,31	801.922,60	801.922,60	12,72	12,72	2,03
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	495.688,06	495.688,06	745.356,05	818.379,53	-33,50	-39,43	1,11
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	422.414,17	437.754,19	301.981,93	335.026,69	39,88	30,66	0,98
CONTRATAÇAO POR TEMPO DETERMINADO	282.352,89	282.352,89	307.852,65	307.852,65	-8,28	-8,28	0,63
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	214.015,70	214.015,70	70.166,49	70.166,49	205,01	205,01	0,48
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇAO	171.896,98	221.396,96	135.110,06	173.615,46	27,23	27,52	0,50
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	79.068,40	184.199,74	45.515,35	111.984,90	73,72	64,49	0,41
SENTENCAS JUDICIAIS	12.663,48	12.663,48	6.459,78	6.459,78	96,04	96,04	0,03
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PF		213.415,08		249.531,47	-	-14,47	0,48
PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.			3.090,00	3.090,00	-100,00	-100,00	
SERVICOS DE CONSULTORIA			20.800,00	20.800,00	-100,00	-100,00	
TOTAL	45.060.689,00	44.623.550,61	44.243.525,00	42.230.938,96	1,85	5,67	100

Tabela 18 – Outras Despesas Correntes Fixadas e Empenhadas - Composição (R\$)

Fonte: Siafi, 2017 e 2018.



3.7.3. Restos a Pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Em jan/2017, o total inscrito mais a reinscrição de RPNP foi de R\$ 47.457.674,31. Em jan/2018, a inscrição de despesas na rubrica RPNP, considerando também os RP Reinscritos, totalizou cerca de R\$ 39.736.815,27, abrangendo todas as unidades do IFS (Reitoria e campi). Em relação à inscrição em 31/12/2017, destaca-se a redução de 17,41% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando uma diminuição, em termos monetários, no montante de R\$ 5.326.202,81; passando de R\$ 30.584.260,81 para R\$ 25.258.058,00.

RPNP Inscritos e Reinscritos	(JAN/2018)	(JAN/2017)	AH
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	25.258.058,00	30.584.260,81	-17,41
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	14.478.757,27	16.873.413,50	-14,19
TOTAL	39.736.815,27	47.457.674,31	-16,27

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme apresentado na tabela abaixo, do saldo executado em 2018, 43,82% pertenciam ao orçamento do próprio órgão, enquanto que 58% vieram do orçamento de outros órgãos (créditos descentralizados).

Origem Orçamento	(1) RPNP Inscritos + Reinscritos	(2) RPNP Cancelados	(3) = (1) - (2) RPNP Inscritos (-) Cancelados	(4) RPNP Liquidados	(5) = (4) / (3) % Exec
IFS	24.952.070,86	2.549.160,90	22.402.909,96	9.816.918,09	43,82
Outros	14.784.744,41	3.084.888,16	11.699.856,25	6.785.383,31	58,00
TOTAL	39.736.815,27	5.634.049,06	34.102.766,21	16.602.301,40	48,68

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos: origem do orçamento executado (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela seguinte demonstra que no exercício de 2018 foram executados (liquidados) 48,68% do total das despesas inscritas na rubrica de RPNP (Correntes e de Capital). Sendo inscritos e reinscritos o valor de R\$ 39.736.815,27, cancelados R\$ 5.634.049,06, liquidados R\$ 16.602.301,40, e a liquidar no decorrer dos próximos exercícios, R\$ 17.500.464,81. Detalhando-se a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram maior execução, 79,94%, e as despesas de capital, somente 40,29%, no decorrer do exercício de 2018.

Categoria Econômica	(1) RPNP Inscritos + Reinscritos	(2) RPNP Cancelados	(3) = (1) - (2) RPNP Inscritos (-) Cancelados	(4) RPNP Liquidados	(5) = (4) / (3) % Exec
DESPESAS CORRENTES	8.351.797,54	1.135.423,88	7.216.373,66	5.768.494,85	79,94
DESPESAS CAPITAL	31.385.017,73	4.498.625,18	26.886.392,55	10.833.806,55	40,29
TOTAL	39.736.815,27	5.634.049,06	34.102.766,21	16.602.301,40	48,68

Tabela 21 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica - (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial

O volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IFS, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas. E mais ainda, em razão da liberação do crédito orçamentário para emissão de empenho ocorrer em maior escala somente no final de cada exercício.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, quase a totalidade (97,46%) de RPNP inscritos no encerramento do exercício de 2017 e reinscritos, relativos a exercícios anteriores, refere-se a valores *excetuados* pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986. A maior parcela do saldo de RPNP é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



Indicador "Lei Calmon"	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	AV(%)	RPNP Cancelados	RPNP (-) Cancelados	RPNP Liquidados	% Exec
SIM	38.728.420,38	97,46	5.314.361,45	33.414.058,93	15.937.472,26	47,70
NÃO	1.008.394,89	2,54	319.687,61	688.707,28	664.829,14	96,53
TOTAL	39.736.815,27	100	5.634.049,06	34.102.766,21	16.602.301,40	48,68

Tabela 22 – Exceções à vigência de restos a pagar não processados - Art. 68,§ 3º, II, Dec.93.872/86 (R\$)

Fonte: Elaboração própria, com base no SIAFI2018.

Pela tabela abaixo, verifica-se que até o encerramento de 2018, houve um volume significativo de cancelamento de RPNP inscritos nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, reduzindo o estoque de dívidas, especialmente nas Despesas de Capital, que atingiu o montante de R\$ 21.991.001,70. Já nas Despesas Correntes, o cancelamento foi de R\$ 9.660.309,78. Desta forma, o cancelamento total no período analisado foi de mais de 31 milhões.

Categoria econômica	DEZ/2018	Dez/2017	Dez/2016	Total (16+17)
Despesa Corrente	1.135.423,88	3.991.955,82	4.532.930,08	9.660.309,78
Despesa de Capital	4.498.625,18	4.227.489,76	13.264.886,76	21.991.001,70
TOTAL	5.634.049,06	8.219.445,58	17.797.816,84	31.651.311,48

Tabela 23 - Cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$ milhões)

Fonte: Elaboração própria, com base no SIAFI 2018, 2017 e 2016.

3.8. Notas explicativas ao balanço financeiro - BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro–BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.8.1. Ingressos e dispêndios

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no exercício de 2018, em comparação ao exercício de 2017. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento de 1,90%, enquanto que as receitas orçamentárias apresentaram um decréscimo de 3,27%. Os recebimentos extraorçamentários apresentaram um acréscimo de 22,38% no período comparado, enquanto que os desembolsos extraorçamentários apresentaram um decréscimo de 22,40%.

INGRESSOS	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
Receitas Orçamentárias	364.335,54	376.266,29	-3,27
Transferências Financeiras Recebidas	297.362.857,26	295.972.962,10	0,47
Recebimentos Extraorçamentários	34.506.683,54	28.196.825,28	22,38
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
TOTAL	337.217.010,60	327.781.527,60	2,88

Tabela 24 – Total dos Ingressos R\$

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

DISPÊNDIOS	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
Despesas Orçamentárias	269.898.213,38	264.868.189,04	1,90
Transferências Financeiras Concedidas	27.935.639,63	32.108.832,99	-13,00
Despesas Extraorçamentárias	20.036.333,88	25.821.371,31	-22,40
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equival. de Caixa	19.346.823,71	4.983.134,26	288,25
TOTAL	337.217.010,60	327.781.527,60	2,88

Tabela 25 – Total dos Dispêndios R\$

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.8.2. Resultado financeiro apurado no trimestre

O resultado financeiro de 2018 foi superavitário em R\$ 14.363.689,45, com uma grande variação percentual aumentativa comparando-se com o exercício de 2017, cerca de 721,88%. Há duas metodologias de cálculo, apresentadas nas tabelas a seguir:





	DEZ/2018	DEZ/2017	AH(%)
(+) INGRESSOS	332.233.876,34	324.546.053,67	2,37
Receitas Orçamentárias	364.335,54	376.266,29	-3,17
Transferências Financeiras Recebidas	297.362.857,26	295.972.962,10	0,47
Recebimentos Extraorçamentários	34.506.683,54	28.196.825,28	22,38
(-) DISPÊNDIOS	317.870.186,89	322.798.393,34	-1,53
Despesas Orçamentárias	269.898.213,38	264.868.189,04	1,90
Transferências Financeiras Concedidas	27.935.639,63	32.108.832,99	-13,00
Despesas Extraorçamentárias	20.036.333,88	25.821.371,31	-22,40
(=) Resultado Financeiro	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 26 – Resultado Financeiro – Metodologia 1 (R\$) Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

DISPÊNDIOS	DEZ/2018	DEZ/2017	AH(%)
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	19.346.823,71	4.983.134,26	288,25
INGRESSOS			
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
(=) Resultado Financeiro	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 27 – Resultado Financeiro – Metodologia 2 (R\$) Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.8.3. Transferências financeiras recebidas e concedidas no trimestre

Conforme quadro abaixo, verifica-se que o item referente às Transferências Financeiras Recebidas (ingressos), no exercício de 2018, representam um total de R\$ 297.362.857,26, enquanto que as Transferências Financeiras Concedidas (saídas) totalizaram somente R\$ 27.935.639,63. Esta disparidade se justifica, principalmente, pela necessidade de recebimento de recursos para realizar os pagamentos de despesas de pessoal do órgão (conforme nota explicativa da DVP, a despesa com pessoal e encargos somada à benefícios previdenciários e assistenciais foi de R\$ 225.510.563,31), os quais são realizados somente pela unidade da Reitoria. Assim, a maior parcela dos recursos oriundos de “Transferências Financeiras Recebidas”, são utilizados para pagamento de pessoal, centralizado na Reitoria, sendo uma menor parcela descentralizada através de “Transferências Financeiras Concedidas” para execução de despesas (exceto com pessoal) pelos campi.

As Transferências Financeiras Resultantes da Execução Orçamentária são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- Recursos financeiros recebidos pelos *campi* enviados pela Reitoria: sub-repasse.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária são destinadas, em sua grande maioria, ao pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

No quadro abaixo, verifica-se que o órgão recebeu recursos oriundos de transferências financeiras para pagamento de restos a pagar no montante de R\$ 25.130.517,93, sendo que desse total, R\$ 7.971.904,80, foram transferido às suas unidades vinculadas (Campi) para pagamento de seus compromissos de restos a pagar.

Transferências Financeiras Recebidas	DEZ/18	AV	Transferências Financeiras Concedidas	DEZ/18	AV
Resultantes da Execução Orçamentária	271.294.207,49	91,23	Resultantes da Execução Orçamentária	19.209.016,64	68,76
Cota Recebida			Repasse Concedido		
Repasse Recebido	252.085.190,85	84,77	Sub-repasse Concedido	19.209.016,64	68,76
Sub-repasse Recebido	19.209.016,64	6,46	Cota Devolvida Repasse Devolvido		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	26.068.649,77	8,77	Independentes da Execução Orçamentária	8.726.622,99	31,24
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.130.517,93	8,45	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.971.904,80	28,54
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	938.131,84	0,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	754.718,19	2,70
TOTAL	297.362.857,26	100,00	TOTAL	27.935.639,63	100,00

Tabela 28 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição



3.9. Notas explicativas à demonstração dos fluxos de caixa – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, no exercício de 2018, a geração líquida de caixa foi superavitária em R\$ 14.363.689,45, apresentando uma grande variação percentual positiva entre os períodos analisados, 721,88%, conforme tabela abaixo.

Resultado Financeiro BF x DFC	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Ex. Seguinte)	19.346.823,71	4.983.134,26	288,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Ex. Anterior)	4.983.134,26	3.235.473,93	54,02
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 29 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Adiante são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa entre os períodos analisados.

Atividades	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	28.652.038,81	23.209.385,57	23,45
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-14.288.349,36	-21.461.725,24	-33,42
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Total	14.363.689,45	1.747.660,33	721,88

Tabela 30 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.9.1. Atividades Operacionais

Ingressos das Operações

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas. Os ingressos das atividades

operacionais apresentaram o valor de R\$ 298.454.092,30, foram quase a totalidade das entradas de recursos no período, representando cerca de 99,97% do total de ingressos no órgão (R\$ 298.544.542,30). No grupo, o item “Outros Ingressos das Operações” representa quase a totalidade das entradas de recursos, cerca de 99,91% (R\$ 298.180.206,76), seguido de “Receitas Derivadas e Originárias”, com apenas 0,09% (R\$ 273.885,54).

Outros ingressos das operações

Este item, conforme tabela seguinte, apresentou um pequeno acréscimo de 0,73% (AH) comparando-se os exercícios de 2017 (R\$ 296.028.415,59) e 2018 (R\$ 298.180.206,76). É o grupo de receitas mais importante do órgão, com quase 100% de participação do total dos ingressos das atividades operacionais, cerca de 99,91%. Quando analisado a participação no total de ingressos do órgão (todas as operações), o grupo representa 99,87%. A quase totalidade deste grupo se refere ao item “transferências financeiras recebidas” da União (MEC) para gestão das finalidades do órgão (pagamento de pessoal, despesas correntes, aquisição de material permanente, etc), resultantes da execução orçamentária (repasses e subrepasses recebidos), e também independentes da execução orçamentária (transferências recebidas para pagamento de restos a pagar). Cabe destacar que esse item representa 99,63% (AV), R\$ 297.362.857,26, do total do grupo “Outros Ingressos das Operações”. A contrapartida deste item é demonstrada no grupo “Transferências financeiras recebidas”, do Balanço Financeiro (Ingressos).

FLUXOS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)	AV(18) (%)
INGRESSOS	298.454.092,30	296.404.681,88	0,69	100,00
Receitas Derivadas e originárias	273.885,54	376.266,29	-27,21	0,09
Outros Ingressos das Operações	298.180.206,76	296.028.415,59	0,73	99,91

Tabela 31 – Ingressos das atividades Operacionais – Composição (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Desembolsos das Operações

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações. Os desembolsos totalizaram cerca de R\$ 269.802.053,49, até o fechamento destas notas explicativas, enquanto que os ingressos totalizaram R\$ 298.454.092,30, gerando um resultado positivo de R\$ 28.652.038,81, comparando-se entradas e saídas de recursos somente das atividades das operações.



Pessoal e demais despesas

Este grupo, conforme demonstrado na tabela abaixo, apresentou um decréscimo de 0,86% (AH) comparando-se os períodos analisados. O grupo é composto, principalmente, pelo item função “Educação”, apresentando o valor de R\$ 175.264.460,43, correspondendo a 64,96% do total dos desembolsos das atividades das operações. O grupo representa a maior parcela do total de desembolsos das atividades das operações, aproximadamente 78,87%.

FLUXOS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	DEZ/2018	DEZ/2017	AH	AV(17)
Desembolsos	-269.802.053,49	-273.195.296,31	-1,24	100
Pessoal e Demais Despesas	-212.793.054,45	-214.644.979,20	-0,86	78,87
Transferências Concedidas	-28.902.714,45	-26.385.772,65	9,54	10,71
Outros Desembolsos das Operações	-28.106.284,59	-32.164.544,46	-12,62	10,42

Tabela 32 – Desembolsos das atividades Operacionais - Composição

Fonte: Siafi, 2017 e 2018.

Os desembolsos por função de governo (pessoal e demais despesas), no exercício de 2018, totalizaram R\$ 212.793.054,45 e no ano de 2017 totalizou R\$ 214.644.979,20, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, nos dois períodos, R\$ 175.264.460,43 (64,96%) e R\$ 176.736.180,85 (82,34%), respectivamente, conforme apresentado na tabela adiante.

Desembolsos por Função de Governo	DEZ/2018	DEZ/2017	AV 2018	AV 2017
Pessoal e Demais Despesas	-212.793.054,45	-214.644.979,20	100,00	100,00
Legislativo				
Judiciário				
Essencial à Justiça				
Administração				
Defesa Nacional				
Segurança Pública				
Assistência Social				
Previdência Social	-37.372.474,02	-37.751.862,35	13,85	17,59
Saúde				
Trabalho				
Educação	-175.264.460,43	-176.736.180,85	64,96	82,34
Cultura				
Direitos da Cidadania				
Urbanismo				
Habituação				
Saneamento				
Gestão Ambiental				
Ciência e Tecnologia				
Agricultura				
Organização Agrária	-156.120,00	-156.936,00	0,06	0,07
Indústria				
Comércio e Serviços				
Comunicações				
Energia				
Transporte				
Desporto e Lazer				
Encargos Especiais				
(+/-) OBS não Sacadas - Cartão de Pagamento				

Tabela 33 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.





Detalhando a função Educação em subfunções, verifica-se que o grande volume dessa função se refere ao ensino profissional, com cerca de 94,20% do total, seguido das relativas à proteção e benefícios ao trabalhador, com somente 4,33%, conforme tabela abaixo.

Subfunções de Ensino	DEZ/2018	AV (%)
ENSINO PROFISSIONAL	179.274.576,26	94,195
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	8.239.281,54	4,329
ATENCAO BASICA	2.540.324,12	1,335
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	259.609,82	0,136
ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.898,20	0,004
ADMINISTRACAO GERAL	2.759,00	0,001
Total	190.323.448,94	100,00

Tabela 34 – Função Educação - Composição

Fonte: Tesouro Gerencial, DEZ/2018.

3.9.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se das atividades administrativas e operacionais dos órgãos, que são as de custeio.

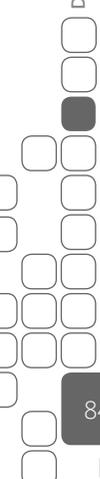
Na tabela abaixo, verifica-se que em 2018 houve ingresso no valor apenas R\$ 90.450,00 e desembolsos que totalizaram R\$ 14.378.799,36, resultando num fluxo deficitário nas atividades de investimento no montante de R\$ 14.288.349,36. Nos dispêndios, os maiores valores foram relativos à aquisição de “ativo não circulante”, no valor de R\$ 13.532.365,01. Sendo que o mesmo teve participação de 94,11% do total dos desembolsos neste tipo de atividade.

Comparando-se a variação total dos fluxos de caixa das atividade de investimento, entre os períodos analisados, nota-se que ocorreu uma redução percentual de aproximadamente 33,42%.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	DEZ/2018	DEZ/2017	AH (%)
	-14.288.349,36	-21.461.725,24	-33,42
INGRESSOS	90.450,00	-	-
Alienação de Bens	90.450,00	-	-
DESEMBOLSOS	-14.378.799,36	-21.461.725,24	-33,00
Aquisição de Ativo Não Circulante Outros	-13.532.365,01	-18.710.286,98	-27,67
Desembolsos de Investimentos	-846.434,35	2.751.438,26	69,24

Tabela 35– Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$)

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



The image features a dark blue background with a collection of geometric shapes. On the left, there is a large white-outlined rounded rectangle. To its right, a vertical column of colored squares includes a small light red square, a larger red square, a light red square, and a cyan square. Below these, a large red square is positioned to the left of the text. The text 'OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES' is centered in white, uppercase letters. Below the text, there is a horizontal row of shapes: a white-outlined square, a cyan square, a light blue square, a dark blue square, a white-outlined square, a light blue square, a white-outlined square, a light red square, and a small white-outlined square. Below this row, there are more shapes: a cyan square, two white-outlined squares, a cyan square, a light blue square, a red square, and a white-outlined square. At the bottom, there is a white-outlined square, a dark blue square, a light blue square, a red square, and a large white-outlined rounded rectangle on the right side.

OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES

1. Outras informações relevantes

Outras informações não relacionados com as demais seções do relatório e que seja importante em razão da relevância e da necessidade de *accountability* dos gestores, entre as quais as atividades das bibliotecas, assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão do IFS, bem como o tratamento de determinações e recomendações do TCU.

2. Assistência Estudantil do IFS

A Assistência Estudantil do Instituto Federal de Sergipe tem como parâmetro de atuação o Programa Nacional de Assistência Estudantil/Pnaes/Decreto 7.234 de julho de 2010, a partir do qual o IFS institucionalizou, em agosto de 2017, a **Política de Assistência Estudantil (PAE/IFS)**, que tem por base os valores da ética e respeito, transparência, qualidade e excelência, inovação, integração, compromisso social e desenvolvimento humano, proporcionando o exercício da cidadania e o bem-estar da sociedade.

O PAE/IFS é operacionalizada por cada um dos 09 *campi* do IFS sob a supervisão da Diretoria de Assuntos Estudantis. Além disso, o PAE/IFS é composto por profissionais de equipe interdisciplinar existentes em cada campus, lotados na assistência estudantil e outros profissionais, mesmo que lotados em outros setores, coordenadorias e diretorias, em sistema de colaboração.

A Política de Assistência Estudantil objetiva desenvolver projetos, linhas de ação e serviços que assegurem ao estudante do IFS o acesso, a permanência e o êxito em seu percurso educacional, consolidando o apoio à formação integral, contribuindo preventivamente nos casos de evasão e retenção.

Os projetos e linhas de ações fazem parte do **Programa de Acompanhamento e Assistência ao Educando do IFS/Praae/IFS**, que é composto por **ações universais** através de projetos, auxílios financeiros e bolsas que **independem** da situação de vulnerabilidade socioeconômica e **ações específicas** tais como projetos, auxílios financeiros e bolsas que **dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica**.

A seleção dos estudantes, a serem beneficiados com os auxílios ou bolsas das linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica, é realizada por meio de editais específicos. A análise da situação de vulnerabilidade socioeconômica, realizada por assistentes sociais do IFS ocorre por meio da realização do estudo socioeconômico.

O Praae/IFS é composto por 11 (onze) Normas e Regulamentos que tornam possível a efetivação da Política de Assistência Estudantil do IFS.

No último exercício foi criado o Regulamento do Uso do Nome Social e dos Espaços Segregados por Gênero no âmbito do IFS, diante das demandas existentes nessa área em âmbito nacional e nos *campi* do IFS.

As ações específicas são compostas por **auxílios/bolsas que são disponibilizados** aos estudantes que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica. A concessão desses auxílios objetiva que o estu-

dante tenha condições de acesso à escola e sua permanência com qualidade e em condições de igualdade com os demais alunos.

Auxílios/bolsas concedidos aos estudantes que **dependem da situação de vulnerabilidade** são Permanência Estudantil, Estudantes da **Educação de Jovens e Adultos - Proeja, Residência, Bolsa Trainee, Auxílio Eventual, Refeitório** (somente para estudantes dos *campi* Aracaju e São Cristóvão) e Fardamento e Material escolar. Neste quesito, o quantitativo distribuído pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Auxílios/Bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica

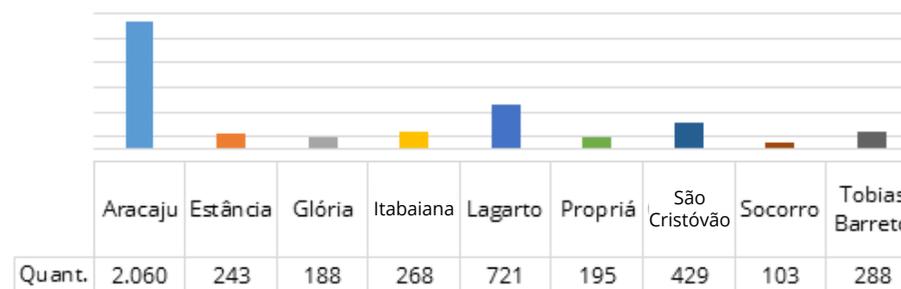


Gráfico 25 - Auxílios/bolsas que dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica

Fonte: DIAE/IFS



As ações universais são compostas por projetos que independem da situação socioeconômica do estudante, é direcionada a todos que assim deseje ter acesso aos serviços. As ações podem ter um caráter pedagógico de apoio e acompanhamento como também podem ser constituídas por iniciativas que objetivam promover ações educativas, através da realização de palestras, oficinas, feiras, entre outras, tendo como pressuposto básico a sensibilização e educação para o efetivo exercício da cidadania.

As temáticas mais trabalhadas em 2018 foram bullying nas escolas, gênero, raça, religiosidade, saúde da mulher e do homem, violência doméstica contra a mulher e suicídio.

Os Auxílios/bolsas concedidos aos estudantes e que independem da situação de vulnerabilidade socioeconômica, **são ações destinadas a todos os estudantes quer estejam ou não em situação de vulnerabilidade socioeconômica**: Arte, Cultura e Desporto, Incentivo ao Êxito Acadêmico, Monitoria, Partilhando Saberes e Participação em Eventos.

No gráfico a seguir pode-se visualizar o número de assistidos por essa ação:

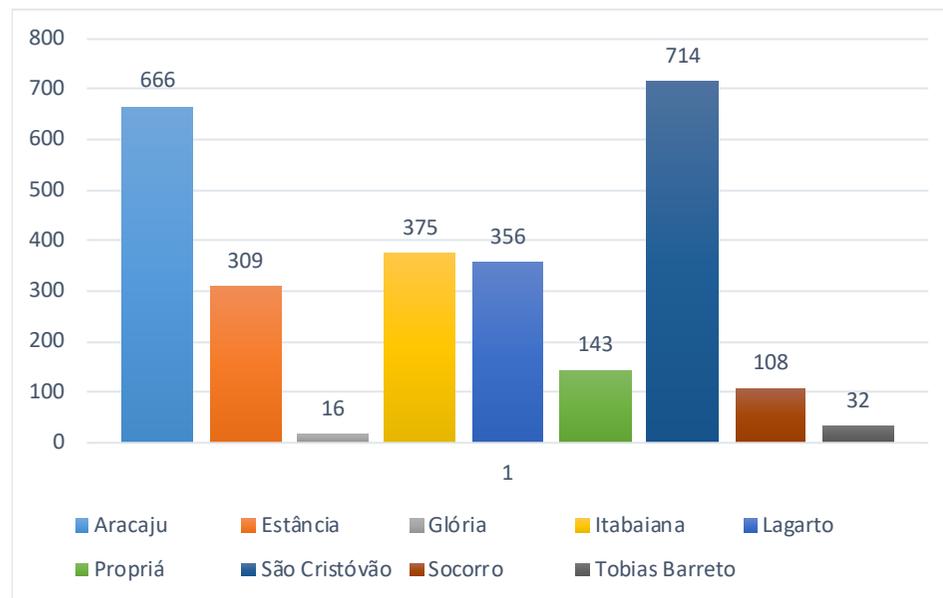


Gráfico 26 - Auxílios/bolsas que não dependem da situação de vulnerabilidade socioeconômica

Fonte: DIAE/IFS

Considerando a importância do aprimoramento das ações e como medida de controle das ações, em 2018 foram realizadas as Jornadas de Assuntos Estudantis/JAEs do IFS. Neste momento os estudantes foram aglutinados por região (campus mais próximo um do outro) para a avaliação da Política.

É importante destacar, no âmbito das ações universais a atuação em 2018 junto aos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas/Napnes dos campi. São situações novas: estudantes que apresentam as mais diversas especificidades que demandam profissionais especializados e preparados. Sendo assim, foram realizadas reuniões descentralizadas, nos campi, com o objetivo de socialização das experiências e a possibilidade de aprendizado buscando responder as diversas demandas diárias e a realização dos encaminhamentos devidos.

Objetivando socializar as experiências na área de assistência estudantil e a melhoria das ações cotidianas, foi realizado, com a participação dos nove campi do IFS, o Encontro de servidores da Assistência Estudantil do IFS.

Ainda no âmbito da assistência estudantil, o IFS intermedia o contato entre estudantes e empresa para a realização de estágio.

Em 2018 foram celebrados 50 (cinquenta) Convênios entre o IFS e empresas para que os estudantes realizassem estágio nas modalidades obrigatória ou não obrigatória. Diante da importância do estágio para a futura vida profissional do estudante, o Apoio ao Estágio no IFS tem como objetivo facilitar o acesso dos alunos às organizações governamentais e não governamentais interessadas em disponibilizar oportunidades de estágio.



3. Bibliotecas do IFS

As Bibliotecas do IFS se propõem a atender à comunidade acadêmica e ao público em geral, prestando serviços informacionais que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS, com políticas de disseminação, processamento técnico, recuperação da informação e desenvolvimento de coleções, treinamento e capacitação, promoção de ações culturais e implementação de recursos tecnológicos.

Em relação às instalações e estrutura física, o IFS conta com dez bibliotecas, supridas de periódicos atualizados para os diversos tipos de cursos ofertados nos campi e no Centro de Pós-graduação:



Gráfico 27 - Dimensão das bibliotecas (m²) Fonte: DGB/IFS

Biblioteca em números:

- Eventos Culturais: 11
- Base de dados: 25
- Inserção de dados no repositório institucional do IFS (RIFS): 275
- Atribuição de ISBN através da Editora do IFS (Edifs): 17
- Atribuição de ISSN através da Editora do IFS (Edifs): 08
- Fichas catalográficas: 120
- Empréstimos realizados: 54.392
- Normas da ABNT consultadas: 843
- Acessos à Plataforma Pearson – Biblioteca Virtual Universitária: 1.417
- Treinamentos e capacitações realizados: 21
- Usuários capacitados: 496
- Investimento em acervo bibliográfico: R\$ 510.399,12
- Exemplares acrescidos ao acervo: 14.983

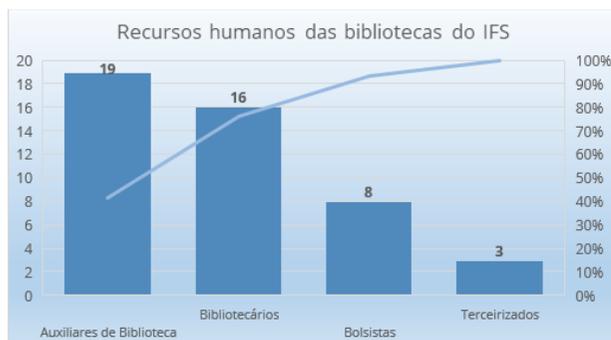


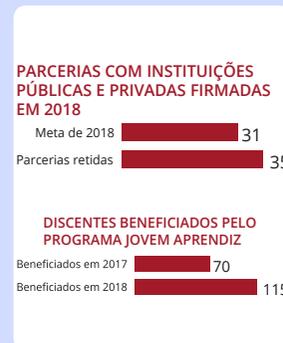
Gráfico 28 - Recursos humanos das bibliotecas

Fonte: DGB/IFS

4. Resultados alcançados na área de pesquisa, extensão e inovação

Parcerias

Durante o ano, inúmeras parcerias foram firmadas com instituições públicas e privadas, sobretudo pelo Programa Jovem Aprendiz, responsável por inserir diversos jovens no mercado de trabalho. No gráfico abaixo podemos notar que a meta do indicador que mede a quantidade de parcerias com instituições públicas e privadas firmadas ou mantidas com o objetivo de inserir jovens no mercado de trabalho foi alcançada:



Projetos

Visando incentivar e divulgar o desenvolvimento da pesquisa aplicada e da

inovação tecnológica junto à comunidade, além de promover e fomentar atividades de iniciação à pesquisa e inovação na instituição, diversos projetos de pesquisa aplicada e inovação tecnológica foram desenvolvidos durante o ano. Abaixo, podemos observar que as metas dos indicadores “Número de projetos de pesquisa aplicada” e inovação tecnológica realizados e “Número de projetos de extensão” realizados foram atingidas:



Pessoas

Outro aspecto que podemos destacar é o en-

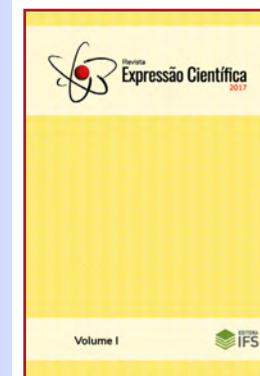
volvimento das pessoas em projetos de pesquisa, extensão e inovação. Abaixo, podemos verificar através do indicador “Número de servidores envolvidos em projetos de pesquisa e extensão” o envolvimento dos servidores nos projetos desenvolvidos pela instituição:



Também podemos destacar a participação dos discentes nos projetos. Nos gráficos abaixo é possível visualizar o indicador “Número de discentes envolvidos em pesquisa, extensão e inovação” e a proporção relativa entre discentes bolsistas e voluntários participantes dos projetos

Publicações

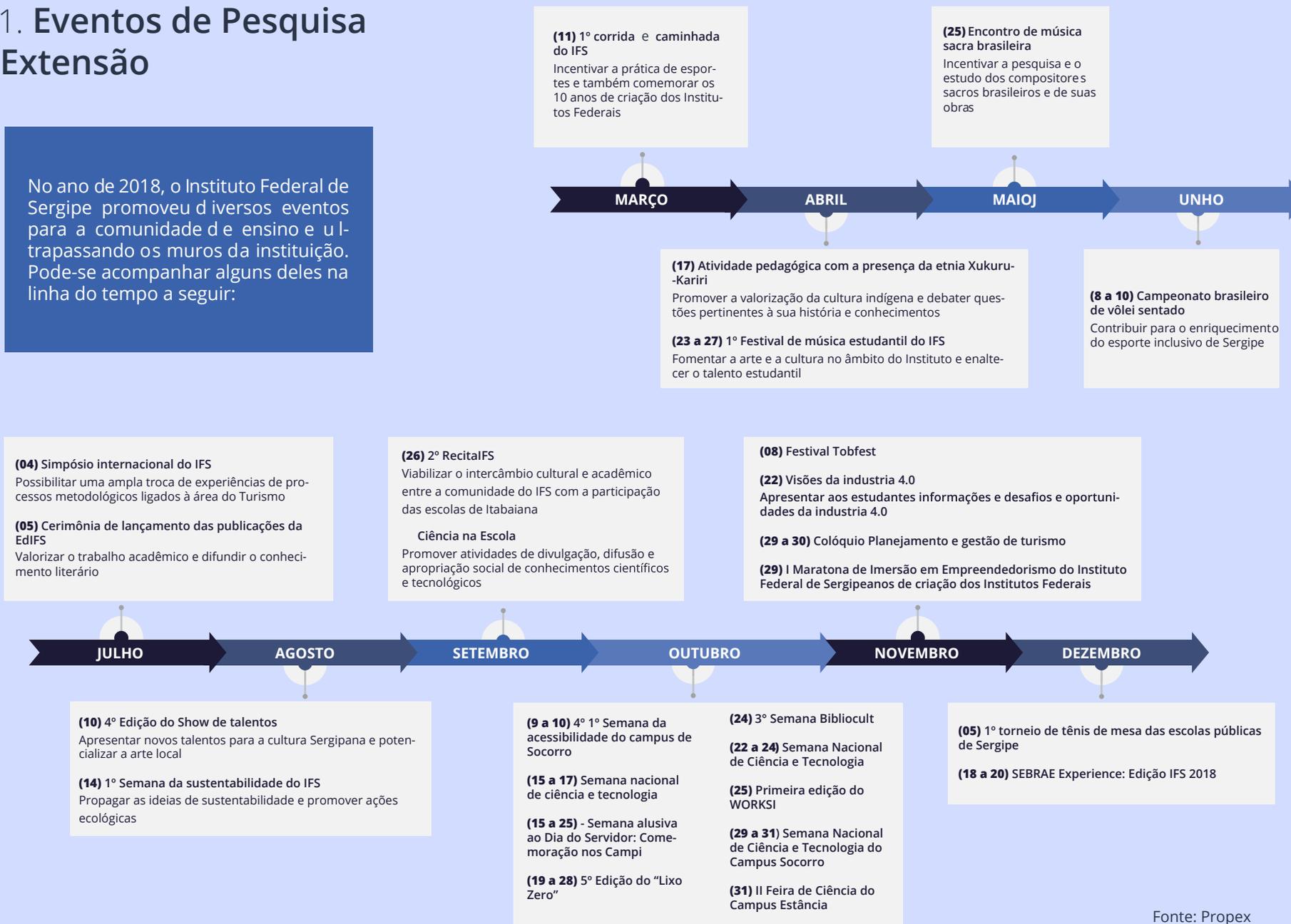
Em 2018, a EDIFS publicou 17 livros e 3 revistas científicas



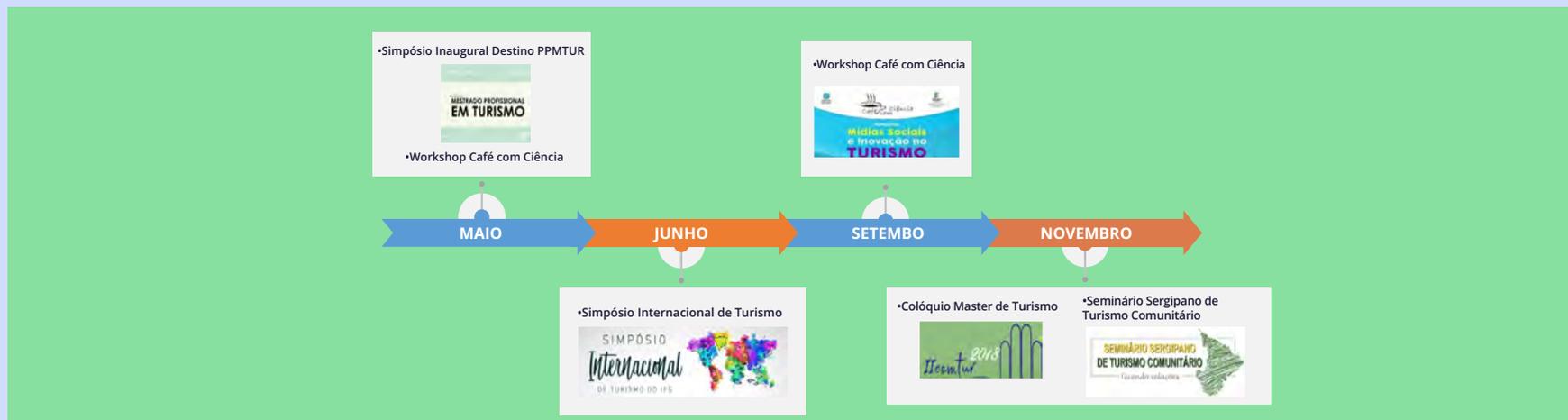
Fonte: Propex

4.1. Eventos de Pesquisa e Extensão

No ano de 2018, o Instituto Federal de Sergipe promoveu diversos eventos para a comunidade de ensino e ultrapassando os muros da instituição. Pode-se acompanhar alguns deles na linha do tempo a seguir:



Fonte: Propex



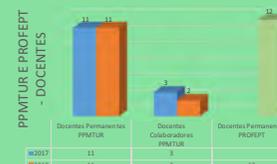
O IFS é uma das Instituições Associadas (IAs) ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional, cujo objetivo está alinhado a necessidade de aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica.



Primeiro Mestrado Profissional o IFS, surgiu em 2016, com o objetivo de capacitar gestores públicos municipais, estaduais, de empreendimentos turísticos, representantes de entidades de classe no turismo, líderes e agentes comunitários e portadores de Diploma de Curso, para a área de concentração de "Gestão de Turismo" direcionada ao conhecimento multidisciplinar do turismo para a aplicabilidade de novas ferramentas de planejamento e gestão nas localidades e organizações turísticas, com foco na inovação e no empreendedorismo.



Mestrado Profissional em Gestão Pública é fruto de um termo de cooperação entre o IFS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o objetivo de promover a qualificação, em nível de Pós-graduação stricto sensu, de servidores, com o intuito de tornar mais eficiente à máquina pública.



Fonte: Propex



5. Ensino



Fonte: Proen

6. Tratamento de determinações e recomendações dos órgãos de controle

Contém uma visão geral do tratamento de determinações e recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), enquanto órgãos de controle, respectivamente externo e interno.

• Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

No exercício de 2018 foram recebidos pelo IFS um Relatório de Auditoria do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (MTCGU), culminando em nove recomendações, que já foram respondidas. No entanto, nenhuma delas foi monitorada pelo MTCGU, conforme quadro a seguir:

Relatório/Notas de Auditoria	Quantidade	Tipo	Atendimento
201702179 – Licitações e Contratos	9	Recomendação	Não Monitorada

Quadro 25 - Visão gerencial das recomendações do MTCGU

Fonte: AUDINT

Ao longo do exercício de 2018, as recomendações feitas pelo MTCGU são acompanhadas pela Auditoria Interna, Reitoria, Pró-Reitoria, Diretorias de Campi e Diretorias Sistêmicas, com o auxílio do Sistema Monitor, o qual passou a ser utilizado desde 2016, possibilitando aos gestores o acesso aos relatórios com as recomendações e encaminhamento de manifestações, além de permitir o acompanhamento das análises destas manifestações pelo OCI.

• Tratamento das Determinações e Recomendações do órgão de controle externo

No exercício de 2018 foram recebidos pelo IFS três acórdãos do TCU, culminando em cinco determinações, que já foram respondidas. No entanto, nenhuma delas foi monitorada pelo TCU, conforme quadro a seguir:



Acórdão	Quantidade	Tipo	Atendimento
9039/2018 - 2ª Câmara	1	Determinação	Não Monitorada
2453/2018 - 1ª Câmara	1	Determinação	Não Monitorada
637/2018 - Plenário	3	Medidas	Não Monitorada
2718/2018 - Plenário	0	-	-
4323/2018 - 2ª Câmara	0	-	-
1408-2018 - Plenário	1	Determinação	Não Monitorada

Quadro 26 Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU

Fonte: AUDINT

Ao longo do exercício de 2018, as deliberações feitas pelo TCU foram acompanhadas pela Diretoria Executiva/Reitoria e pela Auditoria Interna - AUDINT, por meio do registro em Planilha, com a finalidade de implementar boas práticas de controle, objetivando melhorar o gerenciamento e flexibilidade no acesso às informações dos acórdãos emanados pelo TCU.

Determinações e recomendações de acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores

Os cinco quadros a seguir apresentam as deliberações do TCU, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, pendentes de atendimento:

Quadro 27 - TC 025.709/2015-1 - Acórdão 0979/2016 - Plenário - Item 1.8.1

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.1.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 18/07/2016	28/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure sobreposição indevida entre a frequência regular e a jornada de trabalho no desempenho de atribuições no âmbito da Bolsa-Formação dos servidores relacionados no item II.2.1 do relatório de auditoria à peça 42, p. 6, referentes aos exercícios de 2013 e 2014, instaurando o contraditório e resguardando a ampla defesa, e, se for o caso, providencie o ressarcimento dos valores devidos ou a compensação de horários, caso possível, e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas, em observância ao art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 e aos arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução FNDE 4/2012;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 0721/2016/Reitoria/IFS em 17/08/2016:				
Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência.				
Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.				
Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2017:				
Respondido através do Memorando Eletrônico no. 10/2018 - CPAD - REI (11.02.25)				
Informamos que o processo 23060.001228/2016-83 foi totalmente concluído. Em decorrência dessa sindicância investigativa foram abertos 6 (seis) processo de sindicância acusatória (23060.000407/2017-84; 23060.000406/2017-30; 23060.000405/2017-95; 23060.000404/2017-41; 23060.000403/2017-04; 23060.000402/2017-51) instaurados pela Portaria nº 478 de 03 de março de 2017; no presente momento, os mesmos já foram finalizados pela comissão sindicante e encontra-se na CPAD para continuação dos trâmites.				
Situação em 25/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2018:				
Respondido através de e-mail da Diretoria Executiva da Reitoria em 25/01/2018: Informamos a situação atual dos respectivos processos de sindicância:				
- 23060.000402/2017-51 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002471/2018-81 que se encontra em tramitação no NAREC ainda cumprindo seu rito e, portanto, sem finalização.				
- 23060.000403/2017-04 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para ARQUIVAMENTO do processo. O processo foi encaminhado à PROGEP para ciência do interessado e à CPAD para baixa no sistema CGU-PAD.				
- 23060.000404/2017-41 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002472/2018-25 que se encontra em tramitação no NAREC ainda sem finalização.				
- 23060.000405/2017-95 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002469/2018-10 que se encontra em tramitação no NAREC ainda sem finalização.				
- 23060.000406/2017-30 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP para que se inicie tal procedimento através do NAREC.				
23060.000407-2017-84 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002470/2018-36 que se encontra em tramitação no NAREC ainda cumprindo seu rito e, portanto, sem finalização.				





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.709/2015-1	Acórdão 0979/2016 - Plenário	1.8.2.	Ofício nº 0640/2016/TCU/SECEX-SE, de 18/07/2016	28/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure pagamentos a maior de bolsa a servidores do IFS que atuaram no Pronatec Bolsa-Formação, decorrentes do cômputo indevido de horas de trabalho e, se for o caso, providencie, com base no art. 46 da Lei 8.112/90, ressarcimento dos valores correspondentes (item III.1 do relatório de auditoria, peça 42, p.18) e informe, no relatório de gestão das próximas contas, as medidas adotadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 0721/2016/Reitoria/IFS em 17/08/2016:</p> <p>Informamos que foi aberto Processo de Sindicância nº 23060.001228/2016-83, com a designação da Comissão de Sindicância Investigativa, publicada no boletim de serviços do IFS pela Portaria nº 1717 de 16 de junho de 2016 e reconduzida pela Portaria nº 2412 de 26 de agosto de 2016, a fim de que fossem apurados os fatos constantes nos Subitens 1.8.1 e 1.8.2 dos ofícios em referência.</p> <p>Os trabalhos da comissão foram concluídos indicando a abertura de Sindicância Acusatória para vários servidores, bem como Processo Administrativo para devolução ao Erário. O relatório final foi encaminhado a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar, a qual fez uma breve análise e posteriormente, o processo foi encaminhado a Procuradoria Federal junto ao IFS para análise e parecer jurídico. Empós, será encaminhado ao Gabinete da Reitoria para o julgamento final e abertura de processos de sindicância acusatória com vistas à efetuação de reposição ao Erário.</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017:</p> <p>Respondido através do Memorando Eletrônico no. 10/2018 - CPAD - REI (11.02.15)</p> <p>Informamos que o processo 23060.001228/2016-83 foi totalmente concluído. Em decorrência dessa sindicância investigativa foram abertos 6 (seis) processo de sindicância acusatória (23060.000407/2017-84; 23060.000406/2017-30; 23060.000405/2017-95; 23060.000404/2017-41; 23060.000403/2017-04; 23060.000402/2017-51) instaurados pela Portaria nº 478 de 03 de março de 2017; no presente momento, os mesmos já foram finalizados pela comissão sindicante e encontra-se na CPAD para continuação dos trâmites.</p> <p>Situação em 25/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:</p> <p>Respondido através de e-mail da Diretoria Executiva da Reitoria em 25/01/2018: Informamos a situação atual dos respectivos processos de sindicância:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 23060.000402/2017-51 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002471/2018-81 que encontra-se em tramitação no NAREC ainda cumprindo seu rito e portanto sem finalização. - 23060.000403/2017-04 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para ARQUIVAMENTO do processo. O processo foi encaminhado à PROGEP para ciência do interessado e à CPAD para baixa no sistema CGU-PAD. - 23060.000404/2017-41 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002472/2018-25 que encontra-se em tramitação no NAREC ainda sem finalização. - 23060.000405/2017-95 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002469/2018-10 que encontra-se em tramitação no NAREC ainda sem finalização. - 23060.000406/2017-30 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP para que se inicie tal procedimento através do NAREC. 23060.000407-2017-84 - sindicância encerrada cujo julgamento se deu para que proceda com os trâmites para cobrança administrativa do ressarcimento ao erário. O processo foi encaminhado à PROGEP que iniciou tal procedimento através do processo 23060.002470/2018-36 que encontra-se em tramitação no NAREC ainda cumprindo seu rito e portanto sem finalização. 				

Quadro 28 - TC 025.709/2015-1 – Acórdão 0979/2016 - Plenário – Item 1.8.2

Fonte: REITORIA





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.1.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote providências com vistas a concluir a apuração das ocorrências de suposta acumulação funcional irregular apontadas no relatório de auditoria de gestão de 2015 da Controladoria-Geral da União – CGU, totalizando 32 docentes sem dedicação exclusiva e 30 docentes com dedicação exclusiva;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017.				
Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao expediente em epígrafe, especificamente em atendimento aos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2, vimos encaminhar a manifestação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas deste Instituto, através do Memorando Eletrônico nº 112/2017 - PROGEP - REI e complementação do mesmo enviada via e-mail, tendo em vista que nas tabelas constantes no referido memorando foram suprimidas as colunas “Providências” (Anexo I). Encaminhamos também, em mídia digital anexa, a manifestação dos servidores citados relativo ao acúmulo irregular de cargo (Anexo I).				
Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017:				
Respondido através do Memorando Eletrônico nº. 10/2018 - PROGEP - REI (11.02.15) em 22/01/2018				
Em atenção ao encaminhamento efetuado e após consulta ao NAUD, verificamos que os procedimentos adotados para verificar eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de servidores deste IFS ainda estão em curso, sem alteração significativa em relação às informações encaminhadas ao TCU em outubro passado, razão pela qual entendemos que, no momento, não se afigura necessário efetuar atualização dos processos em trâmite.				
Situação em 28/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria em 28/01/2019: Em relação aos procedimentos adotados para verificação de eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de docentes desta Instituição de Ensino Superior, pontuamos as seguintes atualizações:				
Concessão de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao servidor A.V.O, CPF: xxx.815.245-xx, consoante Portaria nº 2099/2018, de 19 de junho de 2018, e à servidora L.M.S.O., CPF: xxx.272.575-xx, consoante Portaria nº 3160/2018, de 20 de novembro de 2018, dos vínculos com o Estado de Sergipe, desconfigurando, por conseguinte, possíveis acúmulos ilegais de cargos públicos;				
Suspensão da análise do processo administrativo nº 23060.003324/2017-47, tendo em vista a determinação constante de decisão proferida nos autos do Mandando de Segurança nº 0805765-55.2017.4.05.8500, em relação ao servidor B.A.N., CPF: xxx.678.845-xx;				
Concessão da segurança para declarar o direito de cumulação de cargos públicos, nos autos do Mandando de Segurança nº 0805553-34.2017.4.05.8500, ao servidor E.J.S.L., CPF: xxx.126.225-xx, tendo a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, instituída pela Portaria nº 03989, de 15 de fevereiro de 2018, determinado o aguardo do trânsito em julgado do referido mandamus;				
Apresentação da documentação relacionada ao requerimento de aposentadoria da Prefeitura Municipal de Aracaju, pela servidora M.A.C.S., CPF: xxx.902.275-xx, justificando o aguardo na publicação do ato em questão;				
Apresentação dos Termos de Rescisão Contratual pelo servidor I.P.S., CPF: xxx.122.575-xx.				
Nesse sentido, considerando pendências na entrega de documentação, notadamente no que concerne ao requerimento de aposentadoria, os processos permanecem em curso.				

Quadro 29 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.1.

Fonte: REITORIA





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.2.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Informe ao TCU os resultados das medidas implementadas para atender o subitem anterior;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017:</p> <p>Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao expediente em epígrafe, especificamente em atendimento aos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2, vimos encaminhar a manifestação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas deste Instituto, através do Memorando Eletrônico nº 112/2017 - PROGEP - REI e complementação do mesmo enviada via email, tendo em vista que nas tabelas constantes no referido memorando foram suprimidas as colunas "Providências" (Anexo I). Encaminhamos também, em mídia digital anexa, a manifestação dos servidores citados relativo ao acúmulo irregular de cargo (Anexo I).</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017:</p> <p>Respondido através do Memorando Eletrônico nº. 10/2018 - PROGEP - REI (11.02.15) em 22/01/2018.</p> <p>Em atenção ao encaminhamento efetuado e após consulta ao NAUD, verificamos que os procedimentos adotados para verificar eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de servidores deste IFS ainda estão em curso, sem alteração significativa em relação às informações encaminhadas ao TCU em outubro passado, razão pela qual entendemos que, no momento, não se afigura necessário efetuar atualização dos processos em trâmite.</p> <p>Situação em 29/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:</p> <p>Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria em 28/01/2019: Em relação aos procedimentos adotados para verificação de eventuais irregularidades em relação a supostos acúmulos ilegais de cargos públicos por parte de docentes desta Instituição de Ensino Superior, pontuamos as seguintes atualizações:</p> <p>Concessão de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao servidor A.V.O., CPF: xxx.815.245-xx, consoante Portaria nº 2099/2018, de 19 de junho de 2018, e à servidora L.M.S.O., CPF: xxx.272.575-xx, consoante Portaria nº 3160/2018, de 20 de novembro de 2018, dos vínculos com o Estado de Sergipe, desconfigurando, por conseguinte, possíveis acúmulos ilegais de cargos públicos;</p> <p>Suspensão da análise do processo administrativo nº 23060.003324/2017-47, tendo em vista a determinação constante de decisão proferida nos autos do Mandando de Segurança nº 0805765-55.2017.4.05.8500, em relação ao servidor B.A.N., CPF: xxx.678..845-xx;</p> <p>Concessão da segurança para declarar o direito de cumulação de cargos públicos, nos autos do Mandando de Segurança nº 0805553-34.2017.4.05.8500, ao servidor E.J.S.L., CPF: xxx.126.225-xx, tendo a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Rito Sumário, instituída pela Portaria nº 03989, de 15 de fevereiro de 2018, determinado o aguardo do trânsito em julgado do referido mandamus;</p> <p>Apresentação da documentação relacionada ao requerimento de aposentadoria da Prefeitura Municipal de Aracaju, pela servidora M.A.C.S., CPF: xxx.902.275-xx, justificando o aguardo na publicação do ato em questão;</p> <p>Apresentação dos Termos de Rescisão Contratual pelo servidor I.P.S., CPF: xxx.122.575-xx.</p> <p>Nesse sentido, considerando pendências na entrega de documentação, notadamente no que concerne ao requerimento de aposentadoria, os processos permanecem em curso.</p>				

Quadro 30 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.2.

Fonte: REITORIA

Outras informações relevantes

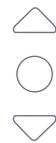




Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.775/2016-2	Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara	1.7.1.3.	Ofício nº 0638/2017/TCU/SECEX-SE, de 25/07/2017	02/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Envie ao Tribunal plano de ação com as medidas necessárias e suficientes, os respectivos prazos e responsáveis, a fim de que:</p> <p>1.7.1.3.1. os próximos relatórios de gestão da entidade sejam entregues sem as falhas observadas na instrução deste processo;</p> <p>1.7.1.3.2. sejam eliminados os riscos de os próximos cursos do Pronatec apresentarem as seguintes deficiências verificadas pela CGU na auditoria anual da gestão 2015:</p> <p>a) ausência de acompanhamento pedagógico e de ações de estímulo à permanência dos estudantes nos cursos;</p> <p>b) deficiências na infraestrutura física e educativa dos cursos;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Respondido por meio do Ofício nº 1094/REITORIA em 16/10/2017:</p> <p>Em atendimento ao item 1.7.1.3 e seus subitens (1.7.1.3.1 e 1.7.1.3.2), encaminhamos manifestação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. (Anexo II)</p> <p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017:</p> <p>Respondido através do Memorando Eletrônico nº 16/2018 – PRODIN – REI – Identificador: 201863092 em 19/01/2018.</p> <p>Em relação à seção 1.7.1.3.1 a maior parte das falhas relatadas foi sanada já no Relatório de Gestão - Exercício 2016. Para o Relatório de Gestão – exercício 2017 serão implementadas as observações constantes nos itens que restam para atendimento, conforme plano de ação que está sendo encaminhado no Anexo 03.</p> <p>Para a seção 1.7.1.3.2 e as alíneas a) e b) consultamos a PROEN e esta informou:</p> <p>a) Que uma nova oferta dos cursos presenciais do Pronatec ocorreu em 2016, após realização da auditoria que constatou a inexistência de equipe pedagógica. Para essa nova oferta, uma equipe de supervisão pedagógica, formada por dois pedagogos, um psicólogo e um assistente social foi montada. Os colaboradores foram selecionados conforme edital e resultados disponíveis no link abaixo:</p> <p>http://www.ifs.edu.br/pronatec/editais/4211-edital-ifs-pronatec-n-01-2016</p> <p>b) A situação atual do PRONATEC é que a oferta de cursos presenciais e suas atividades administrativas foram extintas, conforme portaria em anexo. O IFS permanece recebendo recursos da Bolsa-Formação/SETEC/MEC apenas para custear o programa MedioTec com a oferta de cursos técnicos concomitantes à Distância, vinculados à DEAD.</p> <p>Situação em 25/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:</p> <p>Respondido através de e-mail da Diretoria Executiva da Reitoria em 25/01/2018:</p> <p>O IFS não oferta mais cursos do PRONATEC, e já na última oferta, de 2016, o problema foi solucionado, conforme já relatado anteriormente.</p>				

Quadro 31 - TC 025.775/2016-2 – Acórdão 6475/2017 – 2ª Câmara – Item 1.7.1.3.

Fonte: REITORIA





Determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual

Os quadros a seguir apresentam determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual. Ocorre que o IFS já apresentou resposta nos termos dos quadros abaixo, porém, não foram monitorados pelo TCU até a presente data.

Acórdão	Quantidade
3455/2014 - Plenário	2
1006/2016 - Plenário	1
1003/2017 - Plenário	1
0637/2018 - Plenário	3
0107/2015 - Plenário	7

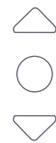
Quadro 32 - Acórdãos com providências informadas no Relatório de Gestão Anual

Fonte: AUDINT

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.5	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize estudos, tomando por base sua estrutura administrativa e seus objetivos institucionais e operacionais e os riscos a eles inerentes, com vistas a estabelecer a lotação ideal e a real necessidade de recursos humanos de sua unidade de auditoria interna, para que desempenhe de forma econômica, eficiente, eficaz e efetiva suas atribuições.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 0274/2015/IFS/REITORIA, em 24/03/2015:				
Após estudo juntamente com a AUDINT, foi incluído o art. 7º e seus incisos e art. 80, parágrafo único no regimento interno da AUDINT aprovado pela Resolução nº 29/2015/CS/IFS (Anexo 10);				
Art. 7º A Unidade de Auditoria Interna do IFS compõe-se da seguinte estrutura administrativa, evidenciada no seu organograma, conforme anexo I:				
I - Chefia da Auditoria;				
II - Coordenadoria de Administração e Planejamento;				
III - Coordenadoria de Execução das Ações de Controle;				
IV - Coordenadoria de Acompanhamento das Ações de Controle;				
V - Equipe Técnica;				
VI - Equipe de Apoio.				
Art. 80 A Auditoria Interna funcionará de forma sistêmica, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.				
Parágrafo único. É facultada à Reitoria a implantação de estruturas nos Campi do IFS considerando as particularidades quanto à localização geográfica em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.				
Ademais, destacamos ainda o art. 39 do Regimento Interno do IFS, alterado pela Resolução nº 31/2015/CS/IFS (Anexo 7):				
Art. 39 A organização geral dos Campi do Instituto Federal de Sergipe compreende:				
I - Direção Geral;				
II - Departamentos Administrativos e de Ensino;				
III - Gerências Administrativas e de Ensino;				
IV - Coordenadorias Administrativas e de Ensino;				
V - Auditor Interno, quando couber.				
Situação em 23/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:				
O Regimento interno da AUDINT aprovado pela resolução 29/2015/CS/IFS foi alterado pela resolução 01/2018/CS/IFS e referendada pela resolução 10/2018/CS/IFS, que altera a sua natureza de sistêmica para centralizada. Todos os servidores com cargo de auditor foram removidos dos campi para a unidade interna da AUDINT na Reitoria, conforme portaria IFS 186/2018.				

Quadro 33 - TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5

Fonte: REITORIA





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.189/2014-8	3455/2014 - Plenário	9.2.6	Ofício nº 0935/2014-TCU/SECEX-AL, de 12/12/2014	26/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Realize melhorias nas instalações físicas ocupadas por sua Auditoria Interna, proporcionando um ambiente adequado à realização de suas atividades, assim como um espaço suficiente para alocação dos servidores, manuseio de documentos, arquivamento de papéis de trabalho, realização de reuniões, dentre outras.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 0274/2015/IFS/REITORIA, em 24/03/2015: Conforme memorando eletrônico nº 13/2015-DEPROJ (Anexo 11), a nova sede administrativa, em construção, prevê a alocação da AUDINT com a estrutura adequada para a realização de suas atividades. Os demais Campi onde há Auditor Interno em sua lotação já se manifestaram quanto à existência de estrutura adequada à conclusão das atividades de auditoria. Situação em 23/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018: Aguardando o término da obra de construção do prédio da reitoria onde será alocada a AUDINT. O processo administrativo de Nº 23060.002686/2017-11, cujo objeto é a finalização da citada obra, encontra-se aguardando a liberação de recursos junto ao MEC para sua execução.				

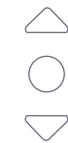
Quadro 34 - TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6

Fonte: REITORIA

Quadro 35 - 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3

Fonte: REITORIA/AUDINT

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.329/2015-0	1006/2016 - Plenário	9.3	Ofício nº 0292/2016-TCU/SecexEducação, de 17/05/2016	06/06/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
AUDINT/Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Respondido por meio do Ofício nº 1053/REITORIA em 08/11/2016: Foi apresentada a manifestação da Auditoria Interna – AUDINT-IFS através do Memorando Eletrônico nº 102/2016 juntamente com o Plano Anual de Auditoria Interna – Exercício 2017 o qual informou que “Para cumprimento desta determinação a Audint inseriu na sua proposta de Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício 2017 (ver anexo), ação de auditoria nº 3.3 na ÁREA 03 - GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA, com o objetivo de Verificar a existência sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, com cronograma para ser executado em dezembro daquele ano, bem como, após a conclusão desta ação de auditoria, os resultados apurados e as providências adotadas serão informadas no Relatório de Gestão Anual do IFS.” Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017: Em atendimento a determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – Plenário a Audint inseriu no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, a ação nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL /FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, cuja ação foi deflagrada por meio do Memorando Eletrônico nº 130/2017/AUDINT, em 10/11/2017 e os trabalhos foram realizados por três auditores e perduraram até 18/12/2017, totalizando 230 horas, junto aos responsáveis pelo Pronatec em 2016, bem como à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, no intuito de verificar a existência sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuaram no Programa no exercício 2016. Ressalta-se que as atividades administrativas da Coordenação do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, por meio da Portaria nº 1672, de 12/07/2017. Tal Portaria também encarregou servidores para compor uma equipe responsável por executar tarefas administrativas, patrimoniais, contábeis e financeiras necessárias ao encerramento das atividades da Coordenação do Pronatec, com prazo determinado para a conclusão de todos os trabalhos, que após três prorrogações, foi estabelecido em 11/02/2018, conforme portarias nº 2753, 3008 e 3833 de 2017. Em face dos exames realizados, a equipe de auditoria concluiu que há evidências de sobreposição entre a carga horária regular de docentes do IFS e suas cargas horárias de atuação como bolsistas no âmbito do Pronatec, quando foram identificados que 7 docentes de uma amostra de 14 conflitaram suas jornadas no IFS e no Pronatec, perfazendo um total de 50%, conforme Relatório de Auditoria nº 011/2017/AUDINT finalizado em 21/12/2017 e comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 149/2017. Visto que as atividades do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, data anterior à conclusão deste Relatório de Auditoria, não seria adequado recomendar o fortalecimento dos controles internos do Programa. Assim, restou à Audint recomendar a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciado junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente. Situação em 18/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018: Em atendimento a determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário a Audint realizou auditoria e, corrigindo a informação apresentada no Relatório de gestão do exercício 2017, elaborou o Relatório de Auditoria nº 010/2017 – Carga horária dos Servidores Bolsistas do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o qual foi comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 001/2018. Assim, a Audint recomendou a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciado junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente. Em sede de monitoramento/acompanhamento do atendimento das recomendações exaradas pela Audint foi verificado no exercício de 2018 que ainda restam pendentes de atendimento, tendo em vista que ainda não foram implementadas o quanto recomendado.				





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 032.863/2012-8	1003/2017 - Plenário	9.7	Ofício nº 0475/2017-TCU/SE-CEX-RN, de 01/06/2017	14/06/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido através do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 27/2018 - DTI - REI (11.02.32) (Identificador: 201863090)</p> <p>MEMORANDO ELETRÔNICO RESPONDIDO Nº 2 /2018 - GOVTI - REI (11.02.32.02) (Identificador: 201863087) em 17/01/2018</p> <p>Determinação/Recomendação não aplicável ao IFS atualmente, uma vez que o Contrato IFS nº 08/2016 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas Integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas foi celebrado fruto da adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão SRP nº 03/2015 promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, UASG 158147, conforme autos do processo administrativo instruído sob nº 23290.000908/2016-76. Contudo, identificamos que o Contrato IFS nº 26/2012 que teve vigência de 19/11/2012 a 18/09/2016 foi celebrado por inexigibilidade <i>fulcro</i> no art. 25 da Lei 8.666/93, conforme fundamentação legal convalidada através do Parecer/AGU/PGF/PF/IFS nº 19/2012 que tratou de análise da contratação do licenciamento e da prestação de serviços técnicos para a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão SIG-UFRN – inexigibilidade de licitação à época acostada aos autos do processo administrativo IFS nº 23060.001637/2011-75.</p> <p>Situação em 18/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018:</p> <p>O Contrato nº 08/2016, atualmente encontra-se com Termo Aditivo nº 02/2018, com vigência: de 25/05/2018 a 25/05/2019. Data assinatura do Termo Aditivo: 04/05/2016– Pregão 03/2015 – Processo: 23290.000908/2016-76. Objeto: O objeto desta contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas Integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas.</p>				

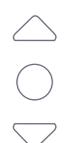
Quadro 36 - TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 032.724/2017-9	637/2018 - Plenário	1.8.1.1	Ofício nº 0249/2018-TCU/SECEX-SE, de 05/01/2018	25/05/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA (DIPOP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.8. Medidas:</p> <p>1.8.1. com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, levar ao conhecimento do IFS os seguintes fatos noticiados ao TCU para a apuração de possíveis irregularidades e decorrentes prejuízos causados ao erário federal, bem como para a adoção das demais providências de sua alçada com vista a eventuais responsabilizações e reparação dos cofres do IFS, com cópia para a Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CGU/SE) [enviar cópia do documento de peça 3 junto aos escritórios de comunicação dos fatos]:</p> <p>1.8.1.1. indícios de irregularidade relativo à aplicação de multa pela Emurb ao IFS, no valor de R\$ 145.722,63, em face de início de obra sem licença, conforme auto de infração à peça 3, p. 4;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Situação em 24/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019: Foi aberto o processo administrativo de Nº 23060.001036/2016-77 e encaminhado à Diretoria de Obras e Planejamento – DIPOP para apuração dos fatos. Esta informou que fora protocolado na EMURB em 19/07/2018, sob o número 4093/2018, Ofício nº 0681/2018/Reitoria/IFS com o recurso administrativo contra a aplicação da multa em razão do início da obra sem a emissão da licença (alvará de construção). Em consulta realizada no respectivo órgão (telefone), o processo encontra-se para análise no setor jurídico, porém, sem qualquer prazo definido para emissão do parecer.</p>				

Quadro 37 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.1

Fonte: REITORIA





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 032.724/2017-9	637/2018 - Plenário	1.8.1.2	Ofício nº 0249/2018-TCU/SECEX-SE, de 05/01/2018	25/05/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA (PROGEP e PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Medidas:				
1.8.1. com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, levar ao conhecimento do IFS os seguintes fatos noticiados ao TCU para a apuração de possíveis irregularidades e decorrentes prejuízos causados ao erário federal, bem como para a adoção das demais providências de sua alçada com vista a eventuais responsabilizações e reparação dos cofres do IFS, com cópia para a Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CGU/SE) [enviar cópia do documento de peça 3 junto aos escritórios de comunicação dos fatos]:				
1.8.1.2. suposto recebimento de forma indevida pelo servidor Pablo Gleydson de Sousa, CPF 012.443.204-20, por projetos elaborados para a licitação tratada no processo 23060.002432/2013-79, que teve como objeto a execução de serviços de construção dos prédios administrativos, de biblioteca e auditório do campus de Aracaju, uma vez que o referido servidor estaria exercendo a função de diretor de obras e teria recebido da Instituição por esses projetos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Situação em 24/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019: Foi aberto o processo administrativo de Nº 23060.001154/2018-47 para apuração dos fatos e encaminhado à PROGEP e posteriormente à PROAD que procederem as diligências comprobatórias necessárias à instrução processual. Empós, foi emitido despacho da Pró-Reitoria com parecer conclusivo informando da inexistência de quaisquer pagamentos estranhos às contraprestações pecuniárias devidas ao servidor, a título de remuneração e decorrentes de sua colaboração nos programas mantidos pelo servidor (grifo nosso). O processo será encaminhado à Auditoria Interna para conhecimento, bem como ao TCU para ciência de todo o seu conteúdo.				

Quadro 38 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.2

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 032.724/2017-9	637/2018 - Plenário	1.8.2	Ofício nº 0249/2018-TCU/SECEX-SE, de 05/01/2018	25/05/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
REITORIA (PRODIN)				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Medidas:				
1.8.2. com fulcro no art. 106, § 5º, da Resolução TCU 259/2014, solicitar ao IFS que, no próximo relatório de gestão que for encaminhado a este Tribunal, traga registros analíticos das providências adotadas em relação à apuração dos fatos e indícios de irregularidades levados ao seu conhecimento, bem como das demais providências de sua alçada com vista a eventual responsabilização e reparação dos cofres do IFS;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019: Foram feitos os devidos registros no relatório de gestão conforme recomendação do TCU.				

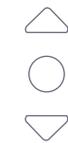
Quadro 39 - TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.2

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.1	Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.1) adoção, pela alta administração, de mecanismos para garantir a identificação das diretrizes aplicáveis à área de gestão de pessoas e o monitoramento do cumprimento daquelas tidas como prioritárias;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Aperfeiçoamento do PDA com metas direcionadas para as diretrizes aplicáveis a Gestão de Pessoas. Monitoramento do PDA, junto ao GEPLANES.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação aos itens 9.1.1 e 9.1.2 foi realizado um aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento anual (PDA) 2015 conforme pode ser visualizado no link: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/2015/plano_de_desenvolvimento_anual_2015_-_final.pdf				
No referido ano foi lançado as informações do PDA 2015 no sistema Geplanes podendo ser acessado pelo endereço na internet: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index através do login: cidadão e senha: 123456				

Quadro 40 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.1

Fonte: REITORIA





Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.2	Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.2) adoção de mecanismos efetivos para assegurar a definição e execução de ações corretivas quando ocorrerem problemas na execução dos planos de ação;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Alimentação periódica do GEPLANES indicando a execução do PDA.				
Aperfeiçoamento do GEPLANES e RAEs identificando os problemas na execução do PDA com adoção de postura proativa visando à correção de rumos.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação aos itens 9.1.1 e 9.1.2 foi realizado um aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento anual (PDA) 2015 conforme pode ser visualizado no link: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/2015/plano_de_desenvolvimento_anual_2015_-_final.pdf				
No referido ano foi lançado as informações do PDA 2015 no sistema Geplanes podendo ser acessado pelo endereço na internet: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index através do login: cidadão e senha: 123456				

Quadro 41 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.3	Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.3) elaboração de plano que assegure a definição de objetivos, indicadores e metas para todas as funções estratégicas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), com vistas a maximizar a contribuição da área de pessoal para a consecução da estratégia organizacional;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Realinhamento do PDI, PDA e relatório da CPA de modo a atender a toda as funções estratégicas da gestão de pessoas, a saber: recrutamento e seleção; desenvolvimento; avaliação de desempenho; retenção; planejamento da força de trabalho e; gestão do clima				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação ao item 9.1.3 foi realizado em 2015 uma revisão do PDI 2014-2019 no qual buscou o alinhamento estratégico entre o PDI, PDA e relatório da CPA.				

Quadro 42 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.3

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.4	Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.4) realização de mapeamento de competências profissionais e gerenciais e adoção de medidas que garantam a oferta de ações contínuas de desenvolvimento de gestores e sucessores, alinhadas com as lacunas identificadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Revisão do formulário de cadastramento anual para servir como um instrumento de mapeamento de competências profissionais e gerenciais.				
Disponibilização digital do formulário e tabulação dos dados coletados.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação aos itens 9.1.4 e 9.1.5 foi criado o banco de talentos no sistema SIGRH conforme visto no link: http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talentos-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores e do guia de acesso: http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talentos.pdf , como ferramenta para mapeamento de competências e profissionais e gerenciais.				

Quadro 43 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.4

Fonte: REITORIA



Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.5	Ofício nº 0026/2015/TCU/SE-CEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.5) criação de banco de talentos que facilite a identificação de candidatos ao exercício de cargos em comissão de natureza gerencial;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Construção de currículo em banco de dados institucional com uso de dados do sistema SIGRH.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação aos itens 9.1.4 e 9.1.5 foi criado o banco de talentos no sistema SIGRH conforme visto no link: http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talento-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores e do guia de acesso: http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talento.pdf , como ferramenta para mapeamento de competências e profissionais e gerenciais.				

Quadro 44 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.5

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.6	Ofício nº 0026/2015/TCU/SE-CEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.6) adoção de medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas no momento da avaliação de desempenho e consideradas no planejamento anual de capacitação da entidade;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Instituição de Comissão para elaborar nova proposta de avaliação de desempenho para os TAEs que possibilite o mapeamento de demandas de capacitação.				
Aprovação no Conselho Superior da nova proposta de avaliação de desempenho para os TAEs.				
Aplicação de nova proposta de Avaliação de desempenho para os TAEs.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: Com relação ao item 9.1.6 foi aprovado o Regulamento para Avaliação de Desempenho dos Técnico-administrativos em Educação do IFS conforme as resoluções nº 45 e 59/2016 /CS/IFS que podem ser acessadas no link: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/coligiados/filtro_busca.jsf				

Quadro 45 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.6

Fonte: REITORIA

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3	Acórdão 0107/2015 - Plenário	9.1.7	Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015	30/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:				
(item 9.1.7) publicação de orientações internas no sentido de que, quando pertinente à natureza e ao escalão hierárquico da função, a escolha dos ocupantes de funções e cargos de índole gerencial seja fundamentada em perfis de competências e pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015:				
Confecção de cadastro de currículos em Banco de Dados Institucional, utilizando o sistema SIGRH.				
Utilização do banco de dados, se necessário, observando-se a conveniência e oportunidade.				
Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:				
Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019: O art. 5º VI da Instrução Normativa nº 01/2017 diz: “prover cargos em comissão e funções de confiança pelo cargo ou função, com utilização, sempre que possível, de um banco de talentos e pelo reconhecimento do mérito” link: http://www.ifs.edu.br/progep/images/Documentos/Regulamentos/CD_12_Aprova_a_proposta_de_Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_PROGEP_N01.2017_sobre_a_Pol%C3%ADtica_de_Gest%C3%A3o_de_Pessoas_do_IFS.pdf .				

Quadro 46 - TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.7

Fonte: REITORIA



7. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

Quanto aos indicadores de Gestão, estipulados pelo Acórdão nº 2.267/2005/TCU, são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFS, bem como a análise da medição de seu desempenho, ocorrendo a divisão em indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas.

7.1. Resultado dos indicadores acadêmicos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Os dados são extraídos pela SETEC e disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha, contendo dados agregados do IFS

Fórmula de Cálculo		2018	2017	2016	2015
Relação Candidato/Vaga	$RCV = \frac{\text{Candidato}}{\text{Vaga}}$	5,06	3,50	10,71	12,30
Relação Ingresso/Aluno	$RCM = \frac{\text{Nº de Ingressos}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$	34,69%	26,24%	24,80%	35,55%
Relação Concluinte/Aluno	$RCM = \frac{\text{Nº Concluintes}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$	15,69%	23,53%	4,47%	14,24%
Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$EAC = \frac{\Sigma \text{concluintes}}{\Sigma \text{situações finais}} \times 100$	45%	37,2%	30,78%	34,27%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$RFE = \frac{\text{Nº de alunos retidos}}{\text{alunos matriculados}} \times 100$	11,10%	5,9%	39,49%	45,55%
Relação de Alunos/Docentes Em Tempo Integral	$RAP = \frac{\text{Matrícula - Equivalente}}{\text{Docentes Equivalentes}}$	22,49	22,88	22,88	31,37

Quadro 47 - Resultados dos indicadores acadêmicos

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

a) Relação Candidato/ Vaga (RCV) – Mede a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público.

Candidato: Número de inscrições para as vagas ofertadas pelo IFS.

Vaga: Número de vagas ofertadas.

Em 2018 foram realizadas 18.772 inscrições de candidatos para 3.704 vagas ofertadas, o que equivaleu a uma relação candidato/vaga de 5.06. Embora este dado apresente variação positiva em relação a 2017, permite sinalizar a baixa procura em alguns cursos, inclusive em nível nacional, nos últimos anos. Nesse sentido, vale ressaltar o empenho institucional no que diz respeito ao crescimento no resultado do indicador RCV, com a ampliação das ofertas em novos cursos e o aumento em mais de 4000 (quatro mil) novos inscritos.

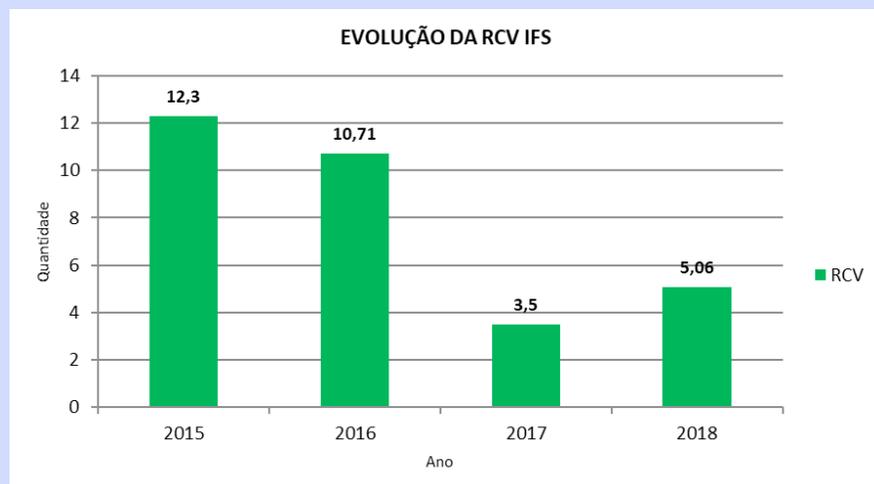


Gráfico 29 - Relação Candidato/Vaga (RCV)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

b) Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas (RIM) – Mede a capacidade de renovação do quadro discente. Analisa também a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

Ingressantes: Total de alunos ingressantes

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.

No exercício 2018 o IFS realizou um total de 9.362 matrículas, sendo registrado 3.248 novos ingressantes, o equivalente a 34,69%. Os dados referentes a Relação Ingressos por Matrículas Atendidas (RIM) apresentam um aumento significativo, justificado pela maior procura dos novos cursos ofertados em 2018. Esse resultado sinaliza o preenchimento de vagas ofertadas, decorrente do planejamento institucional dos cursos ofertados e da captação de estudante com os editais de transferência e reingresso.

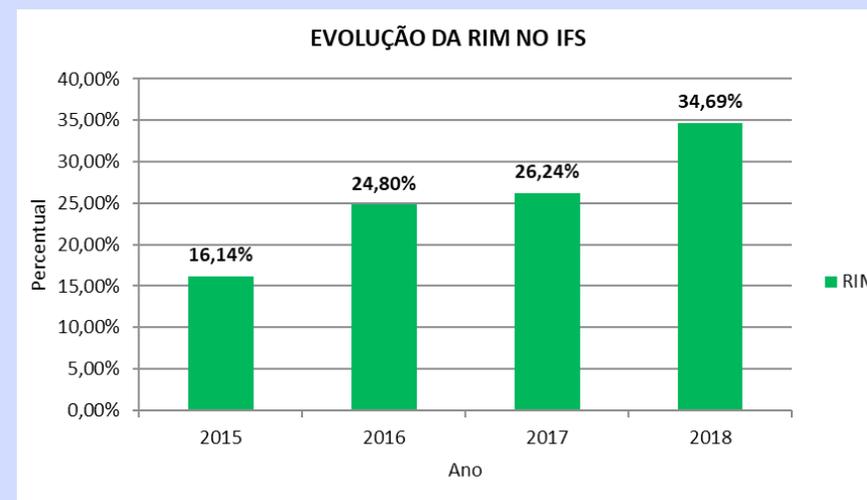


Gráfico 30 - Relação Ingresso/ Aluno Matriculado (RIM)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha



c) Relação Concluintes/Matrículas Atendidas (RCM) – Mede a capacidade de alcançar êxito escolar, quantificando a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

Concluintes: Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.

Com um total de 1.469 alunos concluintes para 9.362 alunos matriculados, o RCM apresentou resultado de 15,69% em 2018. O índice retoma números próximos a 2015, corroborando com a análise apresentada no Relatório de Gestão 2016 e 2017, de que os índices referentes àqueles anos foi consequência do atraso no calendário acadêmico no exercício de 2015, permitindo a integralização das turmas envolvidas no movimento paredista somente em 2017, voltando em 2018 aos patamares anteriores.

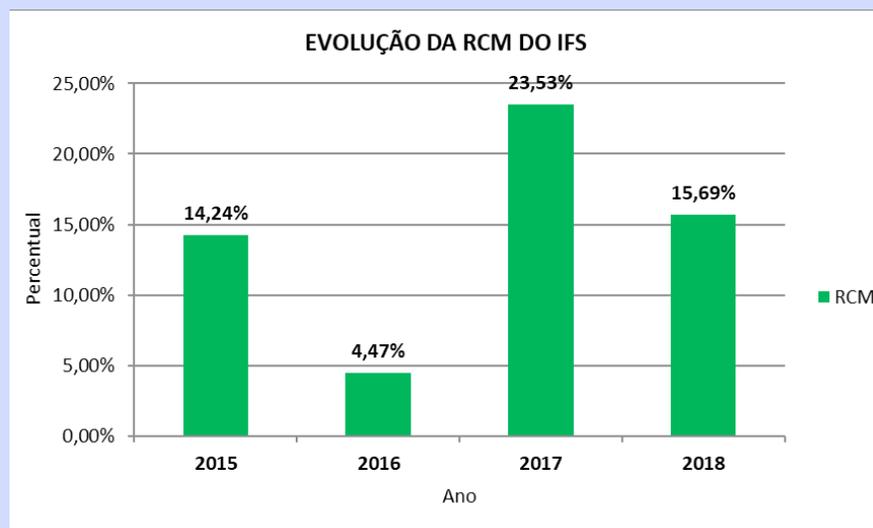


Gráfico 31 - Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

O IFS registrou a matrícula de 9.362 alunos em 2018

d) Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC) – mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (concluído, evadido, desligado, transferido externo).

Concluintes: Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Finalizados: Referem-se às matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter se transferido, desligado-se, concluído ou evadido.

Em 2018, 45% dos alunos alcançaram êxito, ou seja, 1.469 alunos concluíram seus cursos no IFS, tendo ocorrido a finalização de 3.264 matrículas. Desta forma, houve uma discrepância no cálculo do Índice de Eficiência Acadêmica pela PNP, uma vez que, em virtude de uma ação desenvolvida pela Pró-Reitoria de Ensino com o objetivo de sanear o Sistec, atualizando os status dos alunos evadidos, houve um aumento significativo de matrículas finalizadas. O dado carece de uma análise mais aprofundada, pois diverge dos resultados da Relação Concluinte/aluno matriculado (RCM) e do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE). Nesse contexto, ressalta-se a necessidade da consolidação do Programa Permanência e Êxito na instituição.

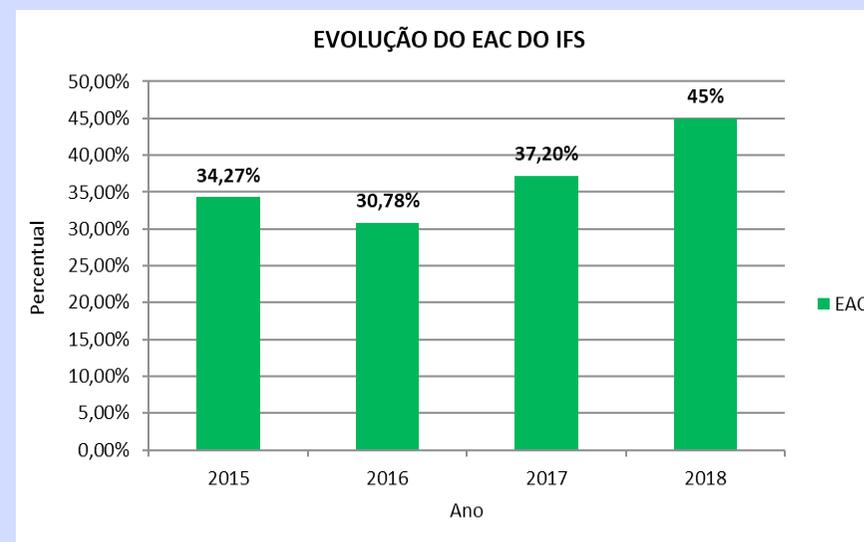


Gráfico 32 - Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha



e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) – mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto.

Retidos: Número de alunos que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso.

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.

Em 2018 ficaram retidos 1.040 alunos em seus cursos, o que representou 11,10% das matrículas realizadas. Apesar do aumento no Índice de Retenção do Fluxo Escolar em relação ao ano anterior, o indicador, que é o total de retidos ao final do ciclo, está abaixo da média nacional de 13,80% e diminuiu significativamente considerando-se os últimos 4 anos. Vale destacar o esforço institucional para diminuir a retenção e melhorar o êxito dos estudantes a partir do trabalho de reorganização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), os quais vem sendo reformulados (desde o final de 2016) no sentido de melhorar o índice de permanência e êxito dos estudantes.

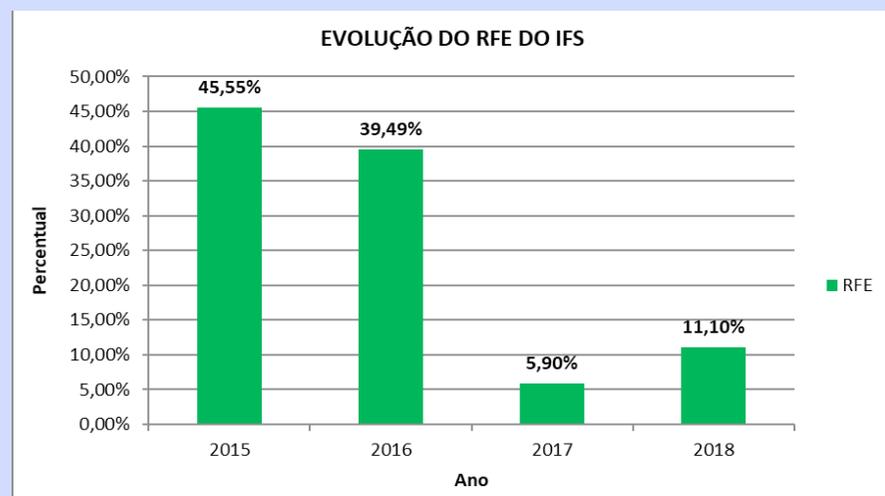


Gráfico 33 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

f) Relação de Alunos por Professor (RAP) – Mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho.

Matrícula-Equivalente: Produto das Matrículas pelo fator de equiparação da carga horária de curso e pelo fator de esforço de curso.

Docentes Equivalentes: Professores da Carreira do Magistério ou de EBTT. Para todos os professores efetivos ou temporários, considerar como 1,0 (um) se for contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se for contratado em regime de 20 (vinte) horas.

Com um índice de 11.222,15 matrículas-equivalentes e 499 docentes equivalentes, o RAP apresentou o índice de 22,49. Apesar da pequena oscilação em relação ao ano anterior, este resultado é considerado adequado, pois encontra-se acima da meta estabelecida no termo de acordo de metas e compromisso, que é de 20 alunos para um professor, cumprindo seu papel social e ofertando uma educação pública, gratuita e de qualidade.

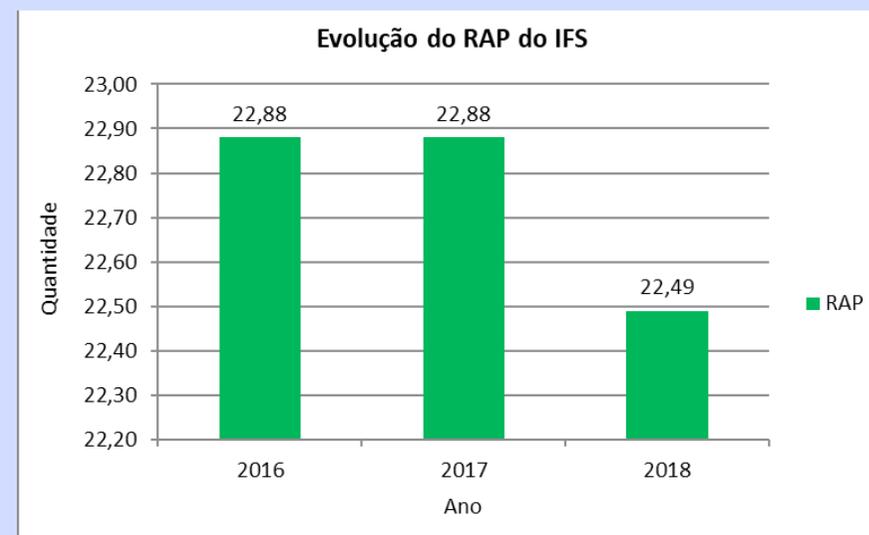


Gráfico 34 - Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAP)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha



7.2. Resultado dos indicadores administrativos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

A seguir estão descritos os resultados dos indicadores administrativos, apresentados a partir das suas fórmulas de cálculo, padronizadas através do acórdão 2.267/2005/TCU. Há de se considerar que tais resultados foram atualizados, considerando a inflação ocorrida.

a) Gasto Corrente por Aluno (GCA):

$$GCA = \frac{GASTOT}{Matrículas Atendidas} \times 100$$

b) Gastos com Pessoal (GCP):

$$GCP = \frac{GASPES}{TOTGAS} \times 100$$

c) Gastos com Outros Custeios (GOC):

$$GOC = \frac{GASOUC}{TOTGAS} \times 100$$

d) Gastos com Investimentos (CGI):

$$CGI = \frac{GASINV}{TOTGAS} \times 100$$

A tabela a seguir mostra os valores reais correspondentes aos tipos de gastos realizados pelo Instituto Federal de Sergipe do ano 2014 ao ano 2018, além dos indicadores de desempenho administrativo, calculados de acordo com a orientação prevista no *Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT*.

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	R\$ 12.418,66	R\$ 12.253,96	R\$ 16.594,65	R\$ 18.175,84	R\$ 22.624,25
Gasto Total da Instituição GASTOT = 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6	R\$ 167.627.041	R\$ 175.660.466	R\$ 185.378.804	R\$ 204.423.621	R\$ 211.808.199
1. Total de Gastos (TOTGAS)	R\$ 211.199.012	R\$ 214.301.419	R\$ 225.564.982	R\$ 246.852.794	R\$ 255.492.766
2. Gastos com Investimentos (inv)	R\$ 8.235.377	R\$ 4.008.864	R\$ 4.990.743	R\$ 2.858.418	R\$ 2.266.805
3. Gastos com Precatórios (pre)	R\$ 1.888.527	R\$ 994.812	R\$ 1.046.845	R\$ 1.474.058	R\$ 1.989.387
4. Gastos com Inativos (ina)	R\$ 25.721.913	R\$ 25.675.822	R\$ 26.116.215	R\$ 29.484.024	R\$ 30.507.772
5. Gastos com Pensionistas (pen)	R\$ 7.726.151	R\$ 7.961.452	R\$ 8.032.372	R\$ 8.612.672	R\$ 8.920.600
6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. (20RW)	R\$ -				
% Gasto com Pessoal (GCP)	76,85%	82,21%	81,02%	84,57%	84,31%
Gastos com Pessoal (GASPES)	R\$ 162.307.762	R\$ 176.185.062	R\$ 182.750.012	R\$ 208.756.119	R\$ 215.394.606
% Gasto com Outros Custeios (GOC)	14,65%	11,89%	11,93%	9,69%	10,19%
Gastos com Outros Custeios GASOUC = (1) - (2) - (3)	R\$ 30.947.238	R\$ 25.472.648	R\$ 26.919.543	R\$ 23.908.050	R\$ 26.041.625
1. Total Gastos com Custeio (TOTCUS)	R\$ 40.655.872	R\$ 34.107.493	R\$ 37.824.225	R\$ 35.238.257	R\$ 37.831.354
2. Gastos com Benefícios (ben)	R\$ 8.301.666	R\$ 8.609.314	R\$ 10.886.605	R\$ 11.319.316	R\$ 11.747.243
3. Gastos com PASEP (pasep)	R\$ 33.009	R\$ 25.530	R\$ 18.077	R\$ 10.890	R\$ 42.485
% Gasto com Investimentos (GCI)	3,90%	1,87%	2,21%	1,16%	0,89%
Gastos com Investimentos (GASINV)	R\$ 8.235.377	R\$ 4.008.864	R\$ 4.990.743	R\$ 2.858.418	R\$ 2.266.805
Matrículas Atendidas	13.498	14.335	11.171	11.247	9.362

Tabela 36 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2014-2018), em valores constantes (R\$ dez./2018)

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), Plataforma Nilo Peçanha (matrículas atendidas) e IBGE (IPCA – Índice, base = 1993).

Em 2018, o **Total de Gastos** do Instituto Federal de Sergipe foi de aproximadamente **R\$ 255,5 mi.** Embora 3,5% maior que o Total de Gastos realizados no exercício de 2017, esse crescimento foi um terço menor que a média observada nos 4 anos anteriores, aproximadamente (-34,4%).

Em 2018, o **Gasto Total da Instituição (TOTGAS)** foi de **R\$ 211,8 milhões.** Observa-se, portanto, um aumento de 3,6% em relação ao Gasto Total realizado em 2017 e de 13,8% em relação à média dos quatro anos anteriores. Contudo, a taxa de crescimento do indicador também foi menor que a média dos 4 anos anteriores (6,8% a.a.).

Os valores estão expressos em termos reais (constantes). Desse modo, consideram a inflação e permitem a comparação de valores entre os anos.



A Tabela 37 mostra a variação percentual dos gastos e indicadores:

Indicador	% (2018/2017)	% (2018 / Média 2014-2018)
Gasto Corrente por Aluno (GCA)	24,5%	52,2%
Gasto Total da Instituição GASTOT = 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6	3,6%	15,6%
1. Total de Gastos (TOTGAS)	3,5%	13,8%
2. Gastos com Investimentos (inv)	-20,7%	-54,9%
3. Gastos com Precatórios (pre)	35,0%	47,2%
4. Gastos com Inativos (ina)	3,5%	14,0%
5. Gastos com Pensionistas (pen)	3,6%	10,4%
6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. (20RW)	-	-
% Gasto com Pessoal (GCP)	-	-
Gastos com Pessoal (GASPES)	3,2%	18,0%
% Gasto com Outros Custeios (GOC)	-	-
Gastos com Outros Custeios GASOUC = (1) - (2) - (3)	8,9%	-2,9%
1. Total Gastos com Custeio (TOTCUS)	7,4%	2,4%
2. Gastos com Benefícios (ben)	3,8%	20,1%
3. Gastos com PASEP (pasep)	290,1%	94,2%
% Gasto com Investimentos (GCI)	-	-
Gastos com Investimentos (GASINV)	-20,7%	-54,9%
Matrículas Atendidas	-16,8%	-25,5%

Tabela 37 – Variação % dos Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), Plataforma Nilo Peçanha (matrículas atendidas) e IBGE (IPCA – Índice, base = 1993).

A única despesa que apresentou redução foi o **Gasto com Investimentos (GASINV)**. De fato, estes gastos recuaram 20,7% em relação a 2017 e 54,9% em relação à média dos 4 anos anteriores.

Os **Gastos com Outros Custeios (GASOUC)** cresceram 7,4% em relação a 2017 e fecharam o ano praticamente no mesmo nível que foi registrado no exercício 2016, totalizando R\$ 37,8 mi. Desse valor, 31,2% correspondem a gastos com benefícios e PASEP enquanto 68,8% foram Gastos com Outros Custeios (GASOUC).

Os **Gastos com Pessoal (GASPES)** em 2018 totalizaram R\$ 215.394 e foram, portanto, 3,2% superiores ao exercício anterior. Contudo, foi proporcionalmente menor que este quando comparado ao Total de Gastos, 84,31% em 2018 ante 84,57% em 2017.

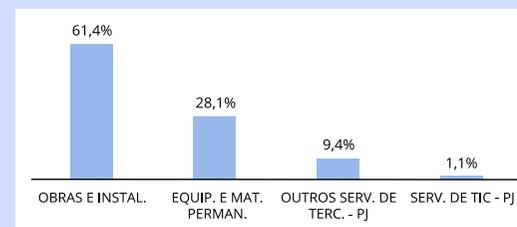


Gráfico 35 – Participação relativa das principais Naturezas de Despesa no Total de Despesas Liquidadas do Grupo 4 (Investimentos), em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2018, duas Naturezas de Despesa (ND) concentraram 89,5% dos gastos com Investimentos. O principal item está associado à ND “Obras e Instalações”. Responsável por 61,4% dos Investimentos, essas despesas estiveram exclusivamente relacionadas ao atendimento de obras em andamento e instalações. Por conseguinte, 28,1% do total de despesas com Investimentos estiveram relacionadas à ND “Equipamentos e Material Permanente”, cujos principais itens associam-se a gastos com material permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e com mobiliário em geral.

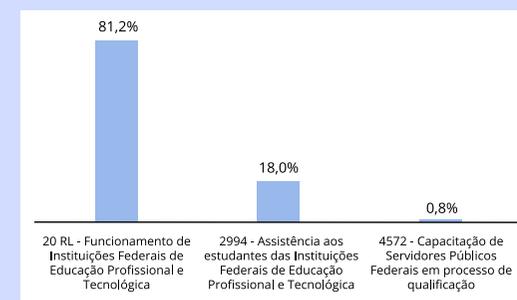


Gráfico 36 – Participação relativa das principais Ações no Total de Despesas Liquidadas do Grupo 3 (Outras Despesas Correntes), em 2018

Fonte: Tesouro Gerencial

A maior parte dos gastos com outros custeios está associada à Ação 20 RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (R\$ 21,187 mi ou 81,2%), seguida da Ação 2994 - Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (R\$ 4,692 mi ou 18,0%).



Em relação à **Ação Funcionamento**, quase metade do gasto (49,7%) está relacionado à *Locação de Mão-de-Obra*.

Tratam-se de despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra em Serviços de vigilância ostensiva (R\$ 5,284 mi ou 50,2% do total de despesas com locação de M.O.); com Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (R\$ 3,021 mi ou 28,7%); com Serviços de limpeza e conservação (R\$ 1,771 mi ou 16,8%); e com Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis (R\$ 0,444 mi ou 4,2%). Em conjunto, observa-se que o valor dessas despesas foi reduzido pelo segundo ano consecutivo, saindo de R\$ 12,730 mi em 2016 para R\$ 10,521 em 2018, uma queda acumulada de 17,4% nesse período.

A segunda maior Natureza de Despesa da Ação Funcionamento se refere aos *Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica* (24,1% da Ação 20 RL). Em 2018, os gastos mais relevantes da mesma estiveram associados aos Serviços de energia elétrica (R\$ 2,209 mi ou 43,4% do total da ND), Locação de Imóveis (R\$ 0,884 mi ou 17,3%) e Serviços de água e esgoto (R\$ 0,593 mi ou 11,6%). Em conjunto, as despesas da referida ND caíram 8,6% em relação ao exercício 2017.

Na contramão da economia observada nessas duas ND citadas acima, estão o aumento do *Auxílio financeiro a pesquisadores*, de R\$ 1,359 mi em 2018, valor 139,4% acima da média observada nos quatro exercícios anteriores; e os gastos com *Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ*, que alcançaram R\$ 1,263 em 2018, sem despesa associada em pelo menos cinco exercícios anteriores. Os maiores gastos dessa natureza se relacionaram com a Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de softwares (40,6%), Comunicação de dados e redes em geral (31,3%) e Outsourcing de impressão (18,2%).

Por sua vez, os gastos com **Assistência aos Estudantes** totalizaram R\$ 4,692 mi em 2018, valor 22,5% superior às despesas liquidadas em 2017 e 39,6% maior que o que foi gasto em 2016. Em 2018, 90,6% desses gastos (R\$ 4,251 mi) foram feitos através de *Auxílio financeiro a estudantes*.

O efeito líquido destas despesas em relação ao total de gastos da instituição pode ser observado nos indicadores apontados nas tabelas anteriores e também no gráfico a seguir.

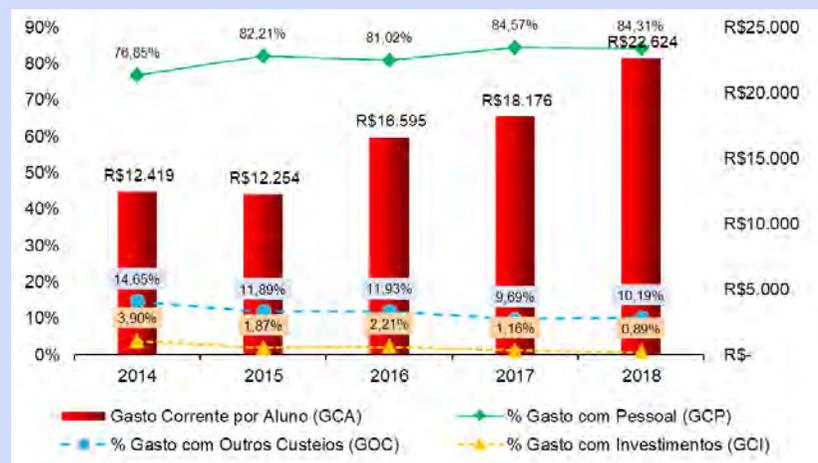


Gráfico 37 - Evolução dos indicadores de desempenho administrativo (2014-2018), a preços de dezembro de 2018

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), Plataforma Nilo Peçanha (matrículas atendidas) e IBGE (IPCA - Índice, base = 1993).

Em suma, o **% Gasto com Pessoal (GCP)** apresentou uma pequena redução em 2018: 84,31% em 2018 ante 84,57% em 2017.

Em relação ao **% Gasto com Outros Custeios (GOC)**, seu valor em 2018, de 10,19%, foi levemente superior ao de 2017, embora menor que a média relativa aos quatro anos anteriores, de 12,04%.

Por sua vez, o **% Gasto com Investimento (GCI)** atingiu 0,89% do Total de Gastos em 2018, menor valor observado dentre os cinco últimos exercícios financeiros.

Apesar das reduções proporcionais nas despesas com investimentos e com a relativa estabilização das despesas com pessoal e com outros custeios, conforme acima mencionado, o **Gasto Corrente por Aluno (GCA)** subiu 24,5% em relação a 2017, estabelecendo-se em R\$ 22.624,25 por ano ou R\$ 1.885,35 por mês.

Isto equivale a uma diferença anual de R\$ 4.448,41 ou de R\$ 370,70 por mês, o que se deve basicamente a dois fatores:

i) Redução das Matrículas Atendidas: Estima-se que 85,2% deste resultado se deve ao efeito direto, sobre este indicador, da substancial redução das matrículas atendidas observada em 2018.

ii) Aumento do gasto total: O restante da diferença (14,8%) refere-se ao efeito líquido do aumento do Gasto Total da Instituição, de R\$ 204,424 mi em 2017 para R\$ 211.808 mi em 2018.



Em outras palavras, caso o IFS tivesse atendido em 2018 o mesmo número de matrículas de 2017, o GCA teria sido aproximadamente 16,8% menor do que efetivamente foi obtido. Financeiramente, portanto, a redução das matrículas atendidas tornou cada aluno R\$ 3.791,83 mais caro em termos anuais ou R\$ 315,99 p/ mês mais dispendioso em termos mensais.

Nesse sentido, os indicadores discutidos acima mostram que, apesar do êxito em reduzir algumas categorias de gasto, uma parcela substancial do benefício social da Instituição foi comprometida pela redução da quantidade de alunos atendidos.

Para efeitos de melhor entendimento, a descrição dos indicadores está apresentada no Quadro a seguir:

Variável	Descrição
Gasto Total da Instituição (GASTOT)	Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. GASTOT = TOTGAS - inv - pre - ina - pen - 20RW
Total de Gastos da Instituição (TOTGAS)	Total de gastos da Instituição
Gastos com Investimentos (inv)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos.
Gastos com Precatórios (pre)	Todos os gastos associados às naturezas de despesa 319091 - Sentenças Judiciais e 339091 - Sentenças Judiciais.
Gastos com Inativos (ina)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319001 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar.
Gastos com Pensionistas (pen)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 319003 - Pensões do RPPS e do Militar.
Gastos com Apoio à Formação Profissional e Tecnológica (20RW)	Todos os gastos associados à Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.
Matrículas Atendidas	Todas as matrículas que estiveram "em curso" por pelo menos um dia no período analisado.
Gastos com Pessoal (GASPES)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais.
Gastos com Outros Custeios (GASOUC)	Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e PASEP. GASOUC = TOTCUS - ben - pasesp
Total de Gastos com Custeio (TOTCUS)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes.
Gastos com Benefícios (ben)	Todos os gastos associados às ações 00M1, 2004, 2010, 2011 e 2012.
Gastos com PASEP (pasesp)	Todos os gastos associados à natureza de despesa 339147 - Obrig.Tribut. e Contrib-op.Intra-Orcamentárias.
Gastos com Investimentos (GASINV)	Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos.

Quadro 48 – Terminologia para os indicadores

Fonte: Tesouro Gerencial; Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT

7.3. Resultado dos indicadores socioeconômicos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar – RF – Mede a capacidade de inclusão social da instituição.

Fórmula de cálculo:

$$\text{MRF} = \frac{\text{FaixasM}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$$

FAIXASM: Contagem dos alunos matriculados por faixas de renda.

Alunos matriculados: Todas as matrículas que estiveram em curso por pelo menos um dia no período analisado.

Renda Familiar:	Total	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada
Total	9.362	138	1.039	65	5.961	1.365	794
0<RFP<=0,5	559	9	47	1	368	106	28
0,5<RFP<=1,0	112	5	9	2	74	16	6
1,0<RFP<=1,5	242	1	34		141	46	20
1,5<RFP<=2,5	47		8		30	7	2
2,5<RFP<=3,5	10		1		7	1	1
RFP>3,5	15		4		8		3
Não declarada	8.377	123	936	62	5.333	1.189	734

Quadro 49 - Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Constata-se que uma parcela significativa dos alunos que declarou renda possui rendimento familiar por pessoa (RFP) relativamente baixa, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que apresentam renda menor que ½ salário mínimo.

Diante da situação é imprescindível a intervenção através de ações (concessão de auxílios e/ou bolsas) que possibilitem ao estudante permanecer na instituição com êxito e qualidade.

7.4. Resultado do indicador de gestão de pessoas do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Índice de Titulação do Corpo Docente - TCD - Mede o índice de atualização do corpo docente.

Fórmula de cálculo:

$$TCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$$

G= Graduação; A= Aperfeiçoamento; E=Especialização; M=Mestrado; D=Doutorado

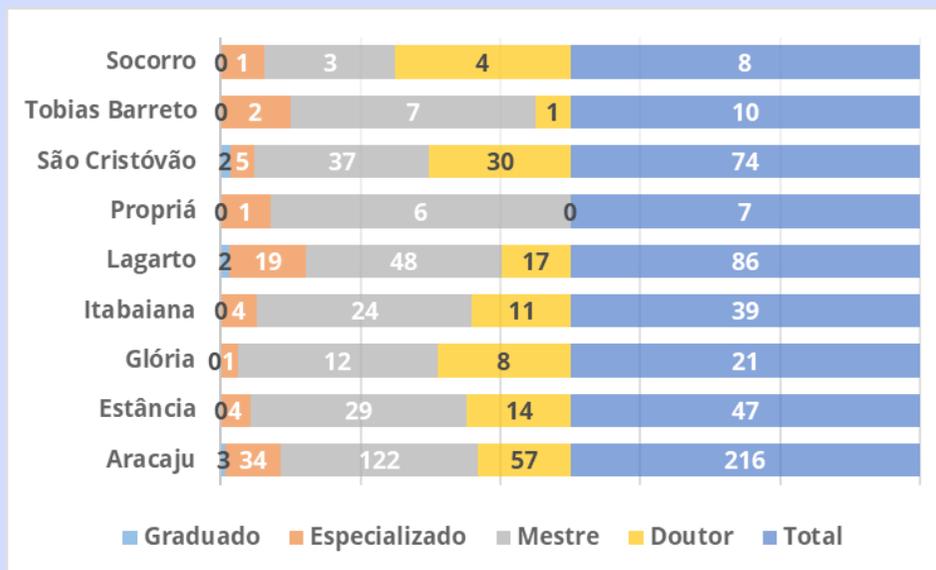


Gráfico 38 - Índice de Titulação do Corpo Docente

Fonte: Progep/IFS

O índice obtido aponta que a média de titulação do corpo docente do IFS é de 4,11, considerando que não há docentes com o grau de aperfeiçoamento. Assim, visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar

o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, o Instituto tem buscando valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

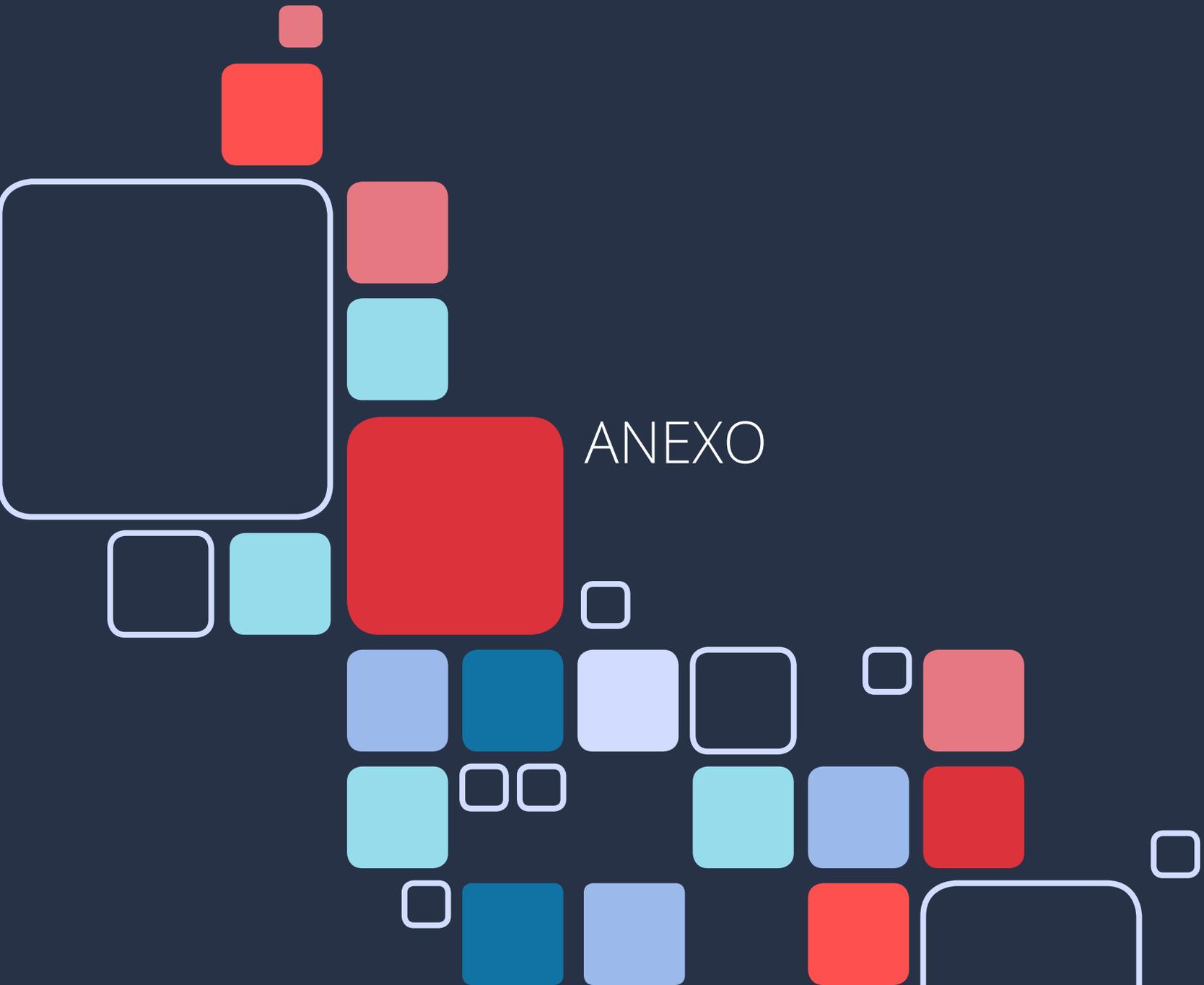
Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, o Instituto vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional, respectivamente MINTER e DINTER.



Gráfico 39 - Índice de Titulação do Corpo Docente entre 2015 e 2018

Fonte: Progep/IFS

O índice de titulação do corpo docente tem aumentado nos últimos anos desde 2015.



ANEXO

1. Declaração de Integridade

Um relatório integrado deve incluir uma declaração dos responsáveis pela governança com:

- o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado;
- o reconhecimento de terem aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado;
- sua opinião ou conclusão quanto ao fato apresentação do relatório integrado estar de acordo com esta Estrutura.

Sendo assim,

Considerando a apreciação do Relatório pelo Conselho Superior do IFS e de sua integridade através do alcance das diretrizes fundamentais por parte das áreas funcionais na elaboração conjunta da prestação de contas a partir da Portaria nº 369/2018/IFS, bem como a composição de comitês em instâncias internas, concluímos que a evolução do documento em relação aos anos anteriores por meio da apresentação da estratégia, governança e dos resultados da gestão foi nítida, de modo que tal declaração deverá sempre ser disponibilizada com todos os mecanismos característicos nos próximos relatórios.



CRÉDITOS

Reitora

Ruth Sales Gama de Andrade

PORTARIA Nº 3894/IFS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Presidente da Comissão: Márcio de Souza Costa

PRODIN: Ider de Santana Santos, Michel Barbosa de Oliveira, Maria Alvina de Araújo Gomes, Juciana Karla Melo Lima, Wesley Oliveira Santos, Rodrigo Melo Gois, João Paulo do Nascimento Lisboa

PROPEX: Chirlaine Cristine Gonçalves, João Bosco Alves de Azevedo Junior

PROAD: Ailton Ribeiro de Oliveira, Eduardo Carpejani, Matheus Vasconcelos Luz, Celso Tavares dos Santos

PROGEP: José Espínola da Silva Júnior, Paulo Durval Barreto de Araújo

PROEN: Alysson Santos Barreto, Lígia Cristina da Silva, Rafaely karolynne do Nascimento Campos

DGB: Kelly Cristina Barbosa

DIAE: Irineia Rosa do Nascimento, Antonia Fernanda Silva dos Santos

DTI: Ricardo Ariel Correa Rabelo, Manuela Iris dos Santos

CPAD: Cleveland dos Santos, Necessio Adriano Santos

OUVIDORIA: Fernando Fontes Santos

DELIC: Carla Patrícia de Araújo Carvalho, Ancilla Míriam Carvalho Moura, Andreia dos Santos Almeida

Gabinete da reitoria: Marta Barbosa Ferreira, Aline Resende Dantas

CPA: Leopoldo Ramos de Oliveira

AUDINT: Giulliano Santana Silva do Amaral, Helanne Cristianne da Cunha Pontes, Rosangela de Moraes Estevam, William de Jesus Santos, Raquel da Silva Oliveira Estácio, Ivan Carlos de Souza

COLABORAÇÃO

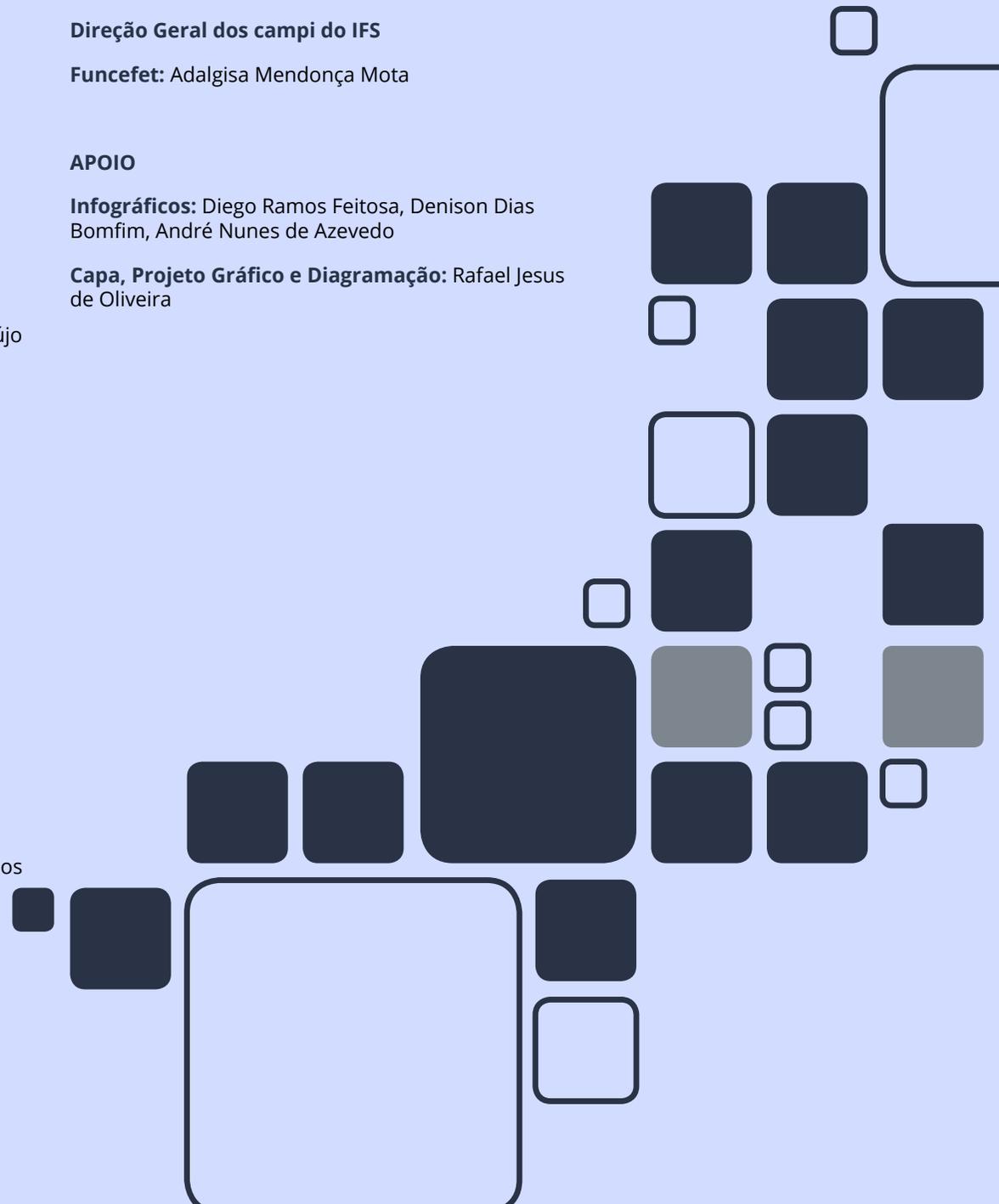
Direção Geral dos campi do IFS

Funcefet: Adalgisa Mendonça Mota

APOIO

Infográficos: Diego Ramos Feitosa, Denison Dias Bomfim, André Nunes de Azevedo

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: Rafael Jesus de Oliveira



Para mais informações, entre em contato conosco
através de nossos canais:



(79) 3711-1400



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe